



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

José Marcos Paula Pessoa Freitas

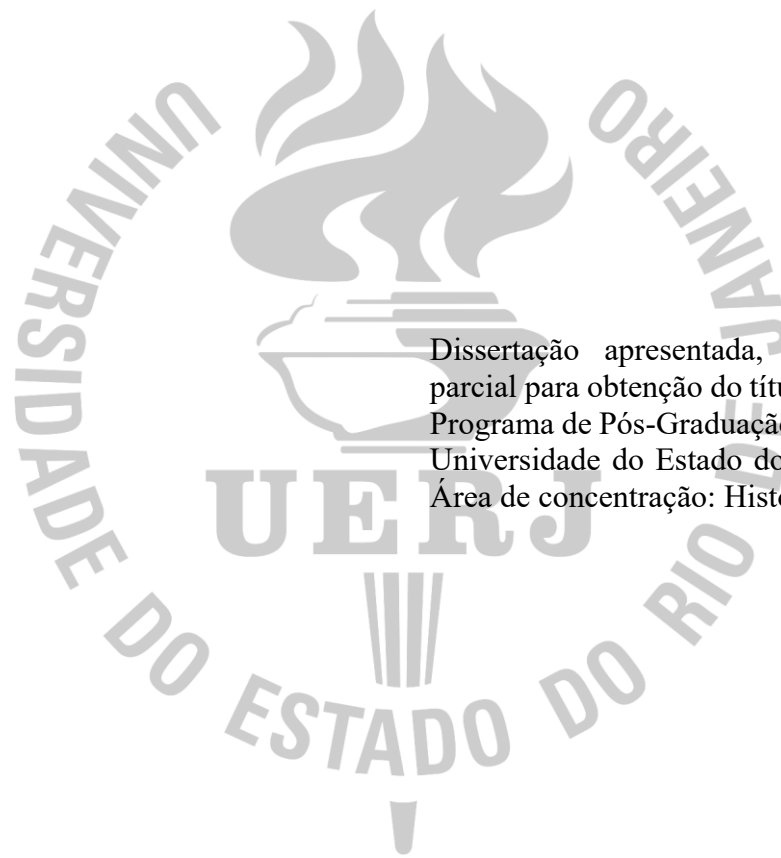
**Editora Quaresma, livros populares e o caso de “*A História e a Lenda*”
(1891-1896)**

Rio de Janeiro

2024

José Marcos Paula Pessoa Freitas

Editora Quaresma, livros populares e o caso de “*A História e a Legenda*” (1891-1896)



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientadora: Prof.^a Dra. Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira

Coorientadora: Prof.^a Dra. Isadora Tavares Maleval

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

F866 Freitas, José Marcos Paula Pessoa.
Editora Quaresma, livros populares e o caso de “*A História e a Lenda*” (1891-1896) / José Marcos Paula Pessoa Freitas. – 2024.
134 f.

Orientadora: Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira.
Coorientadora: Isadora Tavares Maleval.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Editoração - Teses. 2. Silva, J. M. Pereira da (João Manuel Pereira), 1817-1898 - Teses. 3. Livreiros e livrarias - Rio de Janeiro - Teses. 4. Livros - História - Teses. I. Ferreira, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. II. Maleval, Isadora Tavares. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 017(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

José Marcos Paula Pessoa Freitas

Editora Quaresma, livros populares e o caso de “*A História e a Lenda*” (1891-1896)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovada em 22 de março de 2024.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira (Orientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof.^a Dra. Isadora Tavares Maleval (Coorientadora)
Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dra. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof.^a Dra. Valéria Guimarães
Universidade Estadual Paulista

Rio de Janeiro

2024

DEDICATÓRIA

Para Raphaela (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Pensar nos anos de mestrado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, desperta o bom gosto agri-doce das memórias, das boas aulas, amizades e outras afinidades construídas, além dos momentos mais complexos. A conclusão deste trabalho é um encerramento simbólico desse ciclo vivido por mim. Trabalhos acadêmicos para obtenção de títulos, que são mais burocráticos do que necessariamente pesquisas elaboradas e reconstruídas por anos a fio, são frutos não de uma pessoa, mas de uma série de relações. O rigor científico não é deixado de lado por conta disso, pelo contrário, ele é dobrado. No caso desta dissertação, foi triplicado. Por esses e tantos outros motivos devo agradecer a algumas pessoas por estarem presentes neste ciclo e fazerem desta dissertação o que ela pôde ser.

Agradeço à minha orientadora Prof.^a Dra. Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira, por aceitar orientar esta pesquisa, por sua empatia e cuidado, por toda a atenção e sabedoria dispensadas e por confiar em meu potencial. Agradeço à minha coorientadora Prof.^a Dra. Isadora Tavares Maleval, por aceitar participar dessa jornada, pela nossa amizade, por toda a empatia, por estar sempre presente e por tantos anos de pontos de interrogação em meus textos. Agradeço por ter me indicado como bolsista de I.C. pela FAPERJ, na pesquisa *Cultura letrada, historiografia e memória em fins do século XIX*. As aulas e contatos que tive na UERJ ampliaram minhas habilidades de escrita e pesquisa, mas os comentários sempre atentos e as trocas com estas grandes pesquisadoras, que são minhas referências profissionais, auxiliaram imensamente. Obrigado pela parceria e esforço neste ciclo.

Agradeço às professoras que compõem a banca, Prof.^a Dra. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves pelas valiosas aulas no Programa de Pós-Graduação em História da UERJ e pelos comentários e contribuições para esta dissertação; Prof.^a Dra. Valéria Guimarães pelas relevantes pesquisas que foram referências para esta pesquisa e por todas as importantes contribuições na Qualificação.

Agradeço aos meus pais, José Marcos de Freitas e Regina Aparecida Paula Pessoa Freitas, por todo o amor, carinho, ensinamento e apoio. Vocês são meus exemplos em vida. Agradeço à minha irmã, Flora Paula Freitas, por todo amor, amizade e confiança que me fornece. Obrigado por serem meu porto seguro, sem vocês essa tempestade não cessaria. Amo vocês.

Agradeço à Raphaela Araújo por compartilhar a sua breve e linda vida comigo. Os nove anos em que estivemos juntos neste mundo são um tesouro que guardo em memórias, fotos e

objetos que nos pertencem e que levarei pelo resto do caminho. De toda a minha trajetória neste deserto, o trecho em que estive ao lado de Raphaela foi o mais cheio de vida e tenho orgulho de nossa história, até da saudade e dor que me acompanham. Obrigado. Eternamente te amarei.

Agradeço à família de Raphaela: Wagner, Eliana, Livia, Jorge Victor e Sidney, por terem me acolhido, assim como os acolhi, e por confiarem em mim. Agradeço aos amigos que estiveram presentes nos dias mais sombrios e nos mais alegres, que compartilharam suas horas de vida para me escutar ou somente ficarmos calados: Gabriel (que não suporta mais ouvir sobre mercado editorial carioca oitocentista), Thiago, Nathan, Dhébora, Caio Mauro, Sérgio, Rhuanna, Paulo Victor, Felipe, Pedro, Carla, Maria Clara, Rômulo, Janaína, o grupo de *RPG Hell's Rebels* e aos muitos que deixam a caminhada menos exaustiva.

Agradeço aos grupos de pesquisa que compoem: JIAR e Cidades e Impérios, por muito ajudarem em minha formação como pesquisador. Agradeço ao LAHIRP, Laboratório do qual faço parte e que agrupa pesquisadores e pesquisas de excelência não só da Universidade Federal Fluminense – Polo Universitário Campos dos Goytacazes, mas de todo o Brasil.

Agradeço à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e ao Programa de Pós-Graduação em História por toda a empatia nesses anos de mestrado e pela oportunidade de meu aperfeiçoamento como historiador, professor de história e ser humano.

Viva à universidade pública brasileira! Viva à pesquisa! Viva à ciência!

Vivemos no capitalismo e seu poder parece ser inescapável. Mas assim também se parecia o direito divino dos reis. Todo poder humano é passível de resistência e mudança por seres humanos. Resistência e mudança muitas vezes começam na arte. Muitas vezes, em nossa arte, a arte das palavras.

Ursula K. Le Guin

RESUMO

FREITAS, José Marcos Paula Pessoa. *Editores Quaresma, livros populares e o caso de “A História e a Lenda”* (1891-1896). 2024. 134 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Esta dissertação tem como objetivo explorar a circulação de livros no Rio de Janeiro de fins do século XIX, com foco no mercado editorial de impressos para um público amplo. Para tanto, foram estudados os volumes de uma série de livros sobre “grandes personagens” da história, que foi escrita pelo conselheiro João Manuel Pereira da Silva (1817–1898) e publicada pela editora Quaresma: *A História e a Lenda* (1891-1896). A pesquisa examina a atuação da Livraria do Povo e da Quaresma & C. no mercado editorial carioca durante os primeiros anos da República, bem como a relação do conselheiro Pereira da Silva com a escrita da história e de biografias. O conteúdo dos textos não é explorado em profundidade, em vez disso, a atenção é voltada para a sua materialidade, bem como os processos envolvidos em sua criação. Observamos na historicidade da história do livro e dos impressos a criação e desenvolvimento de uma fórmula editorial voltada para atender um público cada vez maior, que ganhava espaço no mercado brasileiro ao fim dos oitocentos. Destacam-se, assim, as definições do que era considerado um livro de história para o mercado editorial.

Palavras-chave: Editora Quaresma; João Manuel Pereira da Silva; mercado editorial carioca; história do livro e dos impressos.

ABSTRACT

FREITAS, José Marcos Paula Pessoa. *Editora Quaresma, popular books and the case of "A História e a Lenda"* (1891-1896). 2024. 134 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

This dissertation aims to explore the circulation of books in Rio de Janeiro at the end of the 19th century, focusing on the publishing market of printed materials for a broad audience. For this purpose, the volumes of a series of books about “great characters” in history were studied, which was written by Counselor João Manuel Pereira da Silva (1817–1898) and published by the Quaresma publisher: *A História e a Lenda* (1891-1896). The research examines the performance of the People’s Bookstore and Quaresma & C. in the Rio de Janeiro publishing market during the early years of the Republic, as well as Counselor Pereira da Silva’s relationship with the writing of history and biographies. The content of the texts is not explored in depth, instead, attention is focused on their materiality, as well as the processes involved in their creation. We observe in the historicity of the history of the book and printed materials the creation and development of a publishing formula aimed at serving an increasingly larger audience, which was gaining space in the Brazilian market at the end of the nineteenth century. Thus, the definitions of what was considered a history book for the publishing market stand out.

Keywords: Quaresma Publisher; João Manuel Pereira da Silva; carioca publishing market; history of the book and printed materials

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Gazeta de Notícias, 10 de outubro de 1892, p.6.....	62
Figura 2 - Contracapa da segunda edição de Histórias da Avózinha.....	67
Figura 3 - Jornal do Commercio, 8 de outubro de 1892, p.10.....	108
Figura 4 - Jornal do Commercio, 16 de fevereiro de 1896, p.1.....	110

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	POR UMA HISTÓRIA DOS LIVROS POPULARES	19
1.1	A história dos livros populares no Brasil	37
1.2	A presença da Quaresma & C. na história dos livros populares	43
2	EDITORA QUARESMA E A CIDADE DO FIM DE SÉCULO	52
2.1	O Mercado Editorial carioca	53
2.2	Pedro da Silva Quaresma, o editor	56
2.3	Popular e erudito	69
2.4	O “povo” e o Rio de Janeiro	77
3	“NÃO SERÁ UM SERVIÇO PRESTADO Á INSTRUÇÃO DO POVO PUBLICAR ESTE LIVRO DESTINADO A ESCLARECER A HISTORIA [...]?”	87
3.1	<i>Um homem celebre: João Manuel Pereira da Silva, o autor</i>	93
3.2	A História e a Legenda	107
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
	REFERÊNCIAS	124
	ANEXO A – Imagens dos livros da Editora Quaresma	131

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa possuiu o intuito de investigar a popularização do consumo de livros e da leitura no Rio de Janeiro oitocentista, tendo como foco o mercado editorial de livros e impressos destinados ao amplo público. Nas últimas décadas do século XIX, os livros populares ganharam um espaço maior no mercado editorial carioca e algumas editoras e livrarias se destacaram nesse comércio, como é o caso da editora Quaresma e da Livraria do Povo (EL-FAR, 2004). Destaca-se a presença de uma fórmula editorial voltada para esses livros e em diálogo com a imprensa. Para a compreensão desses fenômenos, estudou-se os volumes da série de livros *A História e a Legenda* (1892-1896), escritos por uma importante personagem do Brasil Império: o escritor e político João Manuel Pereira da Silva¹ (1817–1898). Logo, pretende-se analisar como essa obra ganhou publicações em uma editora de livros populares poucos anos após a proclamação da República brasileira. Assim como os livros que mais circularam no período, as edições de *A História e a Legenda* foram lançadas em formato de brochuras e seguindo os passos de produção material e venda de livros baratos de fins do século XIX. O conteúdo da série trata de uma reunião de escritos biográficos, que Pereira da Silva publicou no *Jornal do Commercio* entre os anos 1891 e 1898 nas colunas de sua autoria.

Seguindo preços semelhantes a outros títulos do catálogo da editora Quaresma, o livro de Pereira da Silva ganhou no mínimo “4 séries” publicadas em cinco anos, sendo a primeira de 1892, a segunda de 1893, a terceira de 1895 e a quarta de 1896. O fato de reunir publicações antes feitas em jornais e transformar em livro foi algo comum durante o século XIX (MEYER, 1996), e diversos romances baratos saíram das páginas de periódicos, como os romances folhetins. Porém, como já dito, esta série de livros não se trata de um romance.

Os livros destinados ao amplo público, que a Quaresma & C. publicou em fins do século XIX, são objetos de pesquisa desafiadores. No intuito de investigar a popularização da leitura nesse contexto elencou-se, a princípio, os romances populares da editora, os conhecidos por sua notória propaganda como “Romances de Sensação”. Tal tarefa se mostrou quase hercúlea, visto que dentre aqueles que chegaram materialmente ao século XXI, poucos se encontram facilmente em acervos, bibliotecas, leilões e arquivos, embora tenham elevado consideravelmente o lucro da editora no período em questão (EL-FAR, 2002). Isso ocorreu

¹ Filho de comerciantes portugueses, nascido na vila de Iguacu, na Província do Rio de Janeiro formou-se em Direito em Paris no final dos anos 1830, onde também se associou ao grupo da revista *Niterói*. Foi deputado pelo Partido Conservador em 11 das 17 legislaturas do Segundo Reinado. Deixou um vasto corpo de trabalhos como ficcionista, poeta, crítico literário, tradutor, historiador e biógrafo.

talvez por terem sido, em sua maioria, publicados em brochuras e com qualidade material um pouco menor, tornando-os perecíveis ao tempo, mas não efêmeros.

Apesar dessa adversidade, foi mais simples localizar outras categorias de publicações provenientes da editora, tais como os manuais e os livros infantis em português brasileiro. A partir de um levantamento dessas fontes encontradas nas bibliotecas do Real Gabinete Português de Leitura e da Academia Brasileira de Letras (ABL), constatou-se a presença do conselheiro João Manuel Pereira da Silva como um dos autores publicados pela Quaresma & C. com obras que possuíam um caráter histórico, mas com pretensão de apelo para um público leitor mais amplo, sem perder, no entanto, uma escrita com viés dos conceitos da história oitocentista.

Diante dessas fontes e informações, optou-se por trabalhar a circulação de livros que pretendia visar a popularização deste tipo de leitura, focalizando os livros de Pereira da Silva, em articulação com as propagandas e catálogos da editora em jornais oitocentistas. Outros desafios se evidenciaram e tivemos que estender o recorte para a primeira década da República brasileira, o que envolveu mudanças em algumas abordagens, conduzindo ao aprimoramento de outras. Mas a adaptação foi proveitosa: utilizar o arcabouço teórico-metodológico da história do livro e dos impressos, bem como da nova história cultural, em complemento às reflexões oriundas do campo da história da historiografia brasileira deu um novo fôlego e face ao nosso intuito de investigar a popularização da leitura carioca em fins do século XIX. Com essas abordagens, articuladas em consonância, pudemos esmiuçar a fonte *A História e a Legenda* de acordo com o contexto de seu autor, editor e críticos.

Mesmo que tenha se demonstrado difícil encontrar correspondências entre autor e o editor, as possibilidades de estudar a sociologia por detrás desse texto e livro (MCKENZIE, 2018) puderam ser exploradas e comentadas em todos os capítulos, desde o estudo do que se trata a história dos livros populares, tanto fora quanto dentro do Brasil, passando pela atuação dos campos de poder (BOURDIEU, 2007) em conflito no mercado editorial brasileiro e se respaldando nas análises de periódicos e relações editoriais possíveis de se relatar entre Pedro Quaresma e João Manuel Pereira da Silva. O entendimento de algumas concepções-chaves foram necessárias para a construção desse texto, como a própria ideia de “texto”, “livro”, “mercado editorial”, “cultura popular e erudita” e “povo”. Esta última nos leva ao debate político que a “geração de 1870” (ALONSO, 2000) ajudou a formar quanto à conceituação: seguindo a ideia de povo determinada por sua marcha evolutiva enquanto estágio civilizacional

nos planos da cultura de uma sociedade (PEREIRA, 2010). Neste ponto, o povo brasileiro era visto em estágio inicial de civilização para muitos políticos e escritores do período.

Devemos avisar que nossa análise não adentrou de forma pormenorizada o conteúdo dos textos. Buscou-se, assim, trabalhar o objeto escrito e os processos de sua produção. Esta produção abrange desde as mecânicas envolvidas em sua criação e editoração, caminhando pelas possíveis apropriações e representações (CHARTIER, 1992) do texto, até a sua recepção nos ambientes. Como proposto por McKenzie, seria acrescentar no estudo da história do livro, dos impressos e da leitura o entendimento de que uma metodologia quantitativa deve ser complementada por uma sociologia dos textos.

A editora e livraria Quaresma foi fundada em 1883 e teve suas atividades encerradas por volta da década de 1950 (HALLEWELL, 1985). Durante os anos em que esteve ativa, dominou o mercado de livros baratos, colocando em circulação romances, manuais práticos, livros de história para o povo, livros de magia e os primeiros livros infantis em português brasileiro. Tais livros eram vendidos a um preço módico para os bolsos dos trabalhadores urbanos cariocas (EL-FAR, 2004), tendo sido elaborada uma categoria de romances a partir deles. Além disso, vinham de uma fórmula editorial que auxiliava nesse baixo preço, conforme veremos.

O sucesso que a editora Quaresma fez com os “Romances de Sensação”, durante os anos finais do século XIX, é atestado por Alessandra El Far (2004). A compreensão desse fenômeno deve-se à fórmula editorial usada por Pedro da Silva Quaresma (cujos anos de nascimento e de morte nos são desconhecidos), editor e dono da Quaresma & C. A estratégia por ele utilizada era uma herança francesa do mercado editorial: sempre esteve presente nos anúncios de jornais e usava palavras chamativas como “Sensação”. Tal fórmula de venda é descrita como uma “indústria de tramoias” por Jerusa Pires Ferreira (1992), já que podia exercer certo franqueamento sobre as preferências do público, estabelecer padrões de consumo e interferir na formação de práticas da cultura popular. Porém, não devemos considerar esta última como produto de um agente passivo somente (FERREIRA, 1992).

Além disso, o período de recorte é fortemente associado ao crescimento do consumo de periódicos e livros no Rio de Janeiro. Apesar dos censos de 1872 e 1890 confirmarem uma população majoritariamente analfabeta, o mercado e a circulação de livros populares marcavam presença forte na urbe carioca. Pode-se dizer que ter o nome de João Manuel Pereira da Silva no catálogo foi um grande passo para expandir ou manter o público da editora e sua livraria. Mas os interesses por trás dessas publicações podem ser mútuos.

Figura multifacetada no cenário intelectual brasileiro, João Manuel Pereira da Silva teve participação considerável na escrita da história e da literatura nacionais durante o século XIX. Tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838 (ENDERS, 2010) e foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras em 1897, ocupando a cadeira 34 da instituição. Faleceu no ano seguinte, aos 81 anos, em Paris, e sua cadeira foi destinada ao Barão do Rio Branco (CARVALHO, 2021).

Apesar de ter sido bem ativo em publicações que versavam sobre a história do Brasil, e possuir livros que se tornaram sucessos de venda no mercado editorial brasileiro, João Manuel Pereira da Silva não foi reconhecido como um historiador relevante, segundo critérios definidos pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro oitocentista (MALEVAL, 2016).

Participou repetidas vezes das Conferências Populares da Glória², que apesar visarem à vulgarização dos saberes entre um grande público, tiveram mais participação de eruditos e da elite brasileira (CARVALHO, 2021). Tais eventos garantiam ao conselheiro certo renome e reconhecimento nos periódicos cariocas. Sua série de livros mais conhecida é a *História da fundação do Império do Brasil*, que foi publicada durante a década de 1860 pela editora B. L. Garnier, e obteve tanto sucesso que é considerada um dos *best-sellers* do Brasil durante o período imperial (ENDERS, 2010). Essa é também uma das poucas obras escritas durante o século XIX a tratar da Independência do Brasil. Talvez por conta disso, apesar de ser o autor de muitas pesquisas e trabalhos sobre o Brasil, Pereira da Silva acabou por cair em certo ostracismo, sobretudo em relação ao cânone historiográfico nacional. Acredita-se que este esquecimento se deve às muitas críticas que seus trabalhos e publicações sofreram por alguns membros do IHGB, principalmente no quesito relacionado ao método de pesquisa “imparcial” do autor e sua forma de escrever, principalmente, sobre uma história contemporânea.

Isso porque trabalhar com a história do reinado de D. Pedro I ou com a Independência do Brasil era algo estigmatizado durante no século XIX, principalmente por conta da concepção de história defendida nos círculos letrados, além das querelas políticas. Os eventos citados foram considerados pelo IHGB, em um primeiro momento, muito próximos temporalmente para serem analisados e deveriam ser guardados para o “juízo” na posteridade. Porém, a partir da década de 1850 alguns trabalhos começaram a tratar, de forma ainda bem singela, dos acontecimentos dos primeiros anos do século (MALEVAL, 2016).

² As Conferências Populares da Glória foram uma iniciativa de alguns membros do IHGB de popularizar o conhecimento da história e da geografia, baseando-se em conferências de “vulgarização da ciência” que aconteciam na Europa e nos EUA (CARVALHO, 2021, p. 135-170), conforme veremos.

Apesar de, em linhas gerais, tais trabalhos de Pereira da Silva não serem bem-conceituados ao olhar da produção historiográfica da época, é inegável, como dito, que alcançavam outras camadas da sociedade, como jovens estudantes (MALEVAL, 2016), e os textos eram muito vendidos em seu período de publicação. A relação do autor com a editora Quaresma não é conhecida de forma esclarecedora, mas os interesses de publicação da editora ficam bem evidentes, pois era um autor que vendia bem. Trabalhar com a materialidade das fontes que foram publicadas pela editora pode ajudar no debate quanto ao mercado editorial de impressos destinados ao amplo público e na “vulgarização da história” em finais do século XIX. Além disso, conforme veremos, suas publicações pela editora Quaresma remetiam a um modelo de escrita da história que “preservava” características do regime de historicidade que elaborava os “exemplos” da história como propícios para ensinar e instruir. Veremos que há resquícios dessa história *magistra vitae* no entendimento de como deveria ser a narrativa histórica segundo as abordagens praticadas pelos sócios do IHGB durante o século XIX. Enxergavam, assim, inclusive a biografia como uma forma de escrita da história (OLIVEIRA, 2010).

A ampliação do público e as novas formas de edição

A alteração nos formatos de livros e impressos desencadeou mudanças complexas na comunicação humana. Durante o século XIX, a imprensa passou por uma época de ouro e possuiu certa responsabilidade pelas inovações na divulgação, circulação e popularização de produtos, tais como os livros. Para além disso, o mercado desse bem simbólico (BOURDIEU, 2007), o livro, desencadeou diversos conflitos no campo literário.

Os estudos históricos que elegem o livro como objeto de pesquisa desenvolvem-se no século XIX. Mas somente no século XX, a materialidade do livro ganha destaque e aprofundamento de análise (FERREIRA, 2009). O interesse e investigação nas formas de impressão, organização de bibliotecas, diferentes técnicas no formato dos livros foi aperfeiçoado por pesquisadores, que passaram a se perguntar: o que as pessoas liam?

Novas abordagens sobre o livro e a leitura passam a compor as atenções dos historiadores. O livro passa a ser questionado e se torna parte da história social e cultural. O contexto social do livro começou a ser considerado pelas pesquisas historiográficas. Tania Bessone Ferreira (2009) atribui a isso o desenvolvimento de um importante questionamento da historiografia francesa: de que maneira as pessoas liam?

Cabe certo destaque à obra, que se tornou uma importante referência na ampliação dos estudos da história do livro e dos impressos, de Henri-Jean Martin e Lucien Febvre: *O*

aparecimento do livro (1958). O desenvolvimento das pesquisas norte-americanas e europeias no século XX contribuiu e continua contribuindo para os avanços do campo. Entre as muitas abordagens e preocupações a que essas historiografias se debruçaram podemos citar a história do livro e da leitura; edições e suas recepções; o mercado editorial; as mudanças no ensino e na alfabetização e como elas alteraram a circulação de livros e a maneira de ler; entre outros. Porém, o aprofundamento epistemológico que a história do livro possui deve muito a estudiosos como Pierre Bourdieu, Roger Chartier, Michel de Certeau, Frédéric Barbier, Norbert Elias, Paul Ricoeur e Don F. McKenzie. Esses autores se comprometeram a criar um diálogo entre as diversas disciplinas pelas quais transitavam, permitindo que os processos envolvidos em suas atividades fossem considerados como objetos de pesquisa.

Muitas dessas inovações e abordagens se devem a uma renovação historiográfica e mudança de paradigma que ocorreram nas últimas décadas do século XX, quando as reflexões em torno da cultura se tornam mais atrativas aos historiadores. Abordagens no subcampo da história dos livros e dos impressos que começam a cruzar e utilizar fontes diversas nascem dessa quebra de paradigmas. As fontes mais diversas como catálogos e inventários *post-mortem*; a troca de cartas entre autores, editores e leitores; o uso da imprensa na divulgação de livros; os catálogos e a produção de “livros populares”; a estruturação de textos e o mercado editorial, bem como fórmulas editoriais para a venda forma novas formas de dar respostas mais fundamentadas às perguntas: quem lia, como lia e como circulavam os diversos tipos de impressos.

Podemos dizer que um dos primeiros passos para o trabalho com a história do livro, dos impressos e da leitura é a compreensão de que uma metodologia quantitativa deve ser acrescida a uma sociologia dos textos (MCKENZIE, 2018). Em suma, é trabalhar com o objeto escrito e as práticas de sua produção. Essa produção se estende desde as mecânicas por trás de sua criação, editoração e as possíveis apropriações e representações (CHARTIER, 1992) do texto até sua recepção nos círculos em que esteve presente. O diálogo do texto com o social e vice versa se torna fundamental para a pesquisa da história do livro e da leitura. O que nos leva para uma série de questões, pois abarca grupos diferentes de leitores, os de um meio letrado e erudito e a população letrada ou não, de cultura popular; nesse caso.

A analogia de D. F. McKenzie (2018) para a construção de um texto se faz bem vinda para compreender a pesquisa com a história do livro, dos impressos e da leitura. A palavra “texto” tem sua origem no latim *texere*, que significa “tecer”. Tal qual a teia de uma aranha tecelã, que se conecta para a construção de uma morada e armadilha, o texto se forma e traz

consigo intenções e interpretações; e como sua origem sugere, a textura dos materiais é de grande importância para a conclusão do produto e análise do pesquisador. Além disso, podemos pensar no texto como um rio que se bifurca, converge e diverge novamente. Acrescenta vida em culturas e absorve cultura de outras margens ao passar por algumas regiões e ser bebido por tantas outras; e, assim como rio, o texto pode ter significados diferentes em espaços e tempos diversos por onde passa. Tão logo, a escrita dessa dissertação não escapa! A metalinguagem não é proposital, mas pode ser um benefício.

A divisão proposta no presente trabalho compreende um primeiro capítulo que busca responder algumas das questões mencionadas acima. Porém, seu argumento central volta-se para uma historicidade da historiografia dos livros e dos impressos populares, tanto no Brasil quanto na Europa. Além de pincelar rapidamente o quadro sobre as práticas de produção e leitura, que transformam um texto em um livro popular no século XIX. Portanto, vamos analisar o que torna um livro popular “lá fora” e como essa fórmula chega em terras brasileiras. Não obstante, veremos como a história dos livros e dos impressos se relaciona com os gêneros literários e como alguns desses são eleitos para abarcarem o livro barato.

No capítulo “Editora Quaresma e a cidade do fim de século” destacamos a importância da materialidade do texto para sua recepção e alguns estudos que envolvem as práticas editoriais dos oitocentos, bem como da função autor e editor e suas atuações nas mudanças e práticas do mercado editorial. Portanto, buscou-se compreender um pouco do mercado desses bens simbólicos e como se relacionam com a cultura erudita e a cultura popular em um fim de século XIX, carregado de medos, anseios, esperanças e decepções advindos dos avanços industriais e científicos. O capítulo pretende analisar as atuações da editora Quaresma no mercado editorial carioca e suas relações com os periódicos e formas de divulgação. O foco no Rio de Janeiro, nosso local de recorte, é interessante para demonstrar por onde esses impressos populares circularam e a marcante atuação de determinadas editoras neste mercado editorial. A importância da urbe e como isto se relaciona com as mudanças nos imaginários de leitores, editores e autores no já referido final de século. Além disso, diante da evidência do uso da palavra “povo” em constantes anúncios e livros da editora Quaresma, torna-se necessário compreender os significados que este conceito carregou no contexto estudado.

Compreender um pouco dos caminhos que os livros populares e impressos efêmeros fizeram, as práticas culturais que circunscrevem essa história, é também, de certa forma, encontrar as representações de presente em alguns imaginários coletivos. Uma fórmula editorial barata, que visava atrair o leitor e sugeria o descarte após a leitura, é um vestígio de presença

de uma “aceleração do tempo” (mais por uma consequência das revoluções industriais e de comunicação ao fim do século XIX) e, tal qual o presente, tornava-se efêmero.

A análise do nosso objeto central, ou seja, a publicação e circulação dos livros da série *A História e a Legenda* de João Manuel Pereira da Silva será elaborada no terceiro capítulo. Pretende-se contextualizar tais fontes com os periódicos e críticos do período. Para complemento, será exposto de forma mais aprofundada o debate em torno da vida de João Manuel Pereira da Silva, suas publicações e sua relação com a “vulgarização” da história e a popularização de livros, principalmente os de história. Como a historiografia tratou livros de histórias que chegavam ao grande público no século XIX também será abordado, porém o foco permanece na materialidade das fontes e na produção e venda pela Quaresma.

1 POR UMA HISTÓRIA DOS LIVROS POPULARES

Quando o intuito é indagar sobre a popularização da prática da leitura no Rio de Janeiro durante o fim século XIX, é possível afirmar que esta dissertação apresenta uma abordagem metodológica que se alinha com as propostas de renomados estudiosos da história do livro e dos impressos. Dentre os historiadores que mais contribuíram para a construção dessa historiografia, destaca-se Robert Darnton, que em sua obra *O beijo de Lamourette* (1990), aprofunda-se no campo de estudo em questão:

Até se poderia chamar de história social e cultural da comunicação impressa, se não fosse um nome tão comprido, pois sua finalidade é entender como as ideias eram transmitidas por vias impressas e como o contato com a palavra impressa afetou o pensamento e comportamento da humanidade nos últimos quinhentos anos (DARNTON, 1990, p. 109).

O texto de Darnton tem início com tal descrição do que se trata o subcampo: ideias e suas transmissões por vias impressas, bem como o contato da humanidade com a palavra impressa. Logo, podemos entender como a palavra escrita e impressa se relaciona com o social. Essa explicação se estende uma vez que Darnton propõe argumentações e possibilidades para o trabalho histórico com fontes como o livro, os impressos e a leitura, possibilitando uma infinidade de relações. Os avanços da área nos últimos 30 anos possuem forte presença de seu trabalho, bem como dos estudos de Roger Chartier, Carlo Ginzburg, D. F. McKenzie, entre outros.

Os estudos sobre História dos livros e da prática de leitura examinam como o livro se tornou um objeto cultural e como a leitura mudou ao longo dos séculos, compreendendo aspectos como produção, circulação e recepção. Além disso, é levado em conta o quanto as mudanças tecnológicas contribuíram para a padronização, barateamento e distribuição de livros permitindo práticas sociais em torno dos livros e da leitura. O contato da palavra impressa com a sociedade é um dos objetivos do subcampo, que entende a leitura não como uma habilidade qualquer, mas como uma prática cultural ou “[...] uma maneira de fazer sentido, que deve variar de cultura para cultura” (DARNTON, 1990, p.159); ou até mesmo, como é defendido por Michel de Certeau (1994): uma habilidade criativa.

Em complemento a essa tentativa de descrição, podemos usar a definição de Donald F. McKenzie, já apresentado como um fundamental autor para a área. Estudar a história do livro é levar em consideração todas as relações e realidades sociais em torno do texto nos momentos de sua produção, edição, consumo e transmissão. É designada, assim, como “sociologia dos textos” (MCKENZIE, 2018, p. 15) pelo autor.

A sociologia dos textos, portanto, amplifica a área de estudos de uma maneira a acomodar e interconectar diversas disciplinas. Essa ampla capacidade de pesquisa dentro da história do livro se torna uma faca de dois gumes. Em um dos lados encontramos a interdisciplinaridade abarcada pela área (a bibliografia, semiótica, bibliografia analítica, sociologia, antropologia, história quantitativa, história cultural, a literatura...), essa soma de olhares pode convergir em uma ou mais direções e garante a diversidade necessária para um estudo fundamentado. O outro lado, que é uma consequência direta dessa característica multifacetada, é a dificuldade de interação entre as disciplinas que abraçam a pesquisa com livros e impressos. Com diversos olhares cobertos pelo nome “história do livro”, o diálogo verdadeiro pode não existir e assim cada uma das partes pode elaborar maneiras, até mesmo contraditórias, de trabalhar com o objeto de estudo. Torna-se, portanto, difícil de definir a que se deve o estudo do livro e da leitura: é somente pelo livro e seu processo até chegar às mãos do leitor? É pela forma que liam? É sobre a leitura, então? Está atribuída à comunicação?

Essas dúvidas dão um caráter, segundo Darnton, mais de floresta tropical do que área de pesquisa (1990, p.110), com diferentes caminhos e inusitadas descobertas para explorar. André Belo completa ao dizer que “A definição de história do livro corre o risco de gerar uma grande indefinição” (BELO, 2013, p.40). Mesmo já definida a noção básica de história do livro acima, levantamos essas características da área não com o intuito de guiar o leitor pelos caminhos dessa floresta tropical (como descrito e já bem feito por Darnton e André Belo), mas para registrar e debater os caminhos que serão seguidos nesta dissertação, bem como os que não serão seguidos.

Alguns dos autores citados escreveram muito sobre a história do livro e da leitura na Europa moderna. Darnton teve como foco livros e práticas de leitura que perpassaram o século XVIII da França em *O beijo de Lamourette*. Roger Chartier se debruçou em livros com edições barateadas, que eram vendidas de porta em porta por caixeiros viajantes, da *Bibliothèque Bleue* na Europa durante o Antigo Regime (2005). Em *O queijo e os vermes* (1976), de Carlo Ginzburg, a figura do moleiro Menocchio é essencial para a compreensão de práticas de leitura na Europa medieval. Ginzburg argumenta que as anotações e marcas do moleiro em seus livros revelam a forma como Menocchio entendia e interagia com a leitura, incluindo sua relação com a religião, a política e as questões científicas. A obra fornece uma visão importante sobre a história da cultura popular, destacando como a leitura e os livros ajudaram a constituir ideias e valores da sociedade da época. Na produção brasileira, ressalto o recente trabalho de Marisa Midori Deaecto em *História de um livro: A democracia na França de François Guizot 1848* –

1849 (2021), que se ocupa em pensar na trajetória do livro de Guizot temporal e espacialmente, além de refletir sobre a materialidade e as relações sociais em torno desse texto.

Mas o fazer dessa historiografia é questão também estudada e debatida entre os mesmos pares. Como dito antes, a quantidade expressiva de disciplinas que são abraçadas pela história do livro e da leitura garante um diversificado alcance de possibilidades de fontes e caminhos para a pesquisa. Por exemplo, entre as fontes usadas para a composição de *O beijo de Lamourette*, Darnton buscou a correspondência dos autores com os editores e dos leitores com os autores de algumas das obras iluministas. Marisa Midori seguiu um caminho similar ao buscar as correspondências entre Guizot e seus editores na França: obteve acesso ao manuscrito do *Démocratie em France* (1848), comparou com outras edições em diferentes línguas e reuniu cartas trocadas e catálogos. Ginzburg se atentou para como o leitor – no caso, Menocchio – interagia com seus livros, indicando o quanto a prática de ler (que, como dito antes, é cultural e se modifica) pode revelar muito. Além disso acessou documentos inquisitoriais e muito acrescentou ao fazer da história da justiça e processos-crime. Outra abordagem vem do uso de jornais para o entendimento dos anúncios de livros, como é o caso do trabalho de Alessandra El Far com os romances de sensação no Rio de Janeiro oitocentista.

O ideal de acessar as primeiras edições de um livro impresso, seu manuscrito, o contrato com a editora ou uma primeira edição nem sempre é possível, mas isso não condena a pesquisa. Ademais há diferentes formas e fontes para a complementação desse campo. O que nos remete novamente ao alerta da dificuldade de se trabalhar com a vastidão deste subcampo. Chartier nos advertiu dos perigos, por exemplo, de se ocupar com a *Bibliothèque Bleue*, principalmente no que se relaciona com a interpretação das apropriações e das leituras (faladas ou não):

De uma maneira paradoxal, a multiplicação dos trabalhos consagrados às leituras populares aumentou, não reduziu, as incertezas quanto às competências dos leitores mais humildes, à percepção que eles tinham dos diferentes gêneros textuais, ou aos processos pelos quais davam sentido aos textos que liam (CHARTIER, 2005, p. 113).

Corre-se o risco de cometer o “pecado dos pecados” ou “pecado mortal” do historiador, segundo a tradição francesa inaugurada com a Escola dos Annales: o anacronismo ou projeção retrospectiva. No intuito de atenuar desconfortos historiográficos que o subcampo sofre, Chartier elenca o cruzamento de três dados importantes:

Os vestígios (infelizmente, raros) deixados pelos leitores mais populares; a medida do sucesso desigual dos diferentes gêneros ou títulos, graças ao recenseamento das edições e dos exemplares conservados nas lojas dos livreiros; a significação que podemos atribuir às remodelações e às reescrituras que asseguraram a extraordinária longevidade de certos títulos (CHARTIER, 2005, p. 114).

A dificuldade em encontrar títulos que não foram feitos para ser longevos, ou seja, que foram produzidos de forma materialmente efêmera, se torna um desafio para a pesquisa, mas a resposta a certos desafios varia com o ponto de vista adotado. Os livros de romance do século XIX publicados através de uma fórmula de venda barata se tornam cada vez mais raros. Mesmo possuindo esses livros, a garantia de que podemos compreender algumas das apropriações, das leituras e que estas representam algum indício de similaridade com as práticas culturais do local e do tempo em que circularam, ou mesmo representam imaginários, pode ser nula. Porém, a articulação com interações e práticas em torno do texto e do livro (em cada parte de seu processo de construção), no cruzamento dos dados abordados por Chartier, garante uma possível compreensão de parte das apropriações e representações ali presentes.

Outro desafio apontado é a raridade em encontrar alguns dos documentos de editoras e livrarias, já que aparentemente muitos desses arquivos foram despejados em algum lixo ou queimados. Não é uma dificuldade unicamente de pesquisadores brasileiros. Robert Darnton descreve um pouco do espaço que essa documentação deixa na pesquisa histórica com o livro e o impresso:

Consultando os documentos dos editores, poderiam fazer incursões mais profundas nos séculos XIX e XX. Mas, infelizmente, os editores costumam tratar seus arquivos como lixo. Ainda que poupem uma eventual carta de um autor famoso, eles jogam fora os livros de contas e a correspondência comercial, que geralmente são as fontes de informações mais importantes para o historiador do livro (DARNTON, 1990, p. 124).

O mercado editorial e sua relação com a sociedade é de extrema importância para que se possa minimamente visualizar como acontece a circulação de um livro ou texto em específicos espaço e tempo. E isso nos leva à discussão da relação entre edição, o autor e leitores³, que são componentes da história do livro. Porém, é necessário que seja apontado logo na introdução ao debate: o texto e o livro não são a mesma coisa. Significa dizer que o subcampo do qual tratamos durante as últimas linhas, ou seja, a história do livro e da leitura não se resume exclusivamente ao formato livro e suas narrativas expressas.

Marisa Midori Deaecto (2021) referencia a seguinte frase em distintos momentos do texto: “O livro é uma forma expressiva” (DEAECTO, 2021). Frase bem vinda para nossa argumentação e se deve ao primeiro capítulo de *Bibliografia e a sociologia dos textos* de Donald F. McKenzie. O capítulo homônimo à frase trata de uma introdução ao conceito que o autor

³ Foi demonstrada a articulação com possíveis fontes e um pouco das dificuldades de se trabalhar com a área até então. As discussões de práticas editoriais e suas relações com a sociedade serão aprofundadas no segundo capítulo.

batiza como sociologia dos textos, que é muito bem utilizado para explicar a história do livro. Desde a introdução desta dissertação, tal conceituação é empregada e reforçada. Quando McKenzie se depara com a floresta de possibilidades que a área abrange e também com uma metodologia hermética dominante na bibliografia, urge a necessidade de expressar – por meio do conceito – a que se deve o campo, que não está destinado apenas à história, mas a todas as disciplinas que trabalham com a historicidade do texto e as relações que adentram a esfera de sua estruturação.

O livro, portanto, se torna uma forma de expressão. Um novo conteúdo pode ser interconectado (relações sociais, culturais e econômicas) durante e em cada momento de sua elaboração. Desde o manuscrito pensado e escrito pelo autor, que vem a ser questionado e revisto pelo editor, sendo depois elaborado para um formato⁴ específico, publicado e anunciado em jornais e panfletos e, assim, lido, falado, contado e recontado para leitores. O ciclo teria fim no leitor pois “[...] ele influencia o autor tanto antes quanto depois do ato de composição” (DARNTON, 1990, p.111). E o leitor é um autor capaz de recontar não só o que se apresenta no texto: vai além! Acrescenta sua interpretação, articula com outras leituras (sejam ouvidas ou lidas) e cria.

Mais uma vez, todos esses momentos de criação do livro, garantem a sua expressividade. Assim como toda obra de agência humana, sejam pinturas, escrituras, músicas, cálculos, trabalhos ou artigos acadêmicos, esta dissertação... representam e são representações dos imaginários sociais⁵ (PESAVENTO, 2006).

A diferença básica entre texto e livro se consagra em definições bem semelhantes ao exposto acima. O livro é composto por um texto feito por um ou mais autores e que passa por todo o processo já descrito anteriormente. Mas o que se define por texto? Já adiantamos que se encontra na origem no latim *texere*, ou o ato de “tecer” (MCKENZIE, 2018). O entendimento de texto e suas formas é algo bem amplo inclusive:

Defino “texto” de modo que inclua dados verbais, visuais, orais e numéricos, em forma de mapas, impressos e música, de arquivos de registro de som, de filmes, vídeos e qualquer informação conservada em computador, tudo, na verdade, da epigrafia às últimas formas de discografia. Não há como escapar do desafio criado por essas novas formas (MCKENZIE, 2018, p.26).

⁴ De manuscritos na era medieval até os formatos para *e-book* no século XXI.

⁵ O imaginário é um sistema de representações sobre o mundo, que é colocado no lugar da realidade, mas ao mesmo tempo não se confunde com ela: o imaginário apenas torna a realidade seu referente, segundo Sandra Pesavento.

A definição quanto ao que se entende por texto pode ser resumida na ideia vinda dessa origem (não só pelo latim, mas também pelo grego) da palavra. Seria a definição de um processo de construção material, e já afirmamos muito sobre a importância da materialidade do texto para o estudo de impressos. O autor chama essa passagem, essa “tecelagem” ou “teagem”, que vem do latim e grego e se transfere ao ato de “escrever”, de “transição metafórica” (MCKENZIE, 2018). Ou seja, o termo vem do acontecimento de uma transição do meio material para um sistema conceitual (ou seja, a conexão de palavras, a teia que se forma ao conectá-las, assim como a linha que se conecta ao tear, se torna um texto). Além disso, ao observar a citação acima, vemos o quanto a definição de texto valida o trabalho historiográfico com impressos como uma história do livro. O objeto livro, inclusive, nunca andou sozinho durante a história da impressão. Os folhetos, os jornais, os impressos efêmeros também registram as mudanças culturais:

Pois qualquer história do livro que excluísse o estudo das motivações sociais, econômicas e políticas da publicação, as razões pelas quais os textos foram escritos e lidos desta ou daquela maneira, o porquê de terem sido reescritos e redesenhados, ou deixados para morrer, se degeneraria em uma frágil e degressiva lista de livros e jamais se tornaria uma história legível (MCKENZIE, 2018, p.26).

Acrescenta-se um novo termo à expressão: história do livro *e dos impressos*. Mas essa área logo foi abarcada pela história cultural, de forma que componha parte desse outro amplo campo.

Os impressos possuem uma historicidade que não poderia ser desconsiderada. Mesmo que tenham sido classificados hierarquicamente durante específicos momentos da história, livros e outros impressos surgiram juntos. Muitas das vezes, o autor que optava em publicar impressos era desqualificado em seu campo em comparação ao autor que publicava um livro. Porém os caminhos dos impressos foram se adaptando de acordo com as instituições que os acomodaram, os espaços por onde circularam e a recepção do público. O seu maior ou menor valor passou por atribuições de parâmetros socioculturais, políticos e simbólicos (DAECTO, 2017, p. 28).

Por muito tempo a metodologia hermética do subcampo ignorou a atuação de impressos na história. A ideia de que a história do livro deveria ser “catalogar o livro” e que ele, como uma fonte, diria por si só a que se deve, surgiu com a prática de focar em origens, tradição dos estudos bibliográficos, que se somou a uma história quantitativa. Questionar as fontes ganha um teor metodológico a partir de uma mudança na compreensão de pesquisa historiográfica que surge com os *Annales*.

O livro por objeto de estudo da história tem grande mudança com *O surgimento do livro* de Lucien Febvre e Henri-Jean Martin em 1958. A obra carrega um valor de originalidade para a história do livro em muitos aspectos: a imprensa começa a ser entendida como uma forma de conservar e multiplicar textos (BELO, 2013); questões técnicas e econômicas relacionadas ao nascimento da imprensa começam a ser abordadas, como a introdução do papel na Europa e a evolução da paginação (BELO, 2013); analisa o aparecimento do livro impresso na perspectiva da materialidade da escrita tipográfica e a compara com a manuscrita (DEAECTO, 2017); e usa a comunhão entre técnicas de impressão e texto para compreender a contribuição da imprensa na fixação de línguas nacionais (DEAECTO, 2017). A articulação do livro e dos impressos com a sua materialidade abriu uma possibilidade de olhar para o mercado que envolve estes objetos e as práticas que os ajudaram a se expandir e fixar no meio sociocultural. “Nascia assim uma história social do livro não dissociada dos seus aspectos culturais e intelectuais” (BELO, 2013, p. 44).

Como já dissemos, é entendido que o mercado editorial possui valor para a pesquisa relacionada à circulação de livros e concebe certas respostas para lacunas na história da materialidade de um texto. Por exemplo, fabricar um livro em um tipo de edição menos cuidada, como uma brochura, e vendê-lo por um preço barato vai ao encontro não só do desejo de lucro, mas do contexto no qual a obra se estabelece. Exemplos de panfletos, cartazes, folhetos, e outros impressos baratos são encontrados em momentos de revolução. Robert Darnton confirma a presença e ação de panfletos e folhetos que circulavam não só na França durante a Revolução Francesa e no litoral leste norte-americano durante a Revolução Americana (DARNTON, 1990). Marisa Midori Deaecto averigua a presença de folhetos e panfletos durante a Revolução de 1848 e atribui muito desse contexto ao fato da primeira edição do livro *Démocratie em France* de F. Guizot ter sido uma brochura vendida por um preço um pouco menor, apesar do autor não ter gostado muito da ideia. A autora fala do caráter político que essa forma de edição carrega: a brochura possui uma circulação rápida e também panfletária, o livro circularia em mais e diversos ambientes e os lucros poderiam até ser maiores. Mas a questão de Deaecto é pensar como esse fato se enquadra na política francesa do período em conjunto com a atuação do mercado editorial (DEAECTO, 2021, p. 127). O processo de circulação de ideias e livros proibidos pelos Estados-nacionais possui uma série de estudos historiográficos sérios e podemos citar como referência o livro *Crítica e Crise* (1988) de Reinhart Koselleck. Na obra, o autor demonstra como sociedades secretas, com o exemplo da maçonaria, ajudaram na difusão

e circulação de ideias iluministas e textos perseguidos pelo Estado Monárquico Francês um pouco antes da Revolução Francesa.

Das maiores dificuldades em se trabalhar com os impressos, a falta de documentação é o que mais atrapalha a pesquisa. Registros oficiais de panfletos, folhetos, livros de romance baratos são quase nulos, tornando-se impossível medir o quanto esses textos circularam e foram reproduzidos e apropriados por leitores espacial e temporalmente. Há de se considerar a prática de leitura em voz alta, a venda não oficial, documentada por caixeiros viajantes e as cópias por outras editoras. Logo, os impressos que circularam pelas diversas sociedades, fomentaram a cultura popular de sua época e chegam a fazer parte do que chamaremos de cultura “midiática”⁶.

A conversa entre a história do livro e dos impressos e a história cultural progrediu com os estudos culturais advindos de uma nova proposta historiográfica ao fim da década de 1980 e início dos anos 1990, período que é denominado por muitos historiadores como de “quebra de paradigmas” (HUNT, 1992). É um período em que metodologias estruturalistas começam a ser questionadas por muitos autores das ciências humanas. A proximidade com outras disciplinas, que sempre foi sugerida pelos campos, chega a ganhar mais força e repercussão. Apesar dos campos tentarem englobar uns aos outros, certa resistência existia por parte de metodologias mais quantitativas, que eram voltadas para um olhar economicista da historiografia (BOURDÉ, 2018). Porém, mudanças como essas já se faziam presentes desde as jornadas de maio de 1968, como por exemplo no campo da história política e das ideias (GUERRA, 1993). A proposta de reavaliar o marxismo dentro da academia ganhou força na França na década de 1960. Acadêmicos e artistas sentiram a necessidade de expansão dos campos e das metodologias, entendendo que o marxismo deveria passar por uma autocrítica e explorar ambientes mais diversos, como dar conta de explicar as presenças de práticas culturais na política, economia e sociedade. Essas críticas ganham força na produção artística, exemplo disso são os filmes da *Nouvelle Vague*⁷, que não poderiam ser assistidos (ou melhor, “lidos”) sem a compreensão do que se passava na política e academia francesas desse período, assim como as trajetórias pessoais e públicas de cineastas do movimento, como Agnès Varda e Jean-Luc Godard, que devem ser levadas em consideração ao tentar compreender o que foi representado e apropriado dessas obras durante e após o advento e auge da *Nouvelle Vague*.

⁶ O termo refere-se aos estudos do historiador Dominique Kalifa (2014), que debate os usos de terminologias como cultura de massas e midiática. No tópico sobre práticas de leitura e escrita, o debate entre cultura popular e cultura erudita será melhor elucidada, além da preferência do autor pelo uso dos termos.

⁷ Movimento artístico de cinema francês.

A aguda presença da história do texto e da leitura nos estudos culturais é marcada por esta mudança de perspectiva da historiografia. Lynn Hunt, na apresentação de seu livro *A nova história cultural* (1992), faz questão de intitulá-la como “História, cultura e texto”. Nessa apresentação a autora fala de como os estudos historiográficos ligados à cultura desde o fim da década de 1980 estavam se conectando com abordagens literárias e com um uso cada vez maior da sociologia e antropologia: “[...] (a interpretação do significado cultural como um texto a ser lido) [...]” (HUNT, 1992, p.17). Ler uma obra passa a ganhar muitos significados, como a ideia já explicitada de McKenzie ao falar do que se entende por texto. Ler como metáfora para assistir, sentir, olhar, observar e pesquisar sobre aquela produção cultural humana, que pode muito bem ser entendida como um texto.

A percepção das dificuldades da coexistência de diversificados campos dentro da área da história cultural, por exemplo, é uma das problemáticas apresentadas por Hunt. As críticas do que era chamado de *mentalités*⁸ são aguçadas pela sua falta de definição e enfoque, abarcando estudos diversos. Quando a nova história cultural propõe o afastamento do termo, as razões não giram só em torno dessa crítica, mas pela percepção de que obras da sociologia e antropologia eram demasiadamente úteis para a compreensão do cultural não como determinante, mas como um agente presente no social, político e econômico. Obviamente o cultural não é determinado por esses, uma vez que também são agentes no cultural. Textos de Michel Foucault, Pierre Bourdieu e Clifford Geertz ganham maior atenção dos historiadores da história cultural. Endossando críticas não só ao uso da *mentalités*, mas também questionando os objetivos e métodos da história em geral. Essa série de proposições somada ao uso de novas temáticas para o estudo histórico demonstram que os temas abordados pelas ciências humanas “[...] são produto de formações discursivas historicamente contingentes” (HUNT, 1992, p.13).

Para melhor dissertar sobre a história do livro e como ela se articula com a nova história cultural (encabeçada por Lynn Hunt), buscam-se os argumentos teóricos e metodológicos nos primeiros trabalhos de Roger Chartier com a *Bibliothèque Bleue* e a literatura de *Colportage*⁹ na Europa de Antigo Regime. Nesses trabalhos, Chartier nos apresenta sua metodologia e forma de lidar com esses livros de temáticas populares e que possuíam um menor preço de fabricação e venda, além de escrever sobre como a historiografia trata esse campo. Afastando-se do

⁸ A também chamada história das mentalidades.

⁹ Seria a venda de livros baratos de porta em porta, prática muito comum na Europa de Antigo Regime. Os caixeiros viajantes que vendiam dessa forma eram chamados de *colporteur*, ou por *ciegos* nos países ibéricos (CHARTIER, 2005, p. 109).

conceito de mentalidades e atribuindo o valor que necessita à materialidade da literatura e leitura consideradas populares, Chartier nos diz que ao se trabalhar com fontes como essas:

A atenção dada à “materialidade dos textos”, isto é, às formas da sua inscrição e distribuição sobre a página e no livro, é a condição para que possa ser compreendida a mobilidade das obras de uma edição a outra e as singularidades de cada exemplar. O mecanismo é duplo: seguir um “mesmo” texto nos seus diferentes estados, discursivos ou gráficos; analisar cada exemplar conservado a fim de propor hipóteses prováveis quanto aos significados que seus leitores puderam atribuir-lhe (CHARTIER, 2005, p.112).

O destaque cabe à percepção da presença de livros e impressos no imaginário social, bem como as diversas interpretações que podem surgir a partir de um texto lido pelo público. Chartier argumenta que a forma como um texto chega até o leitor é crucial para a interpretação, e destaca que muitos textos eram transmitidos oralmente, permitindo que mesmo pessoas analfabetas tivessem contato com a leitura e pudessem interpretá-la. Isso é parte do que chamamos de apropriação, uma vez que o social em torno do mercado editorial (em todas as esferas de produção e que possuem contato com a obra) se apropria de alguma representação ali presente. A representação, como a palavra esclarece, é uma forma do autor captar a realidade e transmiti-la, representá-la em texto, imagem, áudio, etc... Isso não torna a representação um reflexo da realidade, como se a obra fosse um espelho, apenas representa uma visão, uma experiência pessoal ou compartilhada. No caso de um livro (ou em obras com uma produção e tratamento de mercado bem amplas), a representação ganha uma esfera de compositores dispostos a cuidar de detalhes como o material utilizado para fabricação e tamanho das letras por página. Funciona pela ideia de similaridade, assim como o retrato representa o retratado e não o refletido (MCKENZIE, 2018).

Outro destaque é a composição de trocas e relações entre a “cultura popular” e a “cultura erudita”, que é garantida por uma circulação fluida e práticas comuns que ultrapassam as fronteiras sociais. Ao utilizar a literatura como fonte para a história é possível entender como a ficção pode extrapolar a realidade, representando imaginários a partir do contexto histórico em que estão inseridas. Isso aponta para a metodologia sugerida por Roger Chartier, que aproxima a história da literatura: essa aproximação ocorre devido às conceituações de representação e apropriação a partir da materialidade dos livros e dos impressos. No mesmo trabalho, ao escrever sobre a literatura de *colportage* na França e a circulação de livros da *Bibliothèque bleue*, é proposto que essa deva:

[...] ser concebida como uma fórmula editorial que permitia a venda barata das edições, cujos custos de produção eram baixos e que, assim, assegurava uma circulação mais ampla, para além da clientela das livrarias, dos textos que

tivessem conhecido uma primeira vida impressa, às vezes extremamente longa (CHARTIER, 2005, p. 106).

A *Bibliothèque bleue* era responsável pelo trabalho de republicar títulos (até mesmo ditos de cultura erudita¹⁰) e torná-los, assim, mais acessíveis por conta de seu modelo de fabricação e venda. Um título passava a ser mais conhecido e vendido a partir do momento em que era publicado em um formato mais barato. A *Bibliothèque bleue*, como atestado por Chartier, teve em seu início um certo tipo de modelo a ser seguido, o texto era padronizado em quantidade de versos e paginações. Era um período em que os grupos marginalizados, como as mulheres, não apareciam em grandes representações. Com a modificação da leitura e escritura, esses modelos se dispersaram e cada região começou a estruturar de uma forma ou nem sequer estruturavam o modelo de texto e materialidade. Além disso, cada instituição (igreja, escola) responsável pela alfabetização tinha seus objetivos ao introduzir o texto nas sociedades, mas abrir um caminho para a subversão dos valores ensinados foi um perigo, que mesmo estipulado se tornou inevitável. Tão logo os meios populares se apropriaram de textos, que não lhes eram destinados, e conquistaram a escrita, da qual eram excluídos, perturbaram as divisões culturais impostas pelos discursos dominantes e que foram internalizados pelos dominados (CHARTIER, 2005). O romance tem enorme parcela nessas representações, pois durante o século XVIII, as preferências dos leitores sofreram modificações, uma vez que as leituras passaram da ordem religiosa para uma leitura de romances, que assumiam esse papel de levar representações do cotidiano e das relações sociais (LACERDA, 2018, p. 35).

Não obstante, reforçamos a presença de impressos baratos e efêmeros durante revoluções. A facilidade de mobilidade e capacidade de absorção se tornou aliada não só da circulação rápida, mas da produção acelerada e múltipla, e conseqüentemente de um maior lucro no mercado editorial. Esse modelo se tornou um sucesso e exemplo no campo da fabricação de livros, trazendo consigo avanços para a imprensa e uma nova fórmula de publicação por toda Europa:

Chega-se à constatação de que em todos os países europeus e em suas colônias circulam tipos impressos que compartilham as mesmas características: uma edição de baixo custo, a venda pelos *colporteurs*, a publicação de textos destinados às competências e expectativas dos leitores mais numerosos (CHARTIER, 2005, p.108).

Nos países ibéricos houve a circulação do *pliego suelto*, na Inglaterra houve os *ballads* e posteriormente os *penny books*, entre outros diversos lugares esses títulos populares marcaram

¹⁰ Como dito, entende-se a existência tanto de uma cultura erudita como de uma cultura popular e que as mesmas se relacionam.

presença. Todos esses assemelham-se no modo de fabricação, publicação e venda, apesar de estruturas diferentes e a maioria nem possuía autoria¹¹. As histórias se tornaram as mais diversas e abraçaram múltiplos gêneros, que vão para além da ficção: práticas de cozinha, construções, jardinagens e também educação eram presentes nesses livros e impressos como é comprovado pelos catálogos de editoras de *colportage*. Essa literatura na França deu espaço e ajudou no fomento para a publicação de folhetins, saídos de notas de rodapé dos jornais diretamente para publicações baratas e próprias (MEYER, 1996, p.65).

O folhetim¹² se torna um tipo de fenômeno da literatura popular durante o século XIX. O caminho que esse tipo de literatura percorreu é estudado por diversos pesquisadores do campo da história do livro, do impresso e da leitura. Tomemos como exemplo um folhetim francês: *Les Mystères de Paris*, de Eugène Sue. Ironicamente essa leitura para as massas (BURKE, 2006), contendo cenas de crimes, com uma pitada do gênero de horror e que dialogava com uma realidade do operariado francês, foi publicada num jornal considerado conservador, o *Journal des Débats*. A publicação dos *Mystères* teve início no dia 19 de junho de 1842, em quatro colunas no rodapé da primeira e segunda página do jornal.

Nelson Schapochnik nos diz que era uma narrativa que convidava leitores a explorar um mundo terrível e desconhecido pela maioria dos assinantes do jornal, que era puramente constituído por membros dos setores urbanos. Os *Mystères* possuem o “realismo vívido empregado na representação das cenas de privação enfrentada pelas classes populares” (SHAPOCHNIK, 2010, p. 595). Outro dado levantado é que a publicação dos *Mystères* ajudou demasiadamente o *Journal des Débats*.

Um indicador do retumbante sucesso do romance pode ser apreciado pela elevação das vendas do *Journal des Débats* ainda quando da publicação do romance sob a forma de folhetim. Com uma subscrição anual de 80 francos, o jornal passou do patamar de 3.600 para cerca de 25.000 exemplares vendidos no espaço de um mês, chegando a registrar a cifra de 40.000 exemplares (SHAPOCHNIK, 2010, p. 596).

O folhetim fez muito sucesso por toda a Europa, modificando o público leitor do jornal no qual era publicado. Constata-se, ainda, que atraía diferentes classes sociais, mesmo com preços aumentados. Conforme *Les Mystères de Paris* eram publicados, o público do jornal ia se expandindo e atingindo outras camadas da sociedade, como o setor médio e o operariado.

¹¹ Cabe dizer que a autoria de impressos é uma consequência do valor que essas obras tiveram a partir dos meios sociais em que circularam. Ser autor de um impresso pode estar relacionado a uma visão negativa ou ocasionar uma perseguição política. A função autor será melhor debatida no segundo capítulo.

¹² Termo que designa uma história publicada em periódicos, logo ao rodapé das páginas e que foi uma grande estratégia para venda de jornais (LACERDA, 2018).

Mesmo famosos autores e filósofos do século XIX tiveram contato com este folhetim, Nelson Schapochnik registra que Karl Marx chegou a lê-lo durante um período de exílio em Paris (SCHAPOCHNIK, 2010, p.597). Os *Mystères* tornaram-se não só um sucesso, mas uma febre e, logo após, um formato para obtenção de lucros. As filas para comprar o jornal se encontravam cheias pela madrugada e causavam brigas (SCHAPOCHNIK, 2010); casos cômicos e dramáticos foram registrados na imprensa e relatados pelo autor. A capacidade da circulação desse folhetim, não só na França, como no mundo, nos ajuda a pensar na circulação de livros voltados ao amplo público no Rio de Janeiro de fins do século XIX, uma vez que a aplicação de fórmulas editoriais semelhantes fora empregada no Brasil e possuem sua herança nesse mercado editorial francês.

A repercussão foi ampla como pudemos mostrar, logo esse folhetim foi compilado, revisado pelo autor e lançado em formato de livro (brochuras), ganhando reedições consecutivas não só na França, mas pelas filiais da editora em outros países e conseqüentemente em outras línguas. A Europa toda teve acesso aos *Mystères*, e em pouco tempo, escritores do mundo reescreveram a obra, modificavam o nome do local e mantinham a estrutura de representações do cotidiano de classes marginalizadas e dos crimes urbanos do século XIX. Assim, em muitos países foram constados “Os mistérios de ...” como uma fórmula pronta para ser seguida, talvez por uma apropriação de leitores e escritores ou somente pela capacidade de lucro e fama rápida que o nome carregava.

No Brasil não foi diferente, o nome de “Os mistérios do Rio do Janeiro” não se destinava a um livro específico, mas a vários e em diferentes momentos do século XIX (SCHAPOCHNIK, 2010). Na literatura portuguesa, nomes como Camilo Castelo Branco, autor de *Os mistérios de Lisboa* (1854), e Gervásio Lobato, autor de *Os mistérios do Porto* (1890-1891), atestam a febre do romance de Sue pela Europa. Mais que isso, atestam, pela representação dos crimes e da violência, a mudança do espaço urbano em decorrência da marginalização de sociedades desprivilegiadas durante o processo de industrialização europeia, no caso da sociedade portuguesa (CASTRO, 2017, p.15).

A difusão estrondosa do folhetim coube a um aspecto de mudanças causadas pela industrialização na Europa. O nascimento do romance e novos gêneros de literatura, tirando o foco da consolidada e erudita epopeia histórica, e os textos de pensamentos iluministas e políticos consagraram a diversidade de alguns novos leitores. Além disso, tornou-se comum a prática de jornais e revistas serem utilizados para a crítica literária e para propaganda de livros e impressos (SCHAPOCHNIK, 2010, p.598).

Segundo a autora Danielle Lacerda, o nascimento do folhetim é um jogo de interesses e práticas do mercado editorial com o início em 1836, no jornal de Émile de Girardin (1802-1881): *La Presse* (LACERDA, 2018, p.2). O reinado de Luís Felipe I foi rodeado de insatisfações. Com a França passando por um momento de industrialização e crescimento populacional urbano, demandas quanto a problemas sociais, sanitários e econômicos tiveram o mesmo aumento considerável. A burguesia emergente também se torna um problema, pois ganha força com a industrialização e aumento do comércio. Esses problemas culminam na revolução de 1848, contexto em que se localiza o livro de François Guizot, *A Democracia na França*. Olhar atentamente ao que estava rodeando o mercado editorial francês ajuda a compreender a obra e as escolhas dos editores, que ao optarem por um modelo de fabricação mais barata (mesmo a contragosto de Guizot) obtiveram a chance de circular por mais núcleos sociais (DAECTO, 2021)

Entre os proprietários de jornais, Émile de Girardin inovou ao desejar expandir para um público além da elite burguesa, para isso usou estratégias como baixar o preço da subscrição anual do jornal em comparação com outros do mesmo período, e a venda de espaço do jornal para a publicação de anúncios. Assim que a estratégia se estabeleceu, Girardin investiu em textos de literatura (sob demanda) para serem publicados em algumas partes do jornal (LACERDA, 2018). Essas contribuições mudaram o campo jornalístico literário, moldando novas relações entre escritores, imprensa, editores e leitores:

A construção da narrativa precisava se adequar ao espaço limitado do jornal e tinha a intenção em manter, a cada capítulo, o interesse e a jogar com os sentidos do leitor, para que o mantivesse interessado o suficiente para continuar a leitura no dia seguinte (LACERDA, 2018, p. 4).

Paulatinamente essas características começam a aparecer em diversos jornais, principalmente para aumentar o lucro e o público leitor ser instigado a uma fidelidade. A relação com o jornal também passa a mudar, já que alguns dos leitores e ouvintes desejavam apenas ler o capítulo do romance da semana ou do dia. Práticas culturais se estabeleceram e se modificaram. Autores famosos como Alexandre Dumas, Théophile Gautier, Honoré de Balzac e Victor Hugo publicaram folhetins em jornais nos primeiros anos dessa inovadora fórmula. Porém, a maioria dos escritores desses romances escritos em rodapés dos jornais não chegam aos nossos conhecimentos facilmente hoje em dia. Os cânones literatos francês, inglês e português foram escolhidos entre os nomes dos autores de acordo com princípios de apreciação e exaltação de suas obras pelo país, pela nação (FRANÇA, 2017). Autores como Eugène Sue e outros escritores de impressos efêmeros não entraram para o cânone das literaturas nacionais,

principalmente por suas obras serem consideradas “afastadas da realidade” nacional pelos críticos, artistas e intelectuais do século XIX.

Os romances-folhetim (MEYER, 1996) alimentaram uma máquina de produção capitalista de romances para massas. É um novo circuito mercadológico que se insere no processo de industrialização francês, e que possuiu um alto retorno financeiro, sendo copiado em diversas partes da Europa e do mundo durante o século XIX. A crítica a esse modelo avança principalmente no círculo de autores considerados parte da elite letrada francesa. Esses autores enxergavam que o romance-folhetim era um tipo de literatura “desastrosa”.

Quando tratamos do “mercado de bens simbólicos”, como apresenta Pierre Bourdieu, temos de ter em mente que a história da vida artística e intelectual da sociedade francesa, assim como de toda sociedade europeia, torna-se mais clara quando entendemos “[...] a história das transformações da função do sistema de produção de bens simbólicos e da própria estrutura destes bens [...]” (BOURDIEU, 1992, p.99). O corpo de intelectuais e artistas disputa o poder de legislar nesse campo cultural com seu campo de oposição, seja ele econômico, religioso, político, etc. O círculo letrado francês se incomodava com o romance-folhetim, pois apreciar uma literatura de qualidade, ou seja, “erudita”, era um motivo de distinção de classes.

Charles Augustin Sainte-Beuve¹³, no ano de 1839, publica o artigo “Literatura Industrial” no jornal *Revue des Deux Mondes*. Trata-se de uma crítica ao que ele batiza de literatura industrial, ou seja, esses romances folhetins. Podemos perceber o incômodo que essa nova fórmula causava na elite letrada pelo desdém nas palavras do crítico de literatura, pois essa forma manufatureira de ficção retirava toda a autonomia e capacidade criativa do autor e estava limitada ao lucro industrial e desejo dos donos de jornais e editores. Anos mais tarde, uma série de ensaios de Marcel Proust com o nome de *Contre Sainte-Beuve* (1954) foi publicada. Nesses ensaios, Proust argumenta sobre o trabalho do crítico de literatura, como se deve fazer e como se faz, em favor de seu método crítico para reconhecimento de obras que considera originais. Aponta, assim, como Sainte-Beuve não conseguiu enxergar a originalidade de autores contemporâneos em suas mal fundadas críticas e métodos, deixando escapar o reconhecimento necessário a grandes autores do período.

¹³ Sainte-Beuve (1804-1869) foi um literato e crítico francês muito respeitado no século XIX. Ativo na imprensa, colaborou com o *Globe*, o *National*, a *Revue de Paris*, a *Revue des Deux Mondes*, o *Constitutionnel* e o *Moniteur*. À época da publicação do referido artigo, já publicara três volumes de poesias – *Poesies de Joseph Delorme* (1829), *Consolations* (1830) e *Pensées d’Août* (1837) –, além do romance *Volupté* (1832) e da coletânea de estudos críticos *Portraits littéraires*, publicados em oito volumes entre 1832 e 1839. Sainte-Beuve foi muito próximo da geração romântica sua contemporânea, notadamente de figuras como Victor Hugo, Alfred de Vigny e do grupo conhecido como cenáculo (CANO, 2009, p. 195).

Voltemos às pesquisas de Nelson Schapochnik com os *Mysteries*. Um dos trabalhos mais citados pelo autor é o de Barry P. Chevasco, pesquisador britânico que tinha como foco entender a chegada das obras de Eugène Sue na Inglaterra. O pesquisador apura um certo paralelo entre o romance de Sue e as classes populares na França, por um lado, e as relações entre o “*peny novel*” *The mysteries of London* (1844), de G.W.M. Reynolds, e a cultura da classe trabalhadora na Inglaterra. Como dissemos antes, a capacidade desses romances baratos de representar as realidades sociais do contexto que se inseriam era bem ampla. Muitos trabalhos da historiografia e da literatura comprovam esse ponto.

Os *peny novel*, ou os *penny books*, como citados por Roger Chartier, decorrem da descrita fórmula de vendas e edições de livros herdados da literatura de *Colportage*, da *Bibliothèque bleue* na França. As *ballads* inglesas, em Londres, vão abrir caminhos para os *Penny Dreadfuls*, estes folhetos com narrativas de terror e horror que se tornaram bem populares. Eram baseados em histórias como a de *Jack, The Ripper*, entre outros assassinatos, além de contos sobre vampiros, mortos-vivos e lobisomens, que configuram uma forte presença da literatura gótica.

Os *Penny Dreadfuls* vão atravessar a Era Vitoriana em formato de folhetins que não possuem autoria confirmada, sendo impressos de forma bem barata e visando um entretenimento popular, assim como as *ballads*, atingindo diversos espaços da urbe londrina. O nome dado a estes folhetins remete a algo barato e, talvez, atribua algum juízo de valor, pois *penny*, em tradução espontânea para o português, significa “tostão”, que era o preço destes folhetins. É de praxe dessa fórmula editorial abaixar o preço de fabricação e venda. Como dito, o barateamento de impressos favoreceu a ampliação da leitura (assim como a ampliação da leitura favoreceu o barateamento da imprensa), tanto que, segundo Peter Burke: “Para os habitantes das principais cidades europeias, o analfabetismo estava se tornando cada vez mais desvantajoso” (BURKE, 2006, p. 76), ao ponto de que se podia encontrar abundância de nomes de lojas e de ruas em Londres, já no fim do século XIX (BURKE, 2006, p. 75).

Esse barateamento dos impressos beneficia obras de horror gótico, como *Frankenstein, ou o Prometeu Moderno* de Mary Shelley, que se tornou mais lido após sua edição de 1831¹⁴. Edição bem mais barata, pois foi publicada por uma editora que recuperava obras de ficção fora de catálogo e as vendiam por um preço mais módico – era a série *Standard Novels*¹⁵. Algo

¹⁴ A primeira edição de *Frankenstein, ou o Prometeu Moderno* foi publicada em 1818 e contou com 500 cópias.

¹⁵ Informação retirada da edição de *Frankenstein, ou o Prometeu Moderno* da editora brasileira Darkside, no ano de 2017.

similar ao processo de publicação da *Bibliothèque bleue*: baratear a edição de uma obra fora de catálogo e, assim, tornar tal obra popular e lucrar com essa republicação.

Não é incomum que essa fórmula de ampliação da leitura chegue ao público não erudito. Chartier muito já escreveu sobre leituras faladas desde o barateamento da imprensa, e “A forma mesma do objeto impresso sugere que as *ballads* eram lidas em voz alta por aqueles que eram mais bem alfabetizados que os outros, podendo servir de mediadores de leitura aos menos doutos” (CHARTIER, 2005, p. 109). A obra publicada em edição mais barata, e contando com a leitura coletiva, atinge um público maior. Porém, considerar somente a questão industrial e as modificações na escrita e leitura da sociedade é fechar os olhos para uma parte do contexto em que os romances baratos estão inseridos. Sabemos o quanto as representações nesses romances ajudaram na identificação da população com essas mesmas obras e conseqüentemente os tornaram sucesso de vendas. Destaco, então, a presença dos elementos de horror, da literatura gótica nas publicações populares. Esta nova fase da imprensa contribui para o consumo de ficção, tanto de romances, quanto de romances góticos em toda Europa e em suas conquistas.

As principais e básicas características do romance gótico não são difíceis de se reconhecer: o gênero se remete diretamente ao medo. Alguns estudos o colocam em lugar de privilégio para o estudo dos imaginários das massas, pois é algo chamativo ao público justamente por esta fácil associação. Mesmo que os abusos do medo na narrativa o tornem banal, cansativo e enfadonho muitas vezes (ROSSI, 2008, p. 68).

Essa aproximação do gênero com a sociedade se tornou mais um dos motivos para o entendimento do que é o estouro de vendas dos romances baratos. Pode-se, a partir disso, até mesmo compreender a desqualificação desses romances e seus autores no que é o conflito no campo cultural desse período e o motivo de não entrarem para o cânone das literaturas nacionais.

Poderíamos dizer que o conceito de regime de historicidade¹⁶ (HARTOG, 2003) é uma boa chave analítica para pensar na literatura gótica como uma “marca” do século XVIII, um tempo que teme o futuro a partir do rompimento das tradições, a partir das revoluções. Logo, um momento em que a sensação de aceleração temporal faz com que a sociedade (ocidental) se oriente em direção ao futuro. O passado não é mais aquele que explica o presente ou futuro da

¹⁶ O conceito diz respeito ao pensamento de François Hartog em *Regimes de historicidade - Presentismo e experiências do tempo* (2003), que nos apresenta rupturas e continuidades na existência da visão de tempo histórico pela sociedade. Dá-se o nome de regime de historicidade quando uma certa visão de tempo predomina em uma sociedade e/ou instituição. Em outras palavras, é como as pessoas enxergam e sentem o tempo histórico. Ressaltamos que regimes de historicidade diferentes podem coexistir.

mesma forma que explicava na História *magistra vitae*¹⁷ (KOSELLECK, 1979), o passado volta como um certo tipo de fantasma para assombrar o presente; a personagem monstruosa é muitas vezes a representação do medo entre o humano e o inumano, que se apresenta como o vilão ou o inimigo. Pode ser um inimigo externo, pode ser a transformação que a ciência causaria no corpo humano. O monstro é a representação corporificada e máxima desse medo da época.

Vale ainda dizer que a literatura detetivesca, o romance policial e/ou a literatura de crimes nascem do gênero gótico e carregam essas características citadas. Essa literatura é um tipo de soma do gótico com a imprensa jornalística (FRANÇA, 2017). No século XIX era muito comum encontrar em jornais o espaço destinado ao *faits divers*, uma rubrica que continha notícias de crimes horrendos, assaltos, suicídios, alguma sanguinolência, coisas espetaculares, naufrágios e chuvas de sapo. É um certo tipo de miscelânea que rompe com a normalidade e chega a ser atrativa por repercutir passagens de interesse amplos, uma forma de nascimento do sensacionalismo (GUIMARÃES, 2014) e que não é um gênero ficcional. A compreensão dessas informações nos ajuda a pensar a preferência por consumir tantas histórias de assassinatos, ou *true crimes*, ou as biografias de *seriais killers*.

“Esse culto pelo livro impresso vem da Europa” (BELO, 2013, p.81). Nas últimas páginas tratamos de estudos e discussões especificamente marcados por uma visão da história europeia. A invenção da imprensa no século XV se torna um marco importante devido à expansão da cultura europeia pelo mundo. Os grandes editores citados nas mais conhecidas obras da história do livro e dos impressos são italianos, alemães e franceses: Guttenberg, Manuzio ou Estienne. À América portuguesa nem sequer se referem, pois a tipografia se instala em suas terras apenas ao início do século XIX.

Tal espaço é ainda mais evidente quando pensamos na evolução da tipografia em culturas não cristãs, como a história do livro muçulmano ou judaico em outros continentes. É perceptível que a imprensa seguiu um caminho cronológico distinto nos territórios onde essas culturas foram disseminadas. E isso não é um resultado de um atraso na imprensa. É fruto de razões políticas, culturais e econômicas que vão reivindicar a posse do impresso, tornando-o alvo sacralizado. É possível trabalhar com a comparação em diversos aspectos quando se tem

¹⁷ R. Koselleck em seu livro *Futuro passado* (2006), define como “História mestra da vida” o período histórico em que essa máxima “cíceriana” (termo vindo de Cícero, filósofo romano) foi uma verdade absoluta para os pensadores da escrita da História. Esse período se estende na Idade Moderna, entre a Revolução Cultural europeia (ou Renascimentos) do século XV até a Revolução Francesa em 1789. Consiste na ideia de que o passado explica o presente e pode ser utilizado para agir no futuro, uma vez que (como o próprio Cícero diz) a História deve ser enxergada como cíclica, ou seja, ela se repete. Assim, podemos utilizar a história para apreender como agir em vida. *O príncipe* (1513) de Nicolau Maquiavel é uma obra que utiliza essa máxima como pressuposto em sua filosofia.

em mente essa pequena crítica à perpetuação da cultura europeia na história do livro e impressos.

Tratamos de uma história dos impressos populares e efêmeros na Europa, além de trabalharmos com o desenvolvimento da historiografia do livro e de gêneros literários que contribuíram para a circulação de impressos. Nas seguintes páginas buscaremos entender como a circulação de impressos e romances populares se deu no Brasil e como essa circulação se articula com as fontes selecionadas, bem como esmiuçaremos sobre a historiografia da história do livro no Brasil.

1.1 A história dos livros populares no Brasil

A produção historiográfica brasileira relacionada à história do livro, dos impressos e da leitura caminha com a forte presença dos estudos desenvolvidos pela Nova História Cultural (HUNT, 1992). As pesquisas quanto ao livro no Brasil contam com nomes de diversas áreas. Não só a história, como a literatura, a antropologia, o jornalismo e a sociologia compõem essa cena. O conflito multidisciplinar, do qual já tratamos nas páginas passadas, não deixa de ser presenciado, porém sempre houve e haverá o compromisso com o rigor científico.

Uma das primeiras obras de grande valor para a área é *O Livro no Brasil* (1982) de Laurence Hallewell. A obra contém verbetes nos quais o autor trabalha sobre os significativos nomes de livreiros, editores, tipografias, livrarias, escritores e outros elementos do mercado editorial brasileiro durante os séculos XIX e XX. Os estudos historiográficos sobre os impressos no Brasil tiveram grande impulso na década de 1990 e no início dos anos 2000, principalmente com um incentivo maior à pesquisa neste campo entre programas de pós-graduação de universidades públicas.

Não se pode deixar de falar da contribuição de instituições e associações importantes para a composição dessa área, como são os casos das bibliotecas e arquivos públicos dos diversos Estados. Principalmente pela consolidação de catálogos e arquivos digitalizados e *online*, permitindo um fácil acesso do pesquisador, como é o caso da Hemeroteca da Biblioteca Nacional e da Biblioteca Brasileira Mindlin, na USP.

Dentro do escopo das pesquisas acadêmicas no subcampo, observa-se uma conexão entre uma variedade de temas. Estes incluem estudos sobre publicações periódicas, como jornais e revistas, com foco em diversas temporalidades e perspectivas temáticas. As pesquisas

também abrangem impressos efêmeros, livros, dicionários, cartões postais, editoras e editores, reforçando a pluralidade de temas e abordagens. Além disso, outros tópicos relevantes incluem a formação de leitores e instituições de ensino; a circulação específica de romances e livros científicos; estudos de representações nas obras canônicas da literatura brasileira; trabalhos que articulam o contexto e as representações do texto; e estudos que focalizam a materialidade e a recepção de determinadas obras. Esta diversidade de temas reflete a amplitude e a profundidade do campo de estudo.

A diversidade epistemológica é mais que possível no campo, pesquisadores brasileiros têm dialogado com grupos de pesquisa nacionais e estrangeiros, enriquecendo as possibilidades oferecidas, por exemplo, pelas conexões atlânticas, possibilitando novas perspectivas de estudos. Um dos casos a destacar é o interesse cada vez maior sobre a história do que chamaremos “livro popular” no Brasil, em trocas cada vez mais aprofundadas entre as áreas de Letras, Comunicação e Ciências Sociais. No caso desta dissertação, buscamos contribuir com o debate, trazendo uma obra e um autor de certo modo afastados dos cânones vigentes em Literatura e em História.

Em termos gerais, segundo apontam muitos estudos, a maior mudança para a imprensa no Brasil foi a chegada da família real em 1808. Antes disso, era proibido imprimir na região. Não se deve negar que a ausência de imprensa na América portuguesa causou algum impacto na circulação de textos e na leitura. Houve, em 1747, um impressor lisboeta, António Isidoro da Fonseca, que até conseguiu imprimir um folheto no Rio de Janeiro. Porém, teve de juntar seu material e regressar a Portugal pois a tipografia foi proibida logo em seguida (BELO, 2013, p.91). O ato evidencia a “[...] dependência do território em relação ao centro político e cultural situado no outro lado do Atlântico” (BELO, 2013, p.91). Para que uma mudança na imprensa e sua circulação ocorresse, o centro político teve de ser transferido para o Rio de Janeiro.

Tornou-se possível imprimir no Brasil após essa transferência de centro político. Mesmo com a Imprensa Régia, os leitores sentiam necessidade, pelos mais diversos motivos, de continuar a importar livros. Isso se deve ao fato de o conteúdo das impressões serem limitados, principalmente no quesito ficções (ABREU, 2013). Houve o controle sobre a circulação e impressão de livros até 1821 e por conta desses registros de censura é possível ter uma compreensão do que se lia nesse período. Márcia Abreu trabalhou com esses registros e levantou dados significativos para a história do livro, dos impressos e da leitura no Brasil.

Observando esses mesmos dados, que são somas de trabalhos com a presença da historiadora, podemos compreender que as obras mais lidas e procuradas pelos que moravam

no Brasil até a década de 1840, eram romances produzidos em séculos anteriores, como *Mil e uma noites* (1704-1717), *Dom Quixote* (1605-1615), *Pamela* (1741) e *As aventuras de Telêmaco* (1699). Porém, acontece uma mudança com a chegada do romance-folhetim ao Brasil em 1839. A procura pelos romances de séculos anteriores começa a decair consideravelmente na Biblioteca Nacional. Talvez isso se deva a uma maior possibilidade de acesso a obras de ficção na cidade do Rio de Janeiro, com destaque para o Gabinete Português de Leitura, inaugurado em 1838 (ABREU, 2013). Em compensação, os títulos mais procurados tornam-se os de romances-folhetim, tais como *Os mistérios de Paris* e *A salamandra* (1832) de Eugène Sue.

Uma interessante constatação de Márcia Abreu em seus dados é a grande procura na Biblioteca Nacional por uma obra escrita por um autor brasileiro pela primeira vez. Trata-se de *Os dois amores* (1848) de Joaquim Manoel de Macedo, uma obra que não ganhou repercussão significativa até os dias atuais e nem se consagrou pelo cânone de nossa literatura nacional. O romance de sua autoria, mais reconhecido pelo cânone literato, foi *A moreninha* (1844) que mal obteve procura pelos leitores da Biblioteca Nacional durante o mesmo período (1849-1856). Mesmo assim, a preferência de procura e leituras pelos usuários da Biblioteca no Rio de Janeiro era literatura francesa.

A herança europeia, principalmente francesa, na literatura brasileira é reconhecida por críticos literários e historiadores, como Marlyse Meyer (1996) e Tânia Bessone (2002). No livro *Folhetim: uma história*, Meyer expõe a relação direta entre as literaturas. Para além disso, a herança francesa em hábitos brasileiros era tão presente que aparecia em diversos itens divulgados pelos jornais, sobretudo quanto à venda de livros no Rio de Janeiro. Segundo Tânia Bessone, o comércio de livros na cidade teve em folhetos, panfletos, almanaques e jornais importantes recursos de venda, desde as primeiras décadas do século XIX (FERREIRA, 2002). Não poderia ser diferente o fato de que as táticas de venda de livros tenham sido herdadas de práticas francesas, pois “Com um número significativo de livreiros franceses, as estratégias de venda já experimentadas com sucesso na Europa também foram implementadas no Brasil” (FERREIRA, 2002, p. 41). Tais fatos revelam mais que uma preferência, revelam uma “francofilia”.

Porém, a questão do mercado de bens culturais também tem relação com a presença inglesa no Brasil. Com o bloqueio continental imposto por Napoleão na Europa, os ingleses procuraram aumentar suas relações mercantis com os portos da América, principalmente a portuguesa, visto que a relação entre os países agradava ambos os lados. Para isso, os ingleses

ajudaram no processo de transferência da Corte para o Rio de Janeiro. Piedade Grinberg aponta para a presença desses estrangeiros no mercado editorial, principalmente com a inserção de anúncios e na impressão de jornais.

Os ingleses introduziram o uso de anúncios da venda de mercadorias nos jornais. Criada em 1808, para atender à necessidade de divulgar os atos do governo, a Imprensa Régia fez circular o primeiro jornal: a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Nas páginas da *Gazeta* colhem-se inúmeros anúncios de casas comerciais estrangeiras, que nos dão a conhecer informações valiosas sobre o comércio na cidade. Também em 1808 começou-se a imprimir, em Londres, *O Correio Brasiliense*, de Hipólito José da Costa (GRINBERG, 2009, p. 350).

A venda de artigos e bens ingleses teve muita força no início do século XIX por conta de acordos comerciais entre os países (Portugal e Inglaterra). Inclusive, as peças de roupas e hábitos ingleses exerceram presença dominante no cotidiano carioca (GRINBERG, 2009). Constata-se ainda que a leitura de romances ingleses esteve presente na formação de leitores e escritores brasileiros, principalmente com os romances destinados ao público feminino (FRANÇA, 2017; MUZART, 2008). Além disso, o ensino de inglês e francês no Brasil foi oficializado por D. João IV logo em 1809 e a Imprensa Régia pública a primeira gramática de língua inglesa em 1820 (NEVES, 2014).

No entanto, foi com a chegada de imigrantes franceses que se ampliaram na sociedade as expectativas quanto ao acesso às artes, à cultura francesa nos seus mais diversos aspectos. Essas novas perspectivas se anunciaram com mais intensidade a partir da chegada da missão artística francesa. Durante o século XX, a temática da missão artística francesa dividiu opiniões de historiadores portugueses e franceses no IHGB, segundo a historiadora Letícia Squeff em seu artigo “Reverendo a missão francesa: a missão artística de 1816, de Afonso D’Escrangnolle Taunay” de 2005.

O Rio de Janeiro, por ser o Município Neutro da Corte e uma cidade portuária, reunia questões complexas, como pelo fato de ser um dos maiores portos do comércio de africanos escravizados do mundo, e ao mesmo tempo, desde a chegada da família Real, ter acesso a diversas trocas culturais, adquirindo um caráter cosmopolita (AZEVEDO, 2002).

É exatamente nesse momento que a imprensa toma seu lugar na América portuguesa. Já que o estabelecimento da Corte exigia providências novas, como a necessidade de divulgar os atos oficiais e orientar as recentes práticas comerciais e culturais (NEVES, 2014). Houve urgência em estabelecer novos órgãos e instituições, apoiar a presença de aprendizes nos ateliês e escola de ofícios, receber artistas estrangeiros, entre outras providências. Paralelo ao estabelecimento da Imprensa Régia, ampliam-se as possibilidades de importação e circulação

de livros para educação, livrarias, tipografias, publicações de jornais, como *A Gazeta do Rio de Janeiro*, por exemplo.

O comércio de livros deve muito à abertura de portos nos anos de governo de D. João VI. Instaurar novos cursos, escolas e locais para instrução e ensino era uma pretensão para transformar e adaptar a elite carioca em uma sociedade de Corte (ELIAS, 1969). Tornou-se urgente que o Rio de Janeiro mudasse sua roupagem, diferente daquela de velha cidade colonial, para desempenhar a posição de abarcar a Corte do Império português. Em contrapartida, essas mudanças permitiram o acesso e a circulação de textos e obras fundamentais para o estabelecimento e desenvolvimento de um mercado editorial. Lúcia Bastos Pereira das Neves, em seus estudos quanto à implementação de políticas educacionais durante o período joanino, averigua que a

[...] oferta de textos impressos relativos ao conhecimento e ao saber ampliou-se, de forma significativa, nas primeiras duas décadas do oitocentos, em consonância com o estímulo que a Coroa propiciava em relação à instrução e ao ensino (NEVES, 2014, p. 187).

A maioria dos textos que circulavam era relacionada aos objetivos educacionais, porém não deixavam de conter ideias da ilustração portuguesa ou mesmo de outras partes da Europa, como a francesa e/ou inglesa. Mesmo sob o controle da Imprensa Régia, algumas tipografias particulares puderam fazer correr textos pelo Brasil. Na Bahia, em 1811, o comerciante português Manoel Antonio da Silva Serva abre uma tipografia. O Rio de Janeiro somente tem uma tipografia particular 10 após, em 1821. “Logo, no Brasil das primeiras décadas do oitocentos, os livros e o ensino possibilitaram o surgimento de novas formas de sociabilidade e de um espaço público de poder [...]” (NEVES, 2014, p. 163). Nesses mesmos espaços públicos de poder foram questionados alguns dos valores tradicionais, como o governo absoluto anos depois. O desenvolvimento da educação e da arte na América portuguesa toma alguns longos passos nesse período e a presença de estrangeiros se comunica com os interesses da Corte em adaptar o Rio de Janeiro.

A queda de Napoleão deixou diversos de seus apoiadores perdidos e desempregados pela França. Alguns desses apoiadores, que eram renomados artistas, formaram uma espécie de grupo para vir ao Brasil trabalhar na prometida Academia Imperial de Belas Artes, fundada em 1826. Leticia Squeff argumenta que a chegada desses imigrantes se tornou objeto de um longo debate em nossa historiografia. Foi um livro que atribuiu um nome a esse fato: *A Missão artística de 1816*, de Afonso D’Escragnolle Taunay, filho do escritor Visconde de Taunay e

bisneto do artista Nicolas Antoine Taunay, que formava parte da nomeada Missão artística (SQUEFF, 2005, p.563).

Com o estabelecimento desses artistas franceses no Rio de Janeiro em 1816 e com a construção da Academia Imperial de Belas Artes, um padrão estético tornou-se desejável para a sociedade: o neoclassicismo. Segundo Piedade Grimberg, qualquer que fosse o estilo que se desviasse disso, não era bem visto (GRIMBERG, 2009, p.354). De certa forma, esse estabelecimento também significou um rompimento com o padrão estético barroco que predominava na América portuguesa. Enquanto a Academia Imperial era construída, esses artistas abriram ateliês e escolas de ofício de artistas no Rio de Janeiro. Trabalharam observando a sociedade, fauna e flora da América portuguesa.

Realizaram algumas expedições que, ao regressar à França, divulgavam estudos originais exibindo em livros, pinturas e narrativas imagens do interior do Brasil bem como do cotidiano carioca no início do século XIX. Nem toda divulgação seria a desejada pela Corte portuguesa, principalmente pelo grande número de relatos que punham o escravizado africano como o centro da experiência nas terras brasileiras. Em a *Vida dos escravos no Rio de Janeiro* (2000), Mary Karasch analisa muitos dos relatos dos estrangeiros que pisavam no porto e viam não só a beleza natural das paisagens cariocas, mas a quantidade de escravizados sendo descarregados, ou que estavam à venda ou nas ruas. São dois elementos inseparáveis da visão e do cotidiano do Rio de Janeiro no século XIX. A quantidade de fontes estrangeiras que relata tal dualidade é grande, o que exige uma maior quantidade de estudos quanto a escravidão no Rio de Janeiro, lembra Karasch.

A missão artística de 1816 fazia parte de um projeto para adequar a sociedade do Rio de Janeiro à Corte, um processo civilizatório. Alguns dos grandes projetos e obras dos artistas franceses, que passaram pelo Rio de Janeiro, foram apresentados ao Brasil e ao mundo. Empreendimentos como aqueles realizados pelo arquiteto Grandjean de Montigny, e a obra *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* (1834-1839) de Jean-Baptiste Debret, são grandes fontes para entender não só o que chamava a atenção dos estrangeiros no Brasil. Como dito, ao analisar detalhadamente a chegada de ingleses e franceses no contexto do período joanino, pode-se enxergar, em uma longa distância, a formação de uma cultura em torno do comércio de livros e editoração no Rio de Janeiro, assim como a presença de modelos artísticos que permanecem durante todo o século XIX.

Tânia Bessone Ferreira, como já foi dito, aponta o quanto a influência francesa se sobressai no século XIX. Afirma que em um século o comércio de livros cresceu lentamente,

porém se modificou numa boa velocidade para atender diferentes categorias (FERREIRA, 2002). As primeiras editoras a se instalar e traduzir para o português obras europeias eram francesas. Esse sucesso francês no mercado editorial é atribuído a um sistema de barateamento da imprensa já consolidado na França, um modelo de trocas comerciais entre províncias, depois com outros países, tendo criado uma solidez e um domínio no comércio de livros franceses. Logo, no Rio de Janeiro, editores brasileiros e portugueses preferiam manter suas impressões diretamente na França, devido às boas condições de preço.

A partir do estudo de impressos do Brasil imperial pode-se compreender questões políticas e ideais marcantes de períodos políticos intensos. Lucia Neves (1999) e Gladys Sabina Ribeiro (2010), por exemplo, em suas pesquisas relacionadas aos impressos políticos, buscam melhor compreender as representações dos discursos e debates acirrados da política imperial brasileira. Durante os anos do Período Regencial, grupos políticos (liberais exaltados e moderados) tinham ampla presença e atuação na dispersão e circulação de jornais e principalmente de panfletos (RIBEIRO, 2010). A circulação de impressos políticos efêmeros divulgou debates e acirrou conflitos num período instável.

Alessandra El Far, em seu livro *Páginas de Sensação* (2004), nos apresenta à origem do termo “romances de sensação” para descrever os livros que vão ao encontro da cultura popular no Rio de Janeiro de meados do século XIX. Estratégia de venda herdada de livreiros franceses, o termo foi cunhado para fazer propaganda para romances baratos nos anúncios de jornais em disposição. A produção e venda desses romances baratos e populares parece ser um tipo de fenômeno mundial, que tem seu início com o barateamento da imprensa e ascensão do gênero na Europa.

Esses modelos de publicação, fórmula editorial e as estratégias de venda dos livreiros franceses chegou ao Brasil, assim como os folhetins em rodapés de jornais, por volta das décadas de 1830 e 1840 (MEYER, 1996, p.56). Pode-se dizer que os romances de sensação se relacionam diretamente com esta herança.

1.2 A presença da Quaresma & C. na história dos livros populares

Algo que Alessandra El Far (2004) expõe em seu *Páginas de Sensação* é a presença marcante de Pedro da Silva Quaresma nesta cena da literatura popular do Rio de Janeiro. A Livraria do Povo, localizada na Rua São José, tinha destaque em publicações de romances de

sensação, concorrendo com aquisições das bibliotecas existentes e também com editoras francesas e alemãs instaladas na rua do Ouvidor.

Quaresma concentrou-se em publicações de livros baratos e com apelo popular (HALLEWELL, 2005, p. 305). Além disso, destacou-se por produzir as primeiras edições, em português “brasileiro”, de literatura infantil no Brasil, já em finais do século XIX. Hallewell explica que antes disso, os livros infantis vinham em expressiva maioria de Portugal. A primeira obra para crianças foi publicada pela Imprensa Régia em 1818 e tinha o nome de *Literatura para meninos*, e continha uma coleção de histórias morais, além de fatos sobre a geografia e cronologia do Império português. A organização desta obra se deve a José Saturnino da Costa Pereira (NEVES, 2014, p. 180). A livraria de Pedro Quaresma também era ponto de encontro de escritores jovens e mais pobres, que eram atraídos pela venda de livros usados (HALLEWELL, 2005, p. 307).

O destaque da Livraria do Povo eram os romances baratos, batizados nos jornais de “Romances de Sensações” através dos anúncios que Pedro de Quaresma encomendava. Citamos aqui três desses romances publicados por Quaresma e suas respectivas autorias: *Elzira, a morta virgem*, de Pedro Ribeiro Viana (- 1894); *Maria, a desgraçada*, de Elisiário da Silva e *Casamento e mortalha* de Julio César Leal (1837-1897). Cabe ressaltar a ausência de informações sobre os autores e a dificuldade de se localizar atualmente seus dados biográficos, além das omissões quanto às datas de publicação das edições (variando durante a década de 1880, 1890 e início do século XX) de cada romance de sensação. Não se sabe até que ponto era desejável aos autores associar seus nomes a esse tipo de comércio, uma vez que o juízo de valor dado à escrita de romances baratos era negativo, por ser este tipo de publicação considerado literatura de “menor valor” e desqualificada em termos de erudição. Um dos nomes associados diretamente à Livraria do Povo é Viriato Padilha, pseudônimo do poeta Annibal Mascarenhas (1866-1924)¹⁸, cujo romance de sensação mais conhecido, publicado pela editora Quaresma, é o *Livro dos Fantasmas*. Usava-se o recurso do pseudônimo como proteção contra este tipo de crítica. Outro escritor de destaque na Livraria do Povo é Figueiredo Pimentel (1869-1914), autor de *O aborto* (1893), publicado com o selo Quaresma & C., que se tornou alvo de várias críticas nos jornais, julgado como “polêmico” e objeto de censura formal.

Alguns estudos já foram direcionados para as obras de Figueiredo Pimentel. Podemos citar o trabalho de Kleiton de Souza Moraes (2019), em que o autor se debruça nos “manuais

¹⁸ Recorrentemente publicava alguma obra pela editora Quaresma, chegando a possuir quatro livros anunciados pela editora no catálogo da quarta série de *A história e a legenda* (1896).

de namorado” e o romance *O aborto*, ambos escritos por Figueiredo e publicados pela Quaresma & C. Além disso, Andrea Leão (2015) esmiuçou os livros da coleção infantil da Livraria do Povo, aprofundando os estudos quanto à livraria e o seu dono, Pedro da Silva Quaresma. Há de se perceber que muitas lacunas ainda existem na história da circulação desses livros baratos e em brochuras no Rio de Janeiro. O pouco que sabemos sobre Pedro Quaresma é repercutido em todos os autores que estudam os livros da Livraria do Povo e a Quaresma & C.

Um dos documentos mais importantes para estes estudos são os catálogos de livros, e o catálogo da editora Quaresma era amplo¹⁹. No fim do século XIX, contava com livros diversos e não só os romances de sensação. Podia-se encontrar manuais práticos; livros técnicos para lavradores e criadores; livros de história geral para o público; livros de trovas distintas e poesias; e *O Grande livro de São Cypriano ou o tesouro do Feiticeiro* (1882). Livros sobre e de magia são significativas fontes para o entendimento da circulação de livros baratos. Eram vendidos a preços bem semelhantes aos romances e livros infantis, e sempre com preço abaixo dos livros de direito, medicina e aos “eruditos”. Em recente dissertação, Inês Teixeira Barreto (2022) estuda a circulação do livro de São Cypriano no Brasil²⁰. As publicações desse livro feitas pela editora Quaresma dominaram o mercado por mais de 30 anos, quando competidores começaram a aparecer. No catálogo apresentado na quarta série de *A História e a Lenda* (1896), podemos encontrar como *O Grande Livro de São Cypriano* era anunciado ao público pela editora:

O Grande Livro de São Cypriano, ou o Tesouro do feiticeiro, a edição mais completa que se tem publicado até hoje. Um colossal volume com numerosíssimas gravuras dando idéia certa dos lugares onde se acham os thesouros escondidos – 3\$000.

Anúncios como esse são possíveis de se encontrar no *Jornal do Commercio* entre as décadas de 1880 e 1950. A Quaresma investia em publicidade no jornal e seus anúncios vinham em variados tamanhos e com frases chamativas (EL FAR, 2004). Exaltavam também sempre o preço baixo de seus produtos. Porém, não devemos esquecer que o comércio de livros foi atividade bem ampla e não dependia somente de livrarias, “[...] pois era praticado também por

¹⁹ O terceiro volume de *A História e a Lenda* (1895) possui oito páginas com catalogação de livros publicados pela editora Quaresma (SILVA, 1895).

²⁰ Segundo a historiadora, o *Livro de São Cipriano* é uma obra portuguesa que compila uma série de informações “mágicas” herdadas dos grimórios (Manuais de feitiço medievais) europeus e que se soma ao catolicismo português. Quando foi trazido ao mercado editorial brasileiro absorveu outros imaginários mágico-religiosos, como o africano e ameríndio, criando um novo elemento. Ao analisar a trajetória do livro desde Portugal até o Brasil em reclames e anúncios de jornais e revistas, catálogos de fim do século XIX e do século XX, Inês Barreto constata que esse processo de encontro e modificação que o livro sofreu entra na classificação do que o historiador Serge Gruzinsky chama de mestiçagem.

arrematadores e leiloeiros, os alfarrabistas e vendedores de livros usados, além das ocasionais vendas anunciadas na imprensa carioca” (SCHAPOCHNIK, 2016, p. 314). A procedência desses livros é muito pesquisada e devemos lembrar do quanto a pirataria de impressos do século XIX é algo impossível de se colocar em números e não consta em documentos oficiais. Algumas das conclusões que podemos levar em consideração é que essa pirataria de impressos ajudou de alguma forma o mercado editorial, principalmente de livros populares. Nos trabalhos de Nelson Schapochnik com livros de gabinetes e bibliotecas públicas no período de 1843-1851 (SCHAPOCHNIK, 2016), informações importantes quanto à pirataria de livros no Rio de Janeiro são levantadas. O contexto diplomático ajuda muito na explicação dos diversos impressos belgas circulando nas livrarias cariocas durante o referido período. Havia uma competição entre editores belgas e franceses no mercado livreiro na Europa, os preços belgas eram mais baratos por conta de não haver leis para os direitos do escritor. Facilmente eram copiados e impressos diversos livros na Bélgica por preços menores e levados ao resto mundo para serem vendidos também por preços abaixo da faixa de mercado. Isso muito incomodou os franceses até que um acordo jurídico diplomático fosse concluído entre os países (SCHAPOCHNIK, 2016).

A falta de direitos do escritor sobre suas obras, como o recebimento por autoria, no Brasil muito incomodou os portugueses. Segundo os trabalhos de Tania Bessone com o mercado e circulação de impressos portugueses no Brasil (FERREIRA, 2000), diversas tentativas de firmar um acordo jurídico diplomático para o mercado editorial entre Portugal e Brasil existiram, mas não tiveram resultados positivos. Esses direitos autorais só têm implantação efetiva no Brasil em 1922 (FERREIRA, 2000, p.3). Além disso, sabe-se que a falta de direitos para autores no Brasil ajudou na multiplicação de livrarias e casas impressoras (HALLEWELL, 1985). Bessone Ferreira (2000) aponta para uma negociação, proposta por portugueses e alguns interessados brasileiros na questão de direitos autorais, visando regular o comércio entre países e muito semelhante aos acordos anteriormente citados entre Bélgica e França:

No entanto não se tratava exclusivamente de questões de propriedade literária, mas também de direitos e deveres sobre produtos portugueses importados pelo Brasil e vice-versa. O comércio em geral incorporava-se ao problema e sempre haveria um forte interesse de se recuperar outros tipos de negociações anteriores. Desejava-se neste processo formar-se uma base legal satisfatória, à semelhança de acordos que já existiam entre a França e a Bélgica e que tinham características basicamente universais (FERREIRA, 2000, p.3).

Os portugueses tiveram relevante atuação no mercado editorial e circulação de impressos e da leitura no Brasil. O Gabinete Português de Leitura, por exemplo, fundado em 1837 na casa do dr. Coelho Lousada, tornou-se uma das mais importantes sociedades literárias existentes no Império nesse sentido de circulação e leitura, pois realizava muitas compras de livros. Contava com a biblioteca bem ativa e com um acervo significativo (FERREIRA, 2000), sendo um exemplo destas compras de obras contrafactuais. Inclusive, muitas das obras impressas na Bélgica, vendidas por preços menores e que foram importadas, são encontradas nos catálogos e nas atas de aquisições do Gabinete Português de Leitura (SCHAPOCHNIK, 2016). Instituições como essa tornam-se fundamentais para o trabalho de pesquisa com a história do livro e dos impressos.

Márcia Abreu, ao investigar quais eram os livros mais lidos no Rio de Janeiro e na Paris do século XIX, destacou a ascensão do romance folhetim em anúncios de jornais. Analisou as obras mais procuradas na Biblioteca Nacional e localizou alguns romances baratos, ou já publicados em jornais, daquele século. O estudo evidencia que as obras escritas no século XIX (consideradas consagradas hoje em dia) não eram as mais buscadas pelos leitores. Esse mérito ia para obras escritas em séculos anteriores.

Porém, essa configuração mudou com a chegada do folhetim. Os dados levantados por Márcia Abreu exprimem que as produções de Eugène Sue eram das mais procuradas e tinham expressivas tiragens, tanto na França quanto no Brasil (ABREU, 2013, p. 179). Muito desse sucesso, que a autora chama de “sucessos de média duração”, se deve à tradução para o português e as impressões mais baratas. Alessandra El Far acrescenta que o sucesso do romance folhetim é atribuído ao uso do termo “Sensação”.

O termo abre um debate interessante quanto à circulação de impressos efêmeros não só no Brasil, mas no mundo. O seu uso é uma escolha da fórmula editorial e de vendas, que conversa com os jornais impressos do século XIX, período em que a imprensa jornalística mundial vivia um auge de impressões e circulação (GUIMARÃES, 2014). Era possível encontrar nas páginas de jornais não só os folhetins, mas também a coluna destinada aos “Sensacionais”: casos de crimes, assuntos interessantes e fora do comum, os já citados *faits divers*. Essas histórias faziam enorme sucesso entre leitores e ouvintes. Elas representavam uma pequena parte dos imaginários coletivos que rondavam nas urbes de fim de século. Os leitores e ouvintes consideravam essas histórias “verdadeiras”, elas eram divulgadas pela imprensa como fatos verídicos e depois apareciam em narrativas em obras a serem publicadas sob a forma de folhetins. A imprensa geralmente conseguia mais alcance só por possuir uma parte de seu

jornal destinada aos casos surreais, sanguinolentos e fora do comum. Valéria Guimarães atribui esse sucesso ao contexto mundial de transformação das cidades²¹ e da aceleração do tempo. Nem tão longe, o termo “Sensacional” era utilizado em muitas das descrições dessas histórias: a “fórmula sensacionalista” ou o “imaginário de sensação” (GUIMARÃES, 2014, p.108) estava pronta e deu certo para os jornais estrangeiros.

Em complemento, Valéria Guimarães nos lembra que Dominique Kalifa (1995), ao escrever sobre os *faits divers* na França, argumenta o quanto essas obras eram desqualificadas pela cultura erudita. Porém, se houvesse algum tipo de reconhecimento ou “enobrecimento” desse tipo de notícia era quando estampavam as primeiras páginas dos jornais. Geralmente isso acontecia quando as notícias vinham com a “sanguinolência” perfeita para vendas. As histórias de crimes eram as mais chamativas (KALIFA, 1995; GUIMARÃES, 2014).

Os editores brasileiros observaram essa fórmula, que deu certo lá fora, e a trouxeram para o Brasil. Os estudos de Valéria Guimarães permitem explorar os imaginários criminais brasileiros em torno dessas histórias sensacionalistas, o que representavam e como e onde circulavam. A autora atribui o sucesso dessas histórias sensacionalistas sanguinolentas ao terreno já preparado pela literatura de crime no Brasil.

Ana Porto Gomes (2014) confirma essa afirmativa e atribui que muitos dos romances folhetim franceses foram baseados em notícias sensacionalistas de jornais, ou mesmo o contrário, já que os folhetins de crime poderiam ser apropriados e recontados em forma de notícia:

O público era o mesmo que consumia folhetins e *fait divers*. Na França, por exemplo, Émile Gaboriau publicou todos os seus romances de sucesso inicialmente sob a forma de folhetim no *Le Petit Journal*, mesma folha que criou o *fait divers*, forma de notícia que tinha o crime como elemento central. O escritor se utilizou de algumas destas notícias de crimes cotidianos para elaborar as suas obras, mostrando que havia um diálogo permanente entre diversos espaços do jornal (GOMES, 2014, p. 147).

A tese já citada de Andreia Alves Monteiro (2017) ajuda a compreender a circulação e representação dos romances populares de crime em Portugal no século XIX. Investigando obras de autores portugueses, Monteiro observa o quanto os imaginários de crimes estão presentes nessas representações e as atribui ao contexto da urbanização e industrialização portuguesa no século XIX. Além disso, o sistema jurídico e a força policial se tornam fatores importantes para essa análise, uma vez que reforçavam o estereótipo das classes perigosas (MONTEIRO, 2017).

²¹ Essas argumentações serão desenvolvidas no segundo capítulo, ao tratarmos do Rio de Janeiro do fim do século XIX.

Muitos desses romances de crime baratos portugueses circularam no Brasil, até mesmo por uma facilidade gerada pela falta de legislação autoral no país (FERREIRA, 2000). O que vimos sobre a historicidade dos livros baratos e o quanto as representações que os gêneros literários ajudaram a construir tanto quanto foram construídos por essas, auxilia a pensar no mercado por detrás desses bens. Quando atribui aos seus romances vendidos o termo “Sensacional”, Pedro da Silva Quaresma está declarando ao público do que se trata e sabe que funciona.

A questão criminal presente nesses romances nasce, de certo modo, a partir de um gênero já tratado nesse capítulo: o gótico. Observar como o gênero gótico, que se remete diretamente ao medo e é estimulado pelo lado mais sombrio presente em uma sociedade, se desenvolve no Brasil é uma tática para a compreensão da circulação de romances baratos e efêmeros do fim do século XIX. Júlio França aponta a importância do estudo dos “Romances de Sensação” para a pesquisa quanto ao gótico no Brasil:

Há um campo fértil a ser explorado por estudos que foquem nas imbricações entre narrativa gótica, ficção de crime e os chamados romances de sensação. Estes últimos foram autênticos *best-sellers* que inundavam o mercado editorial brasileiro em fins do século XIX e início do XX. Eram brochuras baratas, geralmente ilustradas, com tramas mirabolantes e de fácil leitura, programaticamente publicadas para “atingir uma parcela ainda pouco explorada pelo mercado editorial: ‘o povo’” (EL FAR, 2004, p. 11). O rótulo “sensação” anunciava para o leitor, de maneira direta e explícita, o tipo de obra de que se tratava: “dramas emocionantes, conflituosos, repletos de mortes violentas, crimes horripilantes e acontecimentos imprevisíveis” (p. 14). Uma linha de abordagem promissora é observar em obras como *A emparedada da Rua Nova* (1909-1912), de Carneiro Vilela, a encenação de dilemas morais extremos através do emprego de procedimentos estilísticos góticos e melodramáticos [...] (FRANÇA, 2017, p.121).

Por muito tempo a atribuição de um gênero gótico brasileiro foi considerada absurda pelos estudos literários. Seria a importação de um gênero de fora e não era isso que interessava ao cânone da literatura nacional. Assim como o IHGB selecionou as principais obras, nomes e temáticas na construção da história do país durante o século XIX, o campo da literatura brasileira exaltou (e exalta) as obras que dão protagonismo ao ideal nacional, à beleza da natureza brasileira ou ao estímulo, principalmente, da *cor local* (FRANÇA, 2017, p.112). Esse é um mecanismo narrativo e estético utilizado em diferentes discursos e que parte de uma junção de expressões chamada de *retórica pictórica*, segundo o historiador Eduardo Cardoso Wright (2012)²². A característica define-se como necessária para que uma obra se tornasse um cânone clássico da literatura brasileira; essa estética ditou muito dos trabalhos feitos não só em

²² Entende-se que o conceito abarca mais discussões importantes e complexas para a historiografia do século XIX.

literatura, mas em outros campos de pesquisa e escrita. Como exemplo, na historiografia oitocentista, Wright mostra que muitos trabalhos utilizaram o recurso da *cor local* na intenção de resguardar uma dimensão imagética, permitindo, assim, que o historiador relatasse e mostrasse o passado e a paisagem ao seu leitor (WHRIGHT, 2012).

Cabe ressaltar o quanto as edições da obra *A História e a Legenda* (1892-1896) do Conselheiro João Manuel Pereira da Silva, que são as fontes aqui analisadas, se articulam com o debate dos impressos populares. Lançada pela editora Quaresma em quatro séries, a obra é um compilado de ensaios sobre história publicados por Pereira da Silva em seus anos atuando no *Jornal do Comércio*. Tais escritos tratam de biografias de “grandes personagens” mundialmente conhecidos, tais como Lucrecia Borgia, Catarina II da Rússia e Simón Bolívar, o que nos faz questionar a relação da escrita da história no século XIX com a biografia. Veremos à frente, segundo a historiadora Maria da Glória de Oliveira (2010), que a biografia era um tópico recorrente e percebida como uma forma de escrita da história no Brasil oitocentista. Tratar de biografias não deslegitimava o trabalho de Pereira da Silva, ainda que fosse melhor quisto como biógrafo e do que como historiador. O debate se estende quando pensamos na relação do autor com sua obra.

A História e a Legenda se assemelhou com as fórmulas editoriais dos romances folhetins, que foram publicados em jornais e depois compilados para livros em brochura. Os anúncios nos jornais também não passavam longe. Pedro Quaresma enviava edições aos periódicos, estampava elogios nas descrições das séries e ainda tentou emplacar uma temática para o quarto livro. Os preços seguiam o catálogo da Livraria do Povo (*Gazeta de Notícias*, 10 de outubro de 1892, p.6) e não eram exorbitantes, mesmo para a primeira década da República brasileira em que a inflação era um desafio. O contexto de publicação da obra é de extrema importância para esse entendimento. Além disso, podemos pensar na relação de João Manuel Pereira da Silva, que era um monarquista admirador da cultura erudita, com a Quaresma & C., conhecida por seus romances populares, muitas vezes desqualificados na imprensa.

Como reforçamos, não foram encontradas trocas de missivas entre editor e autor, que poderiam atestar conversas e acordos entre eles em relação à obra, mas isso não nos impede de investigar essa série de biografias de caráter instrutivo. Nesse sentido, cabe pensar na conceituação de “povo” e como esse era entendido no Brasil. A partir de uma marcha de progresso civilizacional, muitos autores, políticos e o senso comum acreditavam que o povo brasileiro estava em um nível inicial nessa escala. Nesse entendimento, o povo necessitava,

então, de instrução para evoluir ou mesmo alguém que pudesse guiá-lo para essa evolução (PEREIRA, 2010).

Nos volumes da série podemos encontrar, além das biografias, um padrão das edições da Quaresma: um prefácio, que quando não era feito pelo autor, era um artigo já publicado em jornais sobre o autor ou sobre o caráter de alguma edição passada daquela obra. Em *A História e a Legenda*, Pereira da Silva escreveu os prefácios das primeira e terceira séries. Nestes, destaca suas insatisfações, seu isolamento, sua avançada idade (já possuía 75 anos quando a série veio a público) e seu intuito ao escrever e publicar esses livros:

Não será um serviço prestado á instrução do povo publicar este livro destinado a esclarecer a historia, resgatando-a das maculas que lhe intruduzio também falso espirito patriótico, suscitado a seu turno pelos raptos de fantasia? (SILVA, 1992, p.5).

Paulatinamente nos debruçaremos sobre as questões suscitadas pela lida com as fontes. Diante das informações levantadas, é necessário retomar o debate sobre as relações entre cultura popular e erudita, bem como a compreensão da agência do editor e autor, tanto nas práticas materiais, quanto nas representações na feitura de uma obra. Precisamos, em linhas gerais, compreender a atuação da Quaresma & C. no mercado editorial carioca oitocentista.

2 EDITORA QUARESMA E A CIDADE DO FIM DE SÉCULO

O conhecimento das práticas editoriais se aprimora desde a invenção da prensa por Johannes Gutenberg. A produção mais rápida e maior de impressos alterou relações sociais, culturais e econômicas no mundo moderno europeu. O que monges copistas faziam em dias, fariam em horas com uma prensa. A prensa teve papel fundamental para a consolidação desse bem material como um símbolo de erudição desde sua criação, mesmo que os interesses e o consumo de livros não chegassem nem perto de serem exorbitantes no século XV.

Porém, o mercado desse bem simbólico se expandiu com a ajuda da oralidade, com as revoluções, com o auxílio dos ideais de alargar o conhecimento, almejando alcançar camadas mais afastadas, com o desejo de entretenimento e, principalmente, com o intuito de lucro. A história deste material é acompanhada de uma sociologia dos textos (MCKENZIE, 2018) e, como já dito anteriormente, as relações existentes por detrás da produção de um livro são de fundamental interesse para a compreensão da circulação e a popularização da leitura. Nessa teia de relações, encontramos dois agentes que nos ajudarão a compreender um pouco do caminho de *A História e Legenda*: o autor e o editor. Afinal, “[...], a biografia de um livro também se constrói em função do lugar do autor e do editor no mercado livreiro” (DEAECTO, 2021, p.31). Para alcançar nosso objetivo, nos dedicaremos a entender esses atores e suas práticas, com foco especial no mercado editorial brasileiro, incluindo, principalmente, a editora Quaresma e a cultura popular.

A polissêmica noção de cultura popular abre um leque de oportunidades para o entendimento do mercado editorial carioca e suas práticas. O que entendemos por “povo” e a circulação do livro entre camadas menos abastadas vai ao encontro do que esse mercado possui como definição de público consumidor, bem como é delimitado por uma classe dominante que legitima o que é ou não cultura erudita, e classificando como popular aquilo que considera desqualificado. A discussão é ampla, entretanto necessária para o entendimento da circulação desse bem, o livro, que carrega um capital simbólico, estruturado pelas classes dominantes como erudição, mas que se vê ameaçado com o processo de “massificação” desse bem simbólico.

Não obstante, a história do livro acompanhada de uma história da edição produz o que Jean-Yves Mollier chama de “reflexões para uma visão não idealizada da história das transmissões de ideias” (2009, p.522). Para Mollier, a edição tem sua origem na Europa do século XVIII, quando se produziu a reforma da educação universal. Considera, assim, que esse

seja o acontecimento que levou ao consumo em massa de livros produzidos em série, tais como os já referenciados livros da *Bibliothèque bleue*, antes mesmo de 1789.

2.1 O Mercado Editorial carioca

Um passeio pelo centro da cidade do Rio de Janeiro, na Rua do Ouvidor e suas adjacências, ao final do século XIX, nos colocaria diante das diversas opções que um leitor dispunha. Livreiros apelavam para chamar a atenção de seus clientes, por isso as vitrines estavam sempre com as novidades do mercado, os autores aclamados que eram anunciados em jornais, volumes com ilustrações, edições de luxo e as que vinham por importação, brochuras baratas e em oferta, tudo isso com os mais variados temas, gêneros e idiomas. Alessandra El-Far (2004) descreve as pequenas pilhas de livros com exemplares de um mesmo título e que eram feitas nas portas das lojas, insinuando a produção em massa e de baixo custo com investimento para atrair grande parte do público. O quanto o estoque de uma livraria poderia durar ou se estender materialmente dependia do capital empregado pelo dono, mas as tentativas de chamar a atenção do comprador fixo ou de um transeunte eram as mesmas. Indica, assim, uma tarefa: permanecer no ascendente e, cada vez mais intenso, jogo do mercado livreiro carioca.

Durante a maior parte da segunda metade do século XIX, duas livrarias possuíam maior prestígio no Rio de Janeiro: a Garnier e a Laemmert, que estavam localizadas no mesmo quarteirão da rua do Ouvidor. Porém, nas adjacências encontravam-se livrarias que também possuíam edições prestigiadas, ofertas e raridades. Nas ruas da Quitanda, Gonçalves Dias, Sete de Setembro, São José, Uruguaiana, do Carmo, do Ouvires, as produções estimulavam a concorrência e faziam parte do jogo de estratégias para a atração de compradores em potencial.

A localidade dessas lojas, como menciona Alessandra El-Far, diz muito sobre o que era comercializado por ali. Preços mais em conta e autores não muito conceituados pela elite letrada de fins do século XIX não seriam encontrados na rua do Ouvidor, mas sim nas adjacências citadas. Além disso, poderíamos encontrar figuras como os “caixeiros” nas ruas cariocas, que compravam as brochuras nas livrarias e as vendiam na cidade. Kleiton de Souza Moraes diz que “Esses vendedores se beneficiavam de uma progressiva constatação, arraigada nos grandes centros urbanos do país na época, de que possuir um livro, ou saber ler, era sinal de distinção” (2019, p. 112). O letramento era um fator de reconhecimento social para a elite da cidade. As

livrarias também vão se aproveitar disso para anunciar os “livros populares” ou “do povo” com “preços módicos” em fins do século XIX. Logo, reforça-se a ideia de uma diversificada produção e venda de livros em expansão no Rio de Janeiro do referenciado período.

José Murilo de Carvalho (1989) argumenta o quanto o fim do sistema escravocrata e a proclamação da República provocaram certo ensejo para uma fase de grandes transformações de natureza política, econômica, social e cultural que já estavam em processo de execução. Como já dissemos, as inovações tecnológicas tornaram possível uma produção maior de exemplares mais baratos, além disso, veríamos um aumento de imigrantes no mercado varejista e da massa consumidora em potencial. Com essas transformações, os desejos dos leitores também sofriam mudanças e o mercado de produção de livros deveria atendê-las.

Dados levantados por Alessandra El-Far (2004) indicam cerca de 121 firmas vinculadas ao comércio de livros entre 1870 e 1900. Todas aparecem no *Almanak Laemmert*, que reunia informações quanto aos mercados, indústrias e administrações da província do Rio de Janeiro. As variações ficavam somente entre as livrarias, uma vez que cada comerciante decidia se especializar em uma área de livros, fossem eles acadêmicos, jurídicos, literários etc.

Esse fato nos apresenta uma condição do mercado editorial brasileiro desse período recortado. Enquanto os editores mais renomados (B. L. Garnier e os irmãos Laemmert) possuíam, inclusive, áreas diferentes de atuação na publicação, outros editores optaram pela a produção e venda do livro “popular”:

A Amaral & Costa, num ligeiro reclame, intitulava-se “Ao livro econômico”, a Nigra & Cia. Divulgava sua coleção de Biblioteca para todos, e Pedro da Silva Quesma colocava sobre suas portas, na rua de S. José, uma placa com as seguintes palavras: “Livraria do Povo”, visto que a denominação de “Livraria Popular” havia sido utilizada por A. A. Cruz Coutinho” (EL-FAR, 2004, p.31).

Existiu um grande número de livrarias nas últimas três décadas do século, entretanto mais da metade não conseguiu sobreviver aos cinco primeiros anos de mercado. Isso fez com que editores e livreiros tivessem livrarias diferentes em locais diferentes e com parcerias diferentes. A consolidação no mercado era bem difícil, apesar das modificações anteriormente citadas. Até mesmo a Garnier e a Laemmert tiveram dificuldades em se estabelecer e mudaram suas localidades algumas vezes até chegar à rua do Ouvidor. Porém, a troca entre esses livreiros e editores permitiu certa estruturação do campo em fins do século.

No Brasil, os livros publicados e editorados por Pierre Plancher (1779-1844) não ganharam tanta atenção do público leitor entre 1826 e 1832, que preferiam os importados da Europa. Nas décadas de 1840 e 1850, Francisco de Paula Brito (1809-1861) ocupava o

protagonismo do mercado editorial. Contando com o mecenato de D. Pedro II, o livreiro-editor publicou intelectuais conhecidos de sua época e jovens talentos do mercado, acumulando diversos méritos. Porém, nem mesmo assim sobreviveu à falência e, após sua morte, o campo editorial carioca abriu espaço para o crescimento de B. L. Garnier (1823 – 1893). O bom resultado veio da estratégia de nunca publicar um autor pela primeira vez e traduzir os romances europeus. Pisando em terreno seguro por décadas, Garnier manteve sua alta reputação e publicava aqueles que já possuíam consagração e prestígio intelectual pela literatura. Sua fama de sovino e rígido se propagava entre os autores e editores (EL-FAR, 2004; LEAO, 2012). Os volumes bem encadernados de Machado de Assis, Sílvio Romero e Joaquim Nabuco estavam em seus catálogos. Visava uma empresa no mercado das letras bem sedimentada e lucrativa (EL-FAR, 2004).

Em paralelo ao sucesso de Garnier nos ciclos das belas letras, encontravam-se os irmãos Laemmert, que concentraram seus esforços editoriais na publicação de obras científicas e seriadas. Dicionários, tratados, gramáticas e estudos das mais variadas áreas científicas garantiam, junto do *Almanak Laemmert*, o viés central e seu público alvo. Essa estratégia fazia com que um confronto direto fosse evitado com a Garnier. A Laemmert publicou romances nacionais e traduções de ficções estrangeiras, mas isso só aconteceu após a morte de B. L. Garnier. Não estranhamente, a morte desse editor tornou-se a oportunidade perfeita para todos os outros livreiros que ansiavam por lucro e repercussão na cidade do Rio de Janeiro. A Laemmert também já havia perdido seus fundadores e apelava para outros caminhos do mercado de livros (EL-FAR, 2004). Observamos que, nesse campo, um tanto quanto já estruturado e definido pelos espaços ocupados, até mesmo fisicamente (as ruas em que as livrarias se encontravam), o vácuo deixado pelos editores-livreiros das prestigiadas livrarias da rua do Ouvidor criou conflitos que elevaram a produção editorial e o apelo mercadológico com novas estratégias de venda e propaganda (BOURDIEU, 2007)²³. Junto das mudanças

²³ Nos baseamos na obra de Pierre Bourdieu, *A economia das trocas simbólicas* (2007). Entendemos as conceituações da seguinte maneira: o capital simbólico é a forma de poder que se baseia no reconhecimento social de certas características ou qualidades, como a cultura, a educação, a honra, o prestígio, etc. O capital simbólico também é uma forma de legitimar as desigualdades sociais e de reproduzir as relações de dominação. O campo de poder é o espaço social em que se disputa o capital simbólico e onde se definem as posições e as estratégias dos agentes sociais. O campo de poder é dinâmico e heterogêneo, pois envolve diferentes tipos de capital (econômico, cultural, político, etc.) e diferentes formas de luta (simbólica, material, ideológica, etc.). O *habitus* é o sistema de disposições duráveis que os agentes sociais adquirem ao longo da sua trajetória social e que orientam as suas práticas e representações. O *habitus* é uma forma de incorporar o capital simbólico e de adaptar-se ao campo de poder. O *habitus* é também uma forma de resistir e de transformar o campo de poder, pois permite aos agentes sociais criar novas formas de expressão e de ação.

expressivas na última década do século XIX, o mercado editorial cresceu e a venda de livros baratos e populares também.

O romance carregava sozinho quase toda captação de público de uma livraria no século XIX, vimos que não só por conta de suas representações, mas também pelos seus mecanismos de confecção, distribuição e todo o movimento de adaptação e propaganda por qual passava para atingir os públicos. Assim, no Brasil desse período, a publicação ou o conteúdo de uma brochura não devem ser analisados como fatos isolados. Para entendimento do mercado de livros baratos e populares, em que a editora Quaresma esteve presente, foi muito importante todo o caminho percorrido por esses livreiros-editores na consolidação de um *habitus* (BOURDIEU, 2007), ou seja, uma forma de agir no campo editorial brasileiro do século XIX.

2.2 Pedro da Silva Quaresma, o editor

A palavra editor, nos lembra Aníbal Bragança (2004), surge ainda na Roma antiga, e se referia à pessoa responsável por cuidar e multiplicar cópias dos manuscritos originais de escritores. Admitindo que um escritor quisesse que seus amigos e parentes lessem o que produziu, deveria buscar um editor, que possuía escravos copistas e deixar pelo menos uma cópia com o estabelecimento e, a partir disso, as impressões seriam feitas sob encomendas.

As práticas desses agentes, tanto editor quanto autor, beneficiaram o desenvolvimento e consolidação de uma fórmula de venda de livros que alcançasse o grande público ainda na Europa de Antigo Regime (KALIFA, 2014). O espaço que os livros populares ganharam com as mudanças derivadas desse contexto os guiou para a América. Devemos considerar o mercado editorial de obras populares como uma “indústria de tramoias”, conforme Jerusa Pires Ferreira (1992) argumenta. Essa indústria, como já dissemos, utiliza-se de estratégias de vendas que vieram da Europa moderna e ganharam espaço na América Latina. Devido à francofilia brasileira, as estratégias de venda francesas e manufatura de livros ganharam o campo editorial carioca. Até mesmo Portugal, anos antes, passou pelo processo de adaptação do mercado de livros seguindo as estratégias francesas de compra e editoração (EL-FAR, 2004). Indispensavelmente, os romances baratos portugueses também tiveram sua participação no mercado brasileiro. A indústria cultural de “tramoias” mercadológicas (FERREIRA, 1992) pode exercer certa determinação sobre as preferências do amplo público, estabelecendo padrões de consumo e interferindo na formação de costumes e práticas da cultura popular. No entanto,

não se deve reduzir essa categoria da cultura erudita (CHARTIER, 1992) a uma mera receptora das estratégias mercadológicas, ignorando as possibilidades de agência dos indivíduos e suas ações coletivas (FERREIRA, 1992).

Portanto, a citada indústria de tramoias foi desenvolvida por estruturas nos campos de poder em conflito que atuavam no mercado editorial no Rio de Janeiro oitocentista. A figura do editor nesse campo é fundamental para a publicação e aparecimento de qualquer obra no mercado. Além da tarefa primária de edição, publicação e anúncios das obras, haviam as relações com os autores, os outros editores, a crítica autorizada, os intelectuais e as manutenções dessas conexões, como um tipo de jogo. As jogadas eram realizadas de acordo com essa estruturação do campo de poder, que, no caso do mercado editorial carioca, passava por mutações devido aos avanços tecnológicos e as mudanças nascidas com a República. Acrescenta-se, na compreensão de Bourdieu (2007), que a função do editor deve ser definida a partir dos vínculos com o objeto de trabalho do mesmo, ou seja, o livro.

Logo, o papel do editor ia além de simplesmente possuir uma gráfica ou livraria; na verdade, a atividade editorial nessa sociedade deve ser distintamente considerada em relação à posição que um editor ocupa nesse sistema de distribuição do capital econômico e simbólico, que configura (estrutura) o campo editorial. Isso se estende também à trajetória do editor, pois é essa trajetória que define sua competência e posição (LEÃO, 2012).

O que Andrea Leão chama de competência única do editor desse período é a habilidade de combinar elementos estéticos, como a apreciação de uma boa leitura e a familiaridade com a literatura, com ações técnicas e comerciais de um hábil gerenciador de negócios.

Vejamos o caso de B. L. Garnier: como dissemos, esse editor nunca publicava as primeiras obras de autores, sempre apostava em terreno seguro e em edições muito bem elaboradas de consagrados escritores internacionais e nacionais. Os literatos do Império poderiam publicar na famosa livraria francesa, mas somente aqueles que já possuíam certa distinção e reputação garantida. Garnier criou um tipo de circuito promocional que funcionava para os dois lados. Os escritores alcançavam o prestígio por utilizar o selo da Garnier de Paris e o editor conseguia os grandes nomes pertencentes ao grupo de intelectuais seletos, consolidando seu capital simbólico nesse campo editorial de fins do século XIX. Por suposto, o êxito comercial das livrarias vinculava-se diretamente à eficácia do capital simbólico nas relações que possuíam com os outros agentes do mercado editorial.

De maneira semelhante, os irmãos Laemmert atuaram no mercado de livros científicos e técnicos, configurando o espaço de sua editora e livraria no campo do mercado editorial

brasileiro. Ambos acumulavam os seus capitais simbólicos a partir desses *habitus* e das legitimações advindas das estruturas pré-definidas nas disputas no campo de poder e, assim, usavam como moeda em relações mantidas entre as instituições brasileiras, os intelectuais, os autores e as outras editoras e livrarias. Ou seja, todos os agentes que participavam desse mercado editorial brasileiro da segunda metade do século XIX.

Sair das áreas de atuação dessas editoras maiores era uma opção viável e lucrativa também. Nesse caso, as publicações de livros para um amplo público tornaram-se muito chamativas. Os editores aventureiros que participaram diretamente de publicações de livros populares buscaram novos mercados e encontraram forte retorno. Tanto que, mesmo com uma certa visão deslustre por parte da elite letrada quanto aos livros baratos e para o “povo”²⁴, as grandes editoras brasileiras do período (Garnier, Laemmert e Francisco Alves) publicaram, anunciaram e venderam alguns desses livros baratos e deslegitimados em fins do século XIX (EL-FAR, 2004).

Aníbal Bragança (2002), ao se aprofundar nos processos históricos em que a figura do editor se forma, classifica essa figura em três aspectos, que podem coexistir, mas que tiveram distintos momentos de auge: o impressor-editor (hegemonia de 1450 a 1550), o livreiro-editor (hegemonia de 1550 a 1850) e o editor pleno ou independente (hegemonia de 1850 a 1950). Apesar de serem classificações um tanto quanto intuitivas, devemos diferenciar os aspectos para além dessa cronologia. Bragança acrescenta que a realidade do mercado editorial brasileiro apresenta simultaneamente os dois primeiros tipos e que a emergência do terceiro foi um pouco retardada. Além disso, os marcos cronológicos das hegemonias são indicadores, que podem ser arbitrários.

Logo, o impressor-editor define-se pela sua capacidade de imprimir e a posse do meio de produção, no caso, a oficina ou ateliê. Sócios e financiadores sempre aparecem para colaborar com o serviço. Centraliza o processo de seleção da edição, impressão e venda quase por completo em torno de si. A relação que esse tipo de editor tinha com o autor era quase sempre baixa, pois editava e imprimia autores de maioria falecidos, uma vez que era o mais comum de acontecer no período em que surgiu. Os serviços desse editor eram solicitados por instituições, realizando a edição e impressão de documentos e papéis burocráticos. A busca por uma boa relação com os poderes é bem visível, já que executa trabalhos em demasia para governos. Esse tipo de editor poderia se tornar uma espécie de mecenas para alguns poucos autores vivos que decidiam publicar seus livros.

²⁴ A compreensão da noção de povo será melhor esmiuçada no decorrer da escrita.

Já o livreiro-editor surge diretamente no mercado, na loja. Atua no setor editorial e se concentra em atender às demandas do mercado e estabelecer boas relações com os clientes. Eles dependem de conexões com autoridades para obter privilégios e permissões, e seu sucesso resulta de suas relações com o mercado e os autores. Eles podem optar por terceirizar os serviços de impressão ou montar sua própria oficina.

Seu saber é o do empresário mercantil, que sabe como atender a sua clientela potencial, de forma lucrativa para sua empresa. Após definir em que segmento editorial atuará, seu faro é dirigido para conseguir os autores ou as obras que o mercado pede. Isto é sua meta. O importante é ter um bom fundo editorial, um bom catálogo (BRAGANÇA, 2002, p.8).

A descrição desse aspecto assemelha-se com os tipos de editores que encontramos no Rio de Janeiro de fins dos oitocentos. A visão de lucro baseada numa clientela, a definição de um segmento para atuar, atender ao mercado e ter um catálogo útil para tal. Era a estruturação mercantil utilizada pelas livrarias cariocas. Não sem motivos, seu momento hegemônico data de meados do século XIX.

A terceira definição também ajuda na compressão do que era o editor no período recortado. O editor pleno possui foco principal no autor e no conteúdo original, pois o mercado exige produtos novos e visualmente atraentes. Esse editor deve possuir conhecimento do mercado de bens culturais e ser capaz de estabelecer uma política editorial e selecionar o conteúdo original. Embora seja benéfico para esse editor entender os processos de produção e as técnicas de venda e propaganda, ele pode delegar essas tarefas a profissionais e empresas especializadas. Complementa Bragança:

Mais do que o mestre-impressor ou o livreiro, origens dos outros tipos de editor que assinalamos, este, em geral, tem boa formação intelectual e é movido por objetivos que são, ao mesmo tempo, econômicos e culturais. Muitas vezes sente-se com responsabilidades políticas diante de sua sociedade, o que não o dispensa da exigência de grande aptidão empresarial para mobilizar recursos, próprios ou de terceiros, que possibilitem viabilizar seus empreendimentos (BRAGANÇA, 2002, p. 9).

O mercado editorial carioca possuía certa presença de livreiros e editores de ambas as categorias. Pode-se definir marcos temporais, mas serão somente indicadores, mais uma vez, arbitrários. Entretanto, as categorias elaboradas por Bragança nos ajudam a pensar nos editores da rua do Ouvidor e da Rua São José: seja na atuação editorial, nas relações com os autores, poderes e público, ou na propaganda de seus livros.

O destaque dado à Livraria do Povo e ao seu editor, Pedro da Silva Quaresma, é pertinente para o entendimento da circulação da leitura destinada ao amplo público no local e contexto recortados. Atentamo-nos ao trabalho editorial que Pedro Quaresma elaborou, como

dialogava com o público alvo, como agia com alguns autores e com a imprensa. As obras que escolheu editar, publicar e anunciar e como anunciou são importantes ferramentas para a compreensão da publicação de *A História e a Lenda*.

A Livraria do Povo, localizada na Rua São José, números 65 e 67, pertencia à editora Quaresma (Quaresma & C.), comandada por Pedro da Silva Quaresma, livreiro e editor carioca que comprou essa mesma livraria de Serafim José Alves em 1879 (ELFAR, 2004; LEAO, 2012; HALLEWELL, 1975). Algumas poucas informações conseguem ser encontradas quanto a Pedro Quaresma: segundo Brito Broca (1951), o editor teria vivido até 1921. Os dados são um tanto desconhecidos pois saem de uma entrevista de Brito Broca com um ex-funcionário da Livraria do Povo, Carlos Riberio. No artigo, Broca diz que Pedro Quaresma era fluminense, enquanto Hallewell (1985) trata do editor como português. A intenção do artigo de Broca era falar sobre o fechamento da Livraria do Povo em 1951.

De certa forma, pode-se dizer que o editor se dedicou a cultivar o hábito da leitura em um contexto cultural predominantemente orientado por experiências sonoras e visuais em detrimento da escrita. Diante disso, Quaresma optou por se envolver no comércio de livros usados e brochuras acessíveis. A disseminação da literatura além do público letrado exigia uma abordagem voltada para um tipo de linguagem mais simplificada, logo, ao apostar na audição (Como a publicação de obras de cancioneros populares e uma parceria com as Casas Edson, que vendia gramofones. Segundo Andrea Leão (2012, p.18), a parceria foi benéfica, pois os livros do cancionero Catulo da Paixão Cearense com o selo da Quaresma vinham acompanhados de um disco.) e na imagem, a Quaresma & C. pretendia atrair, em maioria, o público não letrado. Assim, os livros precisavam encantar visualmente aqueles que não possuíam habilidades de leitura, causando um impacto visual que assegurou um certo sucesso nas vendas (LEÃO, 2012).

A Livraria atraía uma vasta diversidade de leitores, que formavam grupos heterogêneos, baseados nas publicações da editora. Podia-se encontrar do leitor médio a figuras canônicas, como Machado de Assis, que até tinha certa simpatia pela comodidade que o estabelecimento entregava (EL FAR, 2004). Dos autores que a editora publicou, muitos eram figuras conhecidas nas ruas do Rio de Janeiro, como o “modinheiro” Catulo da Paixão Cearense, que publicava suas modinhas cariocas, e o jornalista Anibal Mascarenhas, cujos manuais de história e discursos para ocasiões importantes também encontravam espaço nas estantes da livraria. Apostando na publicação de temáticas diversas, o editor visava cativar não apenas os amantes

de romances, mas também leitores interessados em anedotas, obras místicas, cancioneiros populares e uma ampla variedade de tópicos (MORAES, 2019).

Como dito, as capas tinham um cuidado especial para que atraíssem o público pelo primeiro contato com a imagem e suas descrições, bem como a qualidade e o preço das brochuras. Andrea Leão realça que a editora Quaresma inaugura certo tipo de “estilo ornamental de edição”. Os livros eram reconhecidos por suas descrições em catálogos sempre acompanhadas de “um grosso volume” e pelo “[...] traço gaiato de Julião Machado, de Lucas e do desenhista Childe” (LEÃO, 2012, p. 118)²⁵.

Como prova de sua capacidade de estratégias editoriais, podemos olhar para o “espaço transicional” que é o prefácio das edições da Quaresma & C. Nesse espaço, o livreiro-editor transferia o capital simbólico que possuía e dava sua cota para construir o sentido nas obras. Havia muitas observações quanto ao público a que a obra se direcionava, ao autor da obra, ou reforçando algum atributo daquele livro (LEÃO, 2012; EL-FAR, 2004). Quando não era um prefácio redigido pelo próprio autor, as edições da Quaresma & C. costumavam possuir artigos, que foram anteriormente publicados em jornais, falando bem da obra ou até mesmo do autor.

Estrategicamente, Quaresma colocava cartas de apreciação de figuras ilustres a certas edições passadas nos prefácios das edições mais recentes. Os jornais anunciavam quando recebiam os livros da Livraria do Povo e agradeciam. O editor se aproveitava disso e colocava as críticas e elogios dos jornais em suas edições. A exemplo disso, na coleção *Encyclopedia Rural Brasileira* escrita por Manoel Dutra, três livros foram publicados pela editora. No terceiro, *Livro do Industrial Agrícola* (1895), críticas que saíram pelos jornais *Gazeta de Notícias*, *O Paiz*, *Jornal do Commercio*, *Diário de Notícias* e *O Tempo* compunham todo o prefácio da edição. Os anúncios nos periódicos demonstram as estratégias do editor.

Não é incomum encontrar, na década de 1890, anúncios de livros para o “povo” em jornais. Assim como o livro “baratíssimo”, essa propaganda era destinada a atrair públicos de grupos menos abastados. Alessandra El Far (2004), ao comentar sobre a utilização da expressão “livros para o povo”, que a editora Quaresma tantas vezes utilizava, nos diz que os livros “populares” eram aqueles que “[...] recebiam um tratamento editorial interessado em baixar seu custo de produção e dinamizar seu consumo” (EL-FAR, 2004, p.12).

O pequeno catálogo da *figura 1* pertence à Livraria do Povo da editora Quaresma, que anunciava os seus mais interessantes livros em outubro de 1892. A variação para atender a um

²⁵ A autora se refere a Arthur Lucas, ilustrador de fins do século XIX, que ficou conhecido pelos pseudônimos de Bambino e W. Taylor. Ilustrou revistas, jornais e livros, como as edições brasileiras dos romances de Conan Doyle.

maior número de pessoas também é perceptível, conforme dissemos. Esses eram os lançamentos do ano e ficaram em destaque por um ano inteiro nos anúncios da *Gazeta de Notícias* e outros periódicos. Dos seis livros anunciados nesse catálogo, três eram manuais, destinados a algum tipo de “ensinamento” popular, dois eram obras de reflexões sobre história, que também tinham esse caráter de informar e ensinar, e um era romance, descrito como “pandego” e no estilo “Paulo de Kock”. Esse romancista francês era visto como um escritor de “imoralidades” pela crítica, que somente escreveu “livros populares”, não distante dos que Pedro Quaresma publicava por sua editora.

Figura 1:Gazeta de Notícias, 10 de outubro de 1892, p.6

A' VENDA
NA
LIVRARIA DO POVO
A HISTORIA E A LEGENDA
65 E 67 RUA DE S. JOSE 65 E 67
Pelo conselheiro J. M. Pereira da
Silva, 1 grosso vol..... 3\$000

PHYSIOLOGIA DAS PAIXÕES
Pelo sabio physicoepho J. L. Albert, traducção do illustrado es-
criptor Annibal Mascarenhas, 1
grosso vol. broch. 2\$..... 2\$000

O ORADOR DO POVO
Collecção de modernissimos dis-
cursos familiares e populares
para todos os actos festivos pelo
Dr. Annibal Demosthenes, 1 vol.
broch. 2\$; enc..... 3\$000

EDUCAÇÃO DO PAPAGAIO
Ou methodo facilissimo para se ensi-
nar o papagaio a fallar rapida-
mente em pouco tempo, 1 vol... 5\$00

OS JESUITAS
E as congregações religiosas em
Portugal nos ultimostrenta annos.
Este trabalho trata exclusiva-
mente do celebre escandalo ul-
timamente dado no convento das
Trinas em Lisboa, 1 vol..... 2\$000

MARTYRES DO CORAÇÃO
Romance pandego, escripto no
estyllo de Paulo de Kock, 1 gr.
vol..... 2\$000

Os anúncios e propagandas da editora funcionavam a partir dessas associações, o manual intitulado *Orador do povo* é também proposital. Encontram-se títulos com a atribuição “do povo” em vários jornais desse período. Associar o nome ao público é um princípio de vendas. No caso dessa obra, atraía não só pelo nome, mas pela quantidade de discursos “moderníssimos” que poderiam ser usados nos corretos “actos festivos”. *O orador do povo* possui muitas ocorrências no jornal *Gazeta de Notícias* em 1892 e 1893. Aparece com grande destaque em algumas páginas, outras vezes é anunciado somente em páginas que informam

lucros de empresas ou números de loteria. No dia 5 de dezembro de 1892, é anunciado com grande distinção ao lado de *A História e a Legenda*, da seguinte forma:

Colleção de moderníssimos discursos familiares e populares, para baptisados, casamentos, anniversarios, natalícios, exames e festas collegiaes, felicitações, recepeoes, manifestações, inaugurações de companhias industriaes e commerciaes, apresentações de relatórios e balanços de bancos e comapanhias, pelo Dr. Annibal Demosthenes, 1 gros. Vol. 2\$000 (*Gazeta de Notícias*, 5 de dezembro de 1892, p.4).

Pedro Quaresma conhecia sua clientela e o que buscavam como entretenimento. Elencar para que serve e onde o livro pode ser usado nos diz muito sobre quem comprava e lia esses livros. O público masculino que frequentava a Livraria do Povo era atraído pela venda dos polêmicos “romances para homens”. Esse tipo de literatura, muitas vezes pornográfica, poderia ser classificado de forma um tanto quanto abrangente no fim do século XIX e início do XX, uma vez que se o livro atingisse alguma polêmica (repercussão a partir de juízos morais dos críticos) na crítica letrada ou mesmo no mercado, a obra poderia ser considerada como uma literatura “para homens” (EL-FAR, 2004). Mesmo que o livro ganhasse crítica negativa, ainda assim ela se tornava parte da propaganda.

O livreiro-editor tinha esmero com os autores que publicavam sob seu selo. Um dos casos mais estudados por pesquisadores brasileiros é o de Figueiredo Pimentel, e pode nos ajudar na compreensão da relação editor-autor no Rio de Janeiro da década de 1890. A partir dele, podemos nos atentar para as relações possíveis entre Pedro Quaresma e João Manuel Pereira da Silva, uma vez que há certa dificuldade em mapear cartas ou documentos que possam ter trocado, ou que conectem os dois. Encontrar uma base, que pelo menos equilibre a informação sobre como o editor da Quaresma agia com seus autores e o capital simbólico que possuía, ajuda a compreender um pouco os terrenos em que essas personagens podem ter pisado e as relações que podem ter construído para a publicação de *A História e a Legenda* em quatro volumes pela Livraria do Povo.

A livraria publicou, em 1893, um polêmico livro de Figueiredo Pimentel: *O aborto*, digno das críticas jornalísticas e dos letrados, que tomaram o autor como um “transgressor”. Logo, a figura de Pimentel passava a ser vinculada ao escândalo e causava certa curiosidade de alguns e repulsa de outros leitores. Mesmo assim, não foi motivo para afastá-lo, não reeditar o livro ou mesmo nunca mais publicar Figueiredo Pimentel na Livraria do Povo. O livro tornou-se um *best-seller* da editora Quaresma (LEÃO, 2012; MORAES, 2019). Anunciado como “Grande sucesso de 1893!” e como um “romance realista, estylo Zola”, foi vendido tanto na Livraria do Povo, como na Garnier e na Laemmert (*Gazeta de notícias*, 27 de março de 1893,

p.6). Certa vez, em coluna intitulada *Homens e Livros: O aborto*, na primeira página do jornal *Gazeta de Notícias* do dia 3 de julho de 1893, Magalhães de Azevedo, escritor e futuro membro da Academia Brasileira de Letras, criticou em longo texto como Figueiredo Pimentel usava mal o seu talento de escrita para escrever um romance tão ruim. Além disso, criticava o autor por pensar em lucros e esquecer de usar seu talento:

Permita-me que lhe dê um conselho: tome outro rumo, que por aí vai muito errado. Não arme ao escândalo, mas à glória, não faça obras de fancaria, mas obras que hajam visibilidade intelectual; dê de a mão a preocupações de originalidade espetaculosa, e sobretudo instrua se na língua vernácula, que ignora absolutamente.

Sei que se irritará contra mim, nos primeiros assomos de despeito. Paciência! Irrite-se embora, mas leve em conta a minha advertência. Só desesperarei de todo se o Sr. Figueiredo Pimentel, inebriado com o efêmero triunfo pecuniário de *O aborto* encolher os ombros, e responder: “Que importa? Digam lá o que quiserem – o meu livro está na sexta ou sétima edição”.

Cuidado, porém, se persistir no mau caminho: o futuro nos inflige por vezes rudes lições. E que diria, o Sr. Figueiredo Pimentel, se um dia o povo, agradecido, lhe erigisse uma estátua... na rua Sete de Setembro (*Gazeta de Notícias*, 3 de julho de 1893, p.1).

A fama antecedia o que o leitor encontraria quando se deparasse com um livro de Figueiredo Pimentel, o que não era de todo ruim. Tanto a editora quanto o autor souberam aproveitar. Porém, era um tanto quanto prejudicial para as vendas e a credibilidade do autor, que estava associado à Quaresma. O autor precisava melhorar a reputação com o público em geral, para que as futuras vendas fossem proveitosas (LEÃO, 2012). Logo, algumas soluções para que Figueiredo Pimentel pudesse entrar mais vezes nas casas e pela porta da frente veio das intenções de Quaresma e dos pseudônimos do autor.

A autoria é uma preocupação do mercado editorial oitocentista também. Nas relações anteriormente expostas, que ocupam toda a sociologia de um texto, definimos que um livro não é produzido por uma pessoa só. É um produto pensado para o mercado entre autor e editor e atende ao público leitor. Mesmo escritores que tenham usado da autopublicação pensam no público ou se atentam para o leitor e os críticos quando produzem. Essa prática não é incomum na história da edição e do livro.

O autor moderno, conforme nos mostra Roger Chartier (1998), é uma construção de séculos. Devido a uma necessidade de as instituições terem a quem punir quando se deparassem com ideias opostas, o escritor ganha a autoria sobre sua obra. A partir do livreiro-editor, que necessitava ser dono de um manuscrito, o autor recebe seus direitos sobre a obra. Caso o autor possuísse sua obra, o livreiro-editor também poderia possuí-la ao comprar esses direitos. As relações desse mercado se estendem a partir dessa lógica, pois se o livreiro-editor possui um

manuscrito, ele não pode ser publicado sem sua autorização. As leis de autoria ou *copyrights* são aprovadas em diversos lugares da Europa no século XIX. Esse debate tem certa presença no Brasil de mesmo período, conforme já mostrado. Porém, só acontece em definitivo em fins da década de 1920. Até lá, a editora Quaresma lidava com os direitos autorais e a cópia não autorizada de seus livros por outras tipografias, editoras e livrarias.

Prática comum era o uso de pseudônimos ou mesmo do *ghostwriter*, que seriam diversos autores escrevendo um livro e utilizando um nome comum. Jerusa Pires Ferreira (1992) atesta tal prática nas produções e edições de livros de São Cipriano. Alguns possuem autores voltados para um mundo esotérico e religioso, outras editoras somente faziam desses livros um conjunto de costumes religiosos, sigilos e rituais sob o nome de alguém que melhor se adaptasse ao mercado. Para tanto, devemos pensar que a figura do autor de qualquer obra é sempre aquela que, através da palavra, consegue criar mundos, fabular histórias em expressões do ato de escrever.

Com a simbiose permanente entre autoria e edição, podemos pensar que mesmo com toda a capacidade mecânica e estratégica da edição, o autor é necessário para que a página em branco ganhe um sentido. Marisa Deaecto (2021) nos lembra das características de *mise en texte* e *mise en page*, que são o cuidado e organização espacial das palavras no texto e na folha, elaborados desde o manuscrito à publicação para o mercado. Mesmo que o editor prefira uma organização espacial do texto de forma a alavancar o comércio e encontrar maior público, ele não pode desconsiderar o manuscrito, o original e o discernimento dos critérios de um autor. Logo, em referência ao livro de Chartier (2014), a mão do autor e a mente do editor devem, pelo menos, atuar com alguma sintonia.

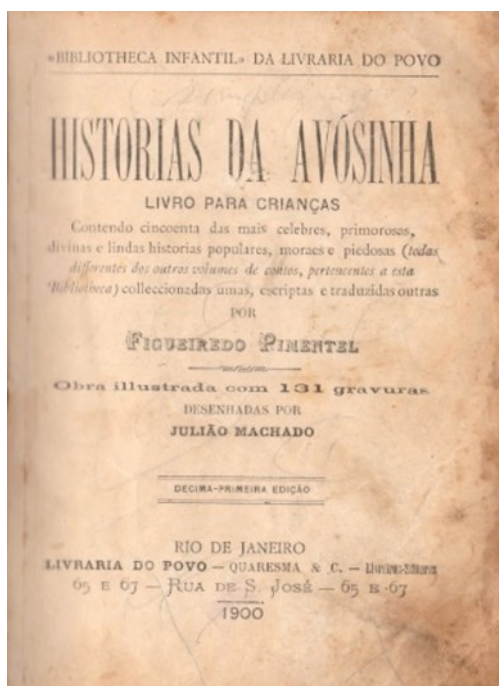
O uso de pseudônimos é uma estratégia muito recorrente na editora Quaresma. Para atingir diversos grupos com obtenção de lucro, criavam muitos pseudônimos que pudessem informar, ou mesmo compactuar, com o tipo de conteúdo encontrado naquela leitura. É o caso de Don Juan de Botafogo, pseudônimo de Figueiredo Pimentel, que escrevia manuais de namoro e como encantar mulheres e homens. Encontrava-se nesses manuais cartas de amor e declarações tanto para se usar em público como no privado e formas para se tratar e conquistar o objeto de desejo (MORAES, 2019, p.115).

Lançando mão do anonimato de Pimentel, uma publicação com teor moralizante teria a capacidade de escrita e talento que o autor carregava, garantindo sucesso de obras e afastando reações muito extravagantes do mercado e da crítica letrada. Estratégia comum do século XIX, o pseudônimo auxiliava na precaução dos autores: para os que se envergonhavam de associar o

nome ao romanesco, visto que existia preconceito com o gênero, ou mesmo garantir liberdade de escrever e publicar que não podiam contar no dia a dia (MALEVAL, 2023, p.142). Grande exemplo é a novela *O encilhamento* (1893) do Visconde Taunay (1843-1899). Na obra, o autor critica as atitudes econômicas tomadas pelos personagens políticos dos primeiros anos da República brasileira, até mesmo com certa descrição física, atitudes e nomes semelhantes aos reais. Assinada por “Heitor Malheiros”, a ideia do visconde era se blindar do reconhecimento para que os problemas de seus textos não o alcançassem; em outras palavras: o visconde publicou utilizando um pseudônimo e criou pseudônimos para os seus personagens (baseados nos políticos do contexto) para se proteger duplamente. A esse despeito, Isadora Maleval confirma que “Apesar de [o Visconde de Taunay] ter modificado o nome de alguns deles no texto final, era possível ao leitor contemporâneo identificar a quem ele se referia” (MALEVAL, 2023, p.142).

Voltando a Figueiredo Pimentel, outra solução veio da vontade de Quaresma de atingir um novo público leitor: as crianças. Mirando em expandir seus lucros e alcançar a leitura dos jovens, a ideia foi trazer para o português brasileiro as primeiras histórias infantis. As crianças já tinham acesso à leitura nas escolas, só que seus livros possuíam características tradicionalmente voltadas à educação. Com as histórias em português brasileiro, Quaresma caprichou nas edições e trouxe certa cor ao conteúdo infantil. Figueiredo Pimentel foi o autor escolhido para a tarefa de escrever e traduzir algumas dessas histórias infantis, o autor com polêmica fama. As histórias infantis que circulavam no Brasil vinham todas de Portugal e tinham características próprias da tradição e cultura portuguesas para educar as crianças.

Figura 2: Contracapa da segunda edição de Histórias da Avózinha



Figueiredo Pimentel reuniu histórias que eram contadas na tradição oral carioca e traduziu algumas outras dos livros portugueses. Com mais de cem ilustrações de autoria de Julião Machado (conforme a *figura 2*) para chamar atenção do público infantil, as histórias para crianças vendidas pela livraria do povo foram um sucesso no fim do século XIX (LEÃO, 2012).

Assim, toda uma biblioteca de livros voltados ao público infantil foi publicada no Brasil pela Livraria do Povo e comandada pelo polêmico autor, com preços baratos e em brochuras: *Histórias da Carochinha* (1894), *Histórias da Avózinha* (1896), *Histórias da Baratinha* (1896), *Histórias do Arco da Velha* (1894), entre outros. Figueiredo vendeu todos os direitos à editora Quaresma por gratidão e ainda dedicou alguns desses livros aos filhos de Pedro da Silva Quaresma: Custódio e Olga (LEÃO, 2012).

Essa informação é importante para o entendimento de como pequenas ações em um livro são representações da funcionalidade do mercado editorial, da troca de capital simbólico desse campo. Relacionar o livro aos filhos de Pedro Quaresma foi também uma forma de dizer: “o público é esse”. A intenção do autor é dar credibilidade ao vínculo que se imagina possuir com o público leitor (LEÃO, 2012). Uma advertência, um prefácio ou dedicatória dão pistas sobre o autor, sua obra e seus leitores. Assim configuram-se relações entre editores, livreiros, autores e leitores, toda a sociologia por trás do mercado editorial. O texto pode trazer sim seus leitores de forma explícita ou implícita (CHARTIER, 1992).

Em avisos constantes em jornais e advertências de livros publicados pela Livraria do Povo, Pedro Quaresma alertava aos leitores para sempre procurarem o selo da editora Quaresma nos livros que comprassem: deveriam olhar a autoria e verificar a autenticidade, caso estivessem comprando títulos publicados pela Quaresma & C. Havia certa dificuldade de reclamar os direitos autorais no início da República e muitos livros foram copiados ou plagiados (EL-FAR, 2002), mostrando certa competição no gênero de livros populares, visto que ao fim do século algumas das editoras cariocas começaram a publicar romances baratos e nacionais, como a Laemmert e a Garnier, após a morte de seus livreiros-editores e os novos grupos no mercado. Logo, as editoras aproveitavam certa vacância de legalidade para copiar alguns conteúdos umas das outras. Os livros da biblioteca infantil da Quaresma & C. passaram por situações semelhantes, assim como alguns livros de modinhas do cancionero popular Catulo da Paixão Cearense (LEÃO, 2012).

As edições Quaresma eram vendidas nas festas, feiras, circos, calçadas e ruas do Rio de Janeiro. Diversos caixeiros viajantes levavam esses livros pelo interior brasileiro (MORAES, 2019). No centro carioca, brochuras da Livraria do Povo, eram estendidas em tapetes nas calçadas, além de serem encontradas na loja da Rua São José (EL-FAR, 2004). Percebe-se que um livro pode ser considerado popular ou erudito não somente pelo conteúdo que carrega, mas também pelas fórmulas editoriais que o constroem e definem a quem se destinam, além da maneira como são vendidos (LEÃO, 2012).

Atentando-se ao aumento significativo de uma população capaz de ler não só com os olhos no fim do século, Pedro Quaresma fez de sua loja uma parte da indústria de “tramoias”. Podemos associar a figura de Pedro Quaresma ao modelo de editor descrito por Aníbal Bragança como editor-livreiro. O final de século exige, de certa forma, que esse editor-livreiro se adapte ao mercado e à indústria de livros populares como um editor pleno, o terceiro modelo descrito por Bragança. Essas características serão encontradas no Brasil com a passagem para o século XX e, apesar de se consolidarem algum tempo depois, podemos reconhecer que estavam em desenvolvimento no contexto. Para tanto, discorrer sobre a relação entre cultura popular e cultura erudita nos ajudará na compreensão desse mercado editorial de fim de século, bem como nas estratégias editoriais de Quaresma e a circulação da leitura nesse período. Além de, obviamente, auxiliar no entendimento das relações entre João Manuel Pereira da Silva e a Livraria do Povo.

2.3 Popular e erudito

Entende-se a cultura popular da mesma forma como descrita por Roger Chartier (1992): uma categoria erudita. O propósito das discussões e debates em torno da cultura popular foi, em diversos momentos, definir ou delimitar práticas que nunca foram ou são designadas por seus atores como pertencentes à “cultura popular”. Principalmente diante dos estudos sociológicos e, mais tarde, historiográficos. Logo, em resumo da questão, é uma categoria erudita que se destina a mapear e definir as produções e costumes que se encontram fora da cultura erudita.

Chartier ainda aponta o quanto essas discussões definem a cultura popular em dois segmentos: o primeiro se alia ao desejo de abolir todo o etnocentrismo cultural e enxerga que a cultura popular é um sistema simbólico que se encerra em si mesmo, ou seja, é alheia à cultura letrada e é autônoma. Já o segundo caminha no revés, concebe a cultura popular como dependente e dominada, pois se preocupa com as relações de dominação que organizam o mundo social. É uma pergunta sem solução, já que se pode partir de ambos os princípios, e mesmo que seja uma questão imprescindivelmente válida, não importa descobrir a resposta.

O conceito é por si só complexo, possui identidade e historicidade (ABREU, 2003) e não é uma fórmula imutável. Além disso, devemos nos atentar para a forma como o conceito foi utilizado politicamente e teoricamente para definir ações e grupos em seu contexto específico, modificando-se de discussão para discussão. Pois, se é necessário definir o que é cultura popular, provavelmente o debate se origina da compreensão do que não é erudito.

Nota-se a historicização da conceituação (cultura popular) desde desdobramentos políticos que intuía desqualificar, que não levavam em consideração as práticas e produções do campesinato até a indústria midiática e hegemônica, que realmente repercute padronizações para consumo em massa e que podem reforçar ideologias e valores de classes dominantes. Talvez essa conceituação seja mais uma ferramenta ou perspectiva para observar a produção cultural da sociedade e como estão em diálogo (ABREU, 2003).

Diante da historicidade que o conceito possui, Roger Chartier (1992) propõe que os estudos quanto à cultura popular deveriam tratar mais da circulação, das dinâmicas de troca e da apreensão que as sociedades concebem a partir dos bens simbólicos e das produções culturais que se fazem presentes nos contextos. Assim, deixa-se de lado alguns aspectos da representação ou dos conteúdos presentes nas produções para dar destaque e se trabalhar com a materialidade e as práticas que envolvem essa materialidade no social, preocupando-se menos com o “nível

de cultura”. Em seus trabalhos com a *Bibliothèque Bleue*, lembra o quanto é perigoso dizer que um texto demonstra ou mesmo representa as “mentalidades” das sociedades em que circulam somente por estarem presentes nessas sociedades. O sucesso da circulação de um texto não pode ser definido somente por suas representações e conteúdo. Entre o campo da produção de um texto e o horizonte de seu consumo ou recepção, existem diversos usos sociais e costumes. Como bem descrito por McKenzie (2018), toda uma rede de contatos, interpretações e contextos por trás da tecitura de um texto configuram uma sociologia dos textos, como o diálogo com o editorial e a autoria, além das questões dos mercados editoriais e o momento em que o texto é escrito.

Logo, as metodologias e as noções possíveis para entender a cultura popular e sua relação com a cultura erudita se estendem em discussões historiográficas desde a maior inserção do âmbito cultural na pesquisa histórica em fins da década de 1960. Muito se pensou em mudar o termo “popular”, por ter se desgastado devido aos excessivos usos historiográficos e sociológicos e, portanto, por possuir certa carga, vista como “ideológica” (KALIFA, 2014). Esse movimento ocorre principalmente por conta do advento das grandes mídias, tais como o rádio e a televisão. O “popular” já não conseguiria dar conta de expressar o significado ou alcance das produções. É sintomático dos usos do conceito enxergar cultura popular somente a partir da capacidade de alcance ou consumo de uma produção. Encontrando maior repercussão, torna-se popular, com menor repercussão, não é popular. A afirmativa não é incorreta, mas muitas questões a atravessam. Livros destinados a um público erudito encontraram grande espaço nos meios camponeses e menos abastados a partir do barateamento da impressão e da circulação de caixeiros viajantes na Europa moderna (KALIFA, 2014).

Os termos “cultura de massas” ou “cultura midiática” para substituir o “popular” encontram-se como solução ou até mesmo tornam-se preferidos. Pensar que as formas de difusão das práticas culturais sofreram uma evolução devido aos avanços dos meios de comunicação, não significa afirmar a existência de uma descontinuidade ou mesmo ruptura nas práticas e costumes. Portanto, reforçamos que as noções aqui apresentadas e utilizadas dão conta de investigar circulações circulação de produções culturais no mercado editorial carioca no fim do século XIX. Em adição ao debate, o historiador Dominique Kalifa, em suas reflexões quanto aos problemas que rondam tais debates historiográficos, configura o termo “midiático” como mais eficaz, pois:

Coloca, de fato, mais ênfase nas características formais de um regime de produção e de figuração do que nas de um público, lembra que a oferta pode preceder e suscitar a demanda, que um modo de produção pode funcionar mesmo se ele não encontra imediatamente seu público (é o caso atualmente

da cultura “de massa” em países muito pobres). Permite igualmente liberar os debates sem fim sobre o nivelamento das massas, visto que muitas vezes, pela polifonia e a fragmentação da mensagem em múltiplas “subculturas” que caracteriza o regime midiático. Insiste com razão na disseminação transmidiática que caracteriza muito cedo as produções de grande consumo. Permite, portanto, distender a análise, objetivar e “desideologizar” em parte a questão. Insistindo na necessidade de não se deter nas produções, mas inscrevê-las em todos os jogos práticos que lhes dão sentido, parece oferecer um instrumental mais pertinente para pensar as culturas da maioria das culturas da maioria (KALIFA, 2014, p.100).

Os muitos usos da cultura popular possuem significados políticos diferentes e são atribuídos de acordo com o contexto, como já bem explícito, o que permite uma historicização do conceito. Felizmente, essa façanha já foi muitas vezes elaborada em prol da historiografia por grandes nomes como Roger Chartier, Marcia Abreu e Dominique Kalifa. A compreensão de que não existe uma idade de ouro da “cultura popular” perpassa os escritos dos autores; seria impossível afirmar algo assim, uma vez que a mesma afirmação teria valor político ou interesses de dominação e cairíamos na pergunta inicial: há autonomia da cultura popular ou é somente dominada? E a resposta já possuímos.

Para Dominique Kalifa (2014) é no século XIX que a noção de cultura popular emerge e o debate da literatura é fundador. Essa noção é atribuída ao duplo fenômeno: a Revolução Francesa e a circulação de impressos mais baratos e sua difusão pelo sistema de *colportage*. Com essas duas mutações, fica perceptível um certo reconhecimento do “popular”. Porém, três reações nascem delas e irão nortear o debate por longos anos, tanto na crítica especializada quanto na elite letrada.

O primeiro já conhecemos, possui repercussão e fundamentos no artigo contra a “literatura industrial” de Sainte-Beuve em 1838. Logo, seria o debate em torno de desqualificar as leituras de grande repercussão, seus autores e seus públicos. A partir dessa desqualificação nasce a atribuição de sentidos e queixas morais quanto aos impressos baratos e de repercussão maior, retirando todo o valor artístico e atribuindo um valor puramente comercial e voltado ao âmbito da indústria em prol de subverter os novos leitores aos piores caminhos na sociedade. Teme-se que estes impressos corrompam a alma e que, seguindo os passos do Romantismo, privilegie os que imaginam e amam demais. As críticas apontam diretamente para esses novos leitores: mulheres, trabalhadores e crianças. Associa-se diretamente ao medo dos efeitos que essas leituras podem ocasionar na cena política e social graças às dinâmicas democráticas que estes impressos carregam.

A segunda reação apresenta-se na política e é também institucional. Nasce das muitas afirmativas quanto à perigosa natureza de impressos baratos, como as críticas direcionadas ao

valor artístico nulo e subversivo, e ao medo de uma massa insurgente instigadas por essas leituras. As instituições se colocam no papel de proteger a população ou barrar o alto contingente e circulação desses impressos. Daí o surgimento de impostos a folhetins e caixeiros viajantes bem antes de uma determinação do que seria a “boa cultura popular” e os livros paroquiais.

Como terceira consequência, temos a criação da categoria “popular”. E observa-se o quanto a literatura é a base fundação do termo. Surge de Charles Nisard, “[...] funcionário do ministério da polícia encarregado da comissão de *colportage*, [...] inventa a categoria ‘literatura popular’ [...]” (KALIFA, 2014, p.93). O ato possuía intuito de atribuir aos impressos baratos um grau de desqualificação, porém o termo tornou-se fundador.

Com a noção de como olhar para a cultura popular inaugurada, as elites sentem-se obrigadas a se posicionarem contra essas práticas. Para tanto, criam a categorização da “boa” cultura popular, agora classificada como a cultura do campo, do povo rural, das tradições e canções interioranas. O que era antes rústico e bárbaro, tornou-se o ideal de pureza cultural, inventando mitos sobre o surgimento das nações, recolhidos e preservados para que se tornassem parte da história e da literatura canônicas, no contexto de constituição dos Estados-nacionais ao longo do século XIX (ANDERSON, 1991). Regimes totalitários do século XX recuperaram a ideia de “boa e pura cultura” nacional e os mitos de origem para reafirmar e justificar seus discursos de grandiosidade nacional e pureza de raça. Não obstante, a cultura hegemônica em regimes totalitários serve ao Estado.

No Brasil do século XIX há movimentação semelhante de recolher e manter a “boa cultura popular”. Como já esmiuçado anteriormente, a legitimação do que serve à nação e entra para o cânone das “grandes” obras literárias e científicas se justifica pela recorrência usual, em grande parte, da *cor local* (CARDOSO, 2010). Assim, o intuito da descrição excessiva de paisagens da fauna e flora brasileiras tinha por consciência a intenção de concretizar certa vanglória de uma nação, efervescente nos discursos das instituições do período. Caminha na direção de dizer o que deve ser a “boa” cultura popular, pois esta estaria ao lado do Estado e não insinuaria qualquer subversão. Paralelamente, o debate estende-se à escrita da história no século XIX.

Nas discussões sociológicas e historiográficas posteriores, muitas teorias davam conta de explicar que as práticas e costumes dos campesinatos da Europa Moderna eram uma cultura autônoma (CHARTIER, 1992; KALIFA, 2014; ABREU, 2003). Dominique Kalifa atenta o leitor para o fato de que essas práticas e costumes não eram consideradas cultura, menos ainda

populares. Como explicado, o termo é fundado no século XIX pela agitação de livros baratos. Dos demais sociólogos e historiadores que desenvolvem a ideia de cultura, Raymond Williams (1992) conversa com as abordagens tratadas, pois disserta sobre a cultura de maneira abrangente, reconhecendo que esta não se limita a obras de arte ou atividades intelectuais, mas enraíza-se profundamente nas práticas cotidianas e experiências das pessoas. A sua proposta se distingue da perspectiva convencional da cultura como um domínio exclusivo das elites, ressaltando a relevância das práticas culturais e costumes fora dessa marcação. Sustenta, assim, uma certa autonomia da cultura popular mesmo após o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, contrariamente à perspectiva tradicional.

Williams utiliza o termo “cultura residual” para descrever elementos culturais que persistem na cultura popular contemporânea, exercendo uma forma de alcance, que muitas vezes não é reconhecida. Além disso, seus conceitos de “cultura dominante” e “cultura emergente” tornam-se pertinentes para o debate. A cultura dominante é amplamente aceita e respaldada pelas instituições dominantes da sociedade, enquanto a cultura emergente está surgindo e desafiando a cultura dominante. Diante disso, a cultura jamais seria apolítica, mas, pelo contrário, estará sempre entrelaçada com relações de poder e estruturas sociais. Tais como trocas de capital simbólico em um campo estruturado e estruturante (BOURDIEU, 2007), como eram as relações no mercado editorial carioca dos oitocentos.

Em acréscimo ao problema original, para Raymond Williams existem questões fundamentais sobre as quais são os elementos formativos ou determinantes que produzem as características culturais. Diferentes respostas a essas questões produziram, como vimos, significados convincentes. Logo, algumas respostas enfatizam um tipo de “espírito formador” ideal, religioso ou nacional, enquanto outras enfatizam uma “cultura viva” determinada principalmente por outros processos sociais, como a ordem econômica ou política. Essas diferentes respostas resultaram em tradições alternativas e conflitantes, em que o conceito de “cultura” oscila entre uma dimensão global de referência e uma dimensão parcial. Em vez de ver a cultura como um “espírito formativo” que cria todas as outras atividades, Williams enxerga que a cultura é um sistema de significados por meio do qual uma ordem social é comunicada, reproduzida, vivenciada e estudada, conversando com o que foi proposto e descrito também pelas abordagens da Nova História Cultural. Logo:

O que o sociólogo cultural ou o historiador cultural estudam são as práticas sociais e as relações culturais que produzem não só “uma cultura” ou “uma ideologia”, mas, coisa muito mais significativa, aqueles modos de ser e aquelas obras dinâmicas e concretas em cujo interior não há apenas continuidades e determinações constantes, mas também tensões, conflitos,

resoluções e irresoluções, inovações e mudanças reais (WILLIAMS, 1992, p.290).

Jerusa Pires Ferreira (1992) propõe o debate quanto à imposição de uma cultura dominante para os livros de circulação em massa de fins do século XIX e início do XX. Não é distante da metodologia apresentada por Chartier, pois Jerusa Ferreira se atenta à teia complexa de mediações que se estende da produção até a recepção de um livro. Em seus trabalhos com a circulação dos livros de São Cipriano no Brasil, a autora se fundamenta nessa metodologia para avaliar toda materialidade, consequências, trâmites e processos do mercado dessa produção e dos livros destinados ao grande público, que, de certa forma, partem de práticas e costumes tradicionais populares que, aos poucos, tornam-se “de massas”.

O fato de esses livros populares dialogarem com a oralidade da cultura popular em fins do século XIX é estudado e confirmado por Dominique Kalifa, Jerusa Pires Ferreira e Alessandra El Far. Em muitos casos, definir se uma história publicada como livreto popular aconteceu ou no mínimo inspirou um caso é difícil. Não afirmo aqui que um livro popular representou precisamente o que rondava nos imaginários sociais de fins daquele século ou que os mesmos são ou eram perigosos por sua capacidade de “influenciar” as massas. Devemos levar em consideração as relações que a circulação dessas produções gerou. Por exemplo, algumas histórias de crimes eram compradas por prostitutas cariocas no intuito de compreenderem assassinatos e se prevenirem (EL FAR, 2004, p.70), o que não aponta somente para um desejo de curiosidade e entretenimento.

Mesmo os livros populares de caráter minimamente surreal dialogam com a oralidade. *Elzira, a morta virgem* é um exemplo de lenda urbana, que conta a história de uma moça que caiu em um mal profundo por não ter a aprovação de seus pais para que se casasse com o amor de sua vida, que era um homem negro ascendendo socialmente e estudando práticas médicas. O triste destino da moça é causado pelo puro preconceito de seus progenitores e seu desejo de liberdade para escolher com quem deveria se casar. O intuito aqui não é analisar detidamente as representações dessa história de acordo com o contexto, ainda que seja conveniente comentar sobre sua publicação em um período próximo à abolição da escravidão e às mudanças que o século XX estendia nos horizontes de expectativas dos moradores das urbes; com isso, compreende-se um pouco, e nem mesmo precisamente, as representações e a relação dessa literatura com as histórias passadas de bocas a ouvidos pelas ruas cariocas.

Logo, dizer que esta literatura de brochuras populares, livros de sonhos, manuais, livros sobre religiões, almanaques e romances seriam “impostos” às classes populares por uma indústria padronizadora e massiva, também é desconsiderar que há faixas diversas de grupos

sociais que possuem acesso às trocas e circulações culturais conforme momentos, necessidades, mudanças de temas e processos (FERREIRA, 1992, p. 137). Seria desconsiderar toda essa complexidade de transações.

Portanto, as editoras e livrarias brasileiras que atendiam às “culturas de bordas” não estão somente impondo o consumo. A cultura de bordas, conceito desenvolvido por Jerusa Pires Ferreira, é administrada pela indústria de tramoias, a mesma que foi consolidada durante séculos na Europa e encontrou um bom espaço na América Latina para se desenvolver. Quanto à conceituação, entende-se que está no

[...] limite entre submundo das crenças e heresias populares e a meia legitimidade que lhe dá o fato de ser um produto industrial, em larga escala. Falta-lhe, porém, a legitimação da cultura oficial e hegemônica. O seu circuito é o de um subsolo cultural, é para ser pedido em voz baixa, sussurrando para não ser ouvido, consumido por quem o esconde na rua, camuflado entre outros materiais, e devorado na solidão, ou no espaço ritual (FERREIRA, 1992, p. 20).

Entende-se por uma “borda”, um limite entre a cultura popular e a linguagem das brochuras populares. É uma solução plausível para que se reconhecesse uma certa agência dos ritos, tradições, práticas e costumes populares nessa massificação produzida pela indústria de tramoias. Descarta, assim, a incapacidade ou pura passividade de quem recebe um produto cultural. Importante lembrar o quanto a experiência da leitura é coletiva também, o mesmo tipo de leitura (as brochuras baratas) é feito em ambientes públicos e para os públicos desses ambientes.

Jerusa define cultura de massas, modelada pelas elites para acesso ao povo, como uma “[...] linguagem veicular inventada, que permitiria preencher o abismo cultural e socio-econômico aberto entre ‘dominantes e dominados’” (FERREIRA, 1992, p.138), não muito distante do que é reforçado por Bourdieu e Chartier, que veem a cultura popular e a mídia de massas interrelacionadas. Bourdieu argumenta que a cultura popular é o resultado de uma interação complexa entre a economia, a dominação social e as práticas culturais. A mídia de massas, nesse sentido, é vista como um meio pelo qual as classes dominantes exercem um certo tipo de domínio sobre a cultura popular, mas não é a única proveniência possível. Chartier enxerga que a mídia de massas é um veículo que difunde a cultura dominante e compactua na formação de práticas da sociedade. Fato é que a mídia de massas é um elemento na construção da cultura popular.

Acrescento aqui os estudos de Loïc Artiaga (2014) quanto aos intercâmbios culturais e a hegemonia além do domínio das produções culturais legítimas nacionais no mercado de livros.

Para o autor, esse mercado possui característica internacional, que deve ser pensado além do nacional, com as mesmas coerências de expansão capitalista de diversos mercados. Percebe-se um desejo “globalizante” na história da edição que auxilia na pesquisa com circulação de mídias. Ampliam-se as visões de tempo e espaço ao oferecer as noções globais das mobilidades da literatura.

A partir desses fundamentos, Artiaga concentra seus estudos na obra *Fantômas* (1911) de Pierre Souvestre e Marcel Allain. Observa que a dominação ocidental cultural, particularmente no contexto do capitalismo na indústria editorial, origina ficções aptas para disseminação em todo o mundo. Tais ficções estão em conformidade com os padrões estruturados de recepção, que, aos poucos, se tornaram mais uniformes, mesmo com a existência de barreiras linguísticas. As próprias estruturas narrativas de *Fantômas*, emprestadas de romances de ação anglo-saxões e imagens urbanas, as tornam mais acessíveis aos leitores de diferentes espaços. No entanto, é importante lembrar que a dominação ocidental cultural não impõe nenhum limite formalizado a si mesma. Em vez disso, invade objetos do cotidiano, práticas e costumes; cria um discurso social coerente que conecta toda a imprensa, os romances e as músicas produzidas em momentos simultâneos.

Ainda segundo Jerusa Pires Ferreira, levar em consideração a definição de cultura de massa (no sentido de uma linguagem veicular inventada para preencher vazios e perpetuar dominação) para a linguagem das brochuras populares, seria desconsiderar alguns fatores. Esta linguagem é produzida no âmbito da cultura das bordas (não oficial e não legitimada) e não pelas elites com uma finalidade de imposição; é recriada por atores que se inserem nessa mesma cosmovisão e repertório, mas que possuem gradações entre si. Há, segundo a autora, uma recuperação de linguagens, práticas, saberes e costumes que estão enraizados no universo popular. É um tipo de resistência inegável e que pode, inclusive, se acomodar socialmente em um tipo de conservadorismo político e se transformar em não resistência (FERREIRA, 1992, p.138). Logo, esses livros fazem parte e são elementos de um universo residual, que ocupa certa posição e emerge na formação cultural dominante, seguindo certos potenciais e expectativas.

A figura do autor, de amplo modo, que esteja inserido no universo residual das práticas populares presentes em sua classe social, é um elemento que merece ser destacado. Embora o autor (de qualquer obra) possa estar submetido aos interesses de uma classe dominante, e estabelecer uma relação simbiótica com a indústria editorial, adaptando a estrutura de sua obra para seguir uma fórmula que alcance um público mais amplo, os resíduos das práticas populares não são eliminados de sua escrita. Pelo contrário, eles se manifestam como traços distintivos de

sua identidade cultural e de sua visão de mundo, que podem ser percebidos por uma leitura atenta e crítica.

2.4 O “povo” e o Rio de Janeiro

O *fin-de-siècle* oitocentista, como já reforçado algumas vezes ao longo da escrita, é um período de instabilidade, não só no Brasil como em grande parte do mundo ocidental. No caso brasileiro, o enunciado comprova-se pelos eventos políticos: o fim da monarquia e os primeiros anos de anos uma República fundada a partir de um golpe são “[..] motivo suficiente para mobilizar homens e mulheres a (res)significar os acontecimentos recentes e a pensar as possibilidades que o novo e imprevisível futuro traria” (MALEVAL, 2023, p.136).

Para tanto, uma breve análise do contexto e do espaço em que as fontes selecionadas estão inseridas ganha caráter mais que auxiliar. Assim como a compreensão do que é a conceituação de “povo”, que tantas vezes é ressaltado pela imprensa e no modelo de negócio elaborado por Pedro da Silva Quaresma. Veremos um pouco da historicização desse conceito, a partir de um longo processo histórico-semântico no Brasil, em que se observa uma estabilidade da linguagem política abalada por uma consciência histórica (PEREIRA, 2010, p. 259). Em linhas gerais, “povo” é um conceito polissêmico que depende dos contextos para análise, assim como ser “popular” em fins do XIX não necessariamente representa o mesmo do que ser popular hoje.

Entretanto, o recorte espacial é um fator que deve ser levado em consideração, já que o que permitiu a diversa circulação de brochuras e suas apreensões faz parte da historicidade que a urbe carioca possuiu e desenvolveu durante todo o século XIX. Acreditamos que da mesma forma que a cidade é um importante espaço para o desenvolvimento de representações, ela também é modificada consciente ou inconscientemente por essas. Uma referência para tal articulação é a obra do historiador Dominique Kalifa²⁶, que enxerga em seus estudos uma relação da literatura francesa com a criminalidade na Paris da *Belle Époque*.

Perceberemos que os traços das modificações estruturais da cidade carioca acompanham a historicidade²⁷ da conceituação de povo e dos ideais que transformaram as características “[...]”

²⁶ Referimo-nos às obras *Os Bas-fonds: História de um Imaginário* (2013) e *A tinta e o sangue: Narrativas sobre crimes e sociedade na Belle Époque* (1995)

²⁷ Por nos basearmos na escrita de Luísa Rauter Pereira, devemos explicar como a autora compreende historicização conceitual em dois fenômenos correlacionados: 1º - A incorporação dos conceitos em percepções

sociais, culturais e linguísticas ocorridas tanto no meio literário e científico, quanto no senso comum” (PEREIRA, 2010, p.259).

Luísa Rauter Pereira (2010) começa sua análise pela conceituação na tradição corporativista luso-brasileira. Originada no período medieval, considerava o povo como um coletivo político. O termo “povos” era mais usado, pois se referia ao agrupamento de súditos do rei, organizados em vários estados, ordens ou corpos do reino. O povo era um elemento crucial de uma entidade única político-espiritual, com o rei no centro, ou como cabeça. Lembramos da imagem do *Leviatã* representando o Estado moderno em um contrato entre homens para elencar um monarca, uma vez que a natureza humana pode ser considerada cruel e um contrato seria para benefício geral (SKINNER, 2010, p.65). Logo, o rei e o povo estavam ligados, ambos com direitos e deveres que seriam independentes de suas vontades, e baseados em um tipo de ordem mística e que designava a cada um funções para manter o bem comum (SKINNER, 2010). O rei, mesmo que soberano, deveria agir justamente em respeito às funções, jurisdições e privilégios de cada uma das partes. Porém “Esta tradição, embora informasse em grande medida a conduta dos agentes, não implicava na prática política uma harmonia absoluta entre os povos e o rei” (PEREIRA, 2010, p.259).

Contra as políticas pombalinas em fins do século XVIII, o conceito aparecia (com maior frequência no singular) como uma forma de reação à tirania, uma ideia de que o povo é a principal força contra essa que era uma das piores forma de governo (SKINNER, 2010). Essa conceituação ainda é identificada como uma expressão de certa estabilidade semântica encontrada no Antigo Regime: “Tratava-se de uma concepção do povo estática e a - histórica, pois fundada em ideias de um ordenamento natural e tradicional” (PEREIRA, 2010, p.259).

Porém, com o objetivo de exercer maior controle sobre as conquistas, a política pombalina incentivou o conhecimento científico entre os colonos para melhor entender a natureza das possessões ultramarinas. Informações detalhadas sobre essas sociedades que ocupavam tais conquistas (como as composições étnicas e as suas práticas) tornaram-se vitais para a composição de políticas que servissem ao desejo de superar a grave crise enfrentada pelo Império Português Ultramarino. Logo, “O cientificismo ilustrado pombalino procurou perceber as especificidades da população colonial e fundou as bases conceituais da apreciação realista e sociológica do povo no Brasil” (PEREIRA, 2010, p.261). Forma-se uma vertente, que Pereira chama de “naturalista e conservadora” (2010, p.261).

processuais e universais de tempo, que atribuem uma certa profundidade histórica e temporal a estes; 2º - Um contingenciamento dos conceitos, ou seja, os significados retirados de percepções da realidade empírica presente, que os afastam de qualquer repertório semântico a-histórico e estático (PEREIRA, 2010, p.258).

No processo de Independência, o movimento vintista mescla suas reivindicações constitucionalistas a essa vertente. A conceituação monárquica de povo (que o associava ao monarca e ao princípio da soberania nacional) para esta perspectiva deveria essencialmente modificar-se. Assim, o rei aparecia como o principal representante do povo, aquele que deveria cuidar desta entidade ainda em um estágio inicial de civilização. Interessante notar que essa ideia de civilização tinha um caráter menos “historicizado” e mais relacionado a um princípio racional universal, que seguia em aperfeiçoamento. Pois o povo, através de uma política estatal robusta, passaria por transformações que o levaria em direção a um estado de racionalidade, que era entendida como uma característica presente em todos os seres humanos, mesmo que estejam em um estado primitivo. O conceito de povo ainda é estático nesses anos de formação da constituição de 1824 (PEREIRA, 2010).

A década de 1830 trouxe novas experiências históricas que modificariam algumas bases das concepções de civilização e povo. Desenvolve-se uma historicização, principalmente advinda dos discursos encontrados nas tentativas revolucionárias dos liberais exaltados e da população pobre (tanto nas províncias quanto na capital), que possuíam características de liberalismo *moderado* e *conservador*. Um conceito de povo revolucionário é contraponto para o conceito de povo pacífico e ordeiro, porém foi associado à ideia de “facção”. Para estes políticos, que acreditavam que a participação popular nas decisões públicas não deveria ser irrestrita e direta, a política real deveria ser baseada na análise das “circunstâncias do tempo” e só assim saberiam em qual estágio de civilização o povo se encontraria. Para tanto, no contexto, julgavam tal estágio como “inicial”. Observa-se o entendimento da civilização como “grande marcha da história” pela qual o mundo se baseava e que serviu para a historicização do conceito de povo devido aos acontecimentos da década (PEREIRA, 2010).

Quando se tratava de discutir sobre o povo, muitos dos políticos conservadores analisavam o que se entendia por momento civilizacional em que ele se encontrava. Assim garantiam embasamento para o projeto político centralizador, antidemocrático e monárquico. Eis a tradição imperial: “[...] enquanto o povo estivesse seguindo o lento e gradual processo de civilização, cabia à Coroa, auxiliada pelas elites, ocupar-se dos negócios políticos” (PEREIRA, 2010, p.262). Por outro lado, os políticos liberais endossavam o conceito abstrato e teórico de povo em luta contra a tirania, entendia-se povo como um grupo de pessoas com direitos, que estavam em um conflito histórico com o Estado, que era percebido como um limitador das liberdades inatas.

Na década de 1870, as visões evolucionistas da história trouxeram diversas críticas ao Império. Assim, a conceituação adquire alguns matizes históricos, sociológicos e naturalistas que marcam presença e se estabelecem no que o pensamento social brasileiro entendeu como povo, especialmente com as ideias de raça e miscigenação. Soma-se à historicização conceitual advinda da vertente naturalista e conservadora, que embasou a tradição política imperial, uma seletiva incorporação do evolucionismo científico (PEREIRA, 2010). Deve-se isso a uma nova “geração” de políticos e intelectuais envolvidos na crítica ao Império, o que Ângela Alonso (2000) chama de “geração de 1870”²⁸.

Devido ao desejo dessa geração em colocar o Brasil na marcha para a modernização (SEVCENKO, 1999), vários estudos foram empreendidos por intelectuais de diversas vertentes, levando a um aprofundamento do olhar histórico sobre o povo. Pereira (2010) apresenta duas grandes linhas de pensamento surgidas a partir disso: a primeira considerava o povo como uma força política oposta ao despotismo tirânico, conforme a tradição liberal imperial anteriormente descrita. Porém, essa força predominantemente política assumia um matiz evolucionista, que destacava a consciência democrática do povo desde o início da história nacional, em harmonia com o avanço da humanidade, uma tendência que foi ofuscada pelo que consideram ser um tipo de “manobra política dinástica ilegítima” (PEREIRA, 2010, p. 263) e que supostamente originou o Estado Imperial.

Enquanto isso, a outra linha (essa era composta por monarquistas e republicanos autoritários) entendia que antes de estimar o caráter político democrático ou republicano do povo do Brasil (já entendendo que este não está preparado para ter um ou outro caráter), era necessário compreender o que se conhecia desse povo por conteúdo étnico, racial, cultural e sociológico. Assim, enxergavam que certas mudanças, ou melhor, reformas na sociedade e na economia fossem amplamente aplicadas (a abolição, por exemplo). Somente dessa forma o povo poderia progredir (compreendido como se estivesse em evolução) e se tornar apto a se engajar politicamente em um regime republicano.

Diante da nostalgia do que a monarquia poderia ter sido (MALEVAL, 2023), o Visconde de Taunay foi um dos escritores brasileiros que possuía percepções semelhantes à dessa segunda vertente quanto ao povo brasileiro. Mais que isso, repercutia certa ideia do que

²⁸ A “Geração de 1870”, para Ângela Alonso, simboliza um movimento de resistência à ordem imperial (entendido como reformista pela autora), composto por grupos socialmente diversos (positivistas, liberais, científicos). As atividades intelectuais e políticas desses grupos eram inseparáveis e a interpretação de seus escritos deve ser buscada no contexto da crise do Império. Apesar de sua diversidade, esses grupos compartilhavam uma experiência comum: a marginalização política pelas instituições da sociedade imperial (ALONSO, 2000, p.44).

seria base para a concepção do povo do Brasil para o pensamento social brasileiro. Claramente o visconde passa longe de pertencer ao que seria a “geração de 1870”, mas não é surpresa que os ideais de progresso e de evolução tenham conquistado tanto as mentes quanto os corações de republicanos e monarquistas (MALEVAL, 2023, p.148). Comprova-se pelo entendimento do visconde que “[...] o Brasil ainda se encontrava, evolutivamente falando, num degrau baixo em termos de educação política” (MALEVAL, 2023, p.150), dialogando com as teorias em voga no fim do século (positivismo, evolucionismo...); acrescenta-se que o visconde acreditava que o país, para marchar evolutivamente, necessitava de “[...] um poder acima dos outros para acalmar os ânimos e fazer surgir as reformas de que o Brasil carecia. Só que esse poder não devia ser de qualquer um, mas prevalecer parte das instituições monárquicas” (MALEVAL, 2023, p.151). Além disso, tinha uma visão de povo pacato, conforme demonstra em seu escrito *Penosa verdade*: “Reconheço que a índole brasileira é excepcionalmente pacata, ou antes disposta a aceitar os fatos como eles se apresentem, buscando melhorá-los e não complicá-los” (TAUNAY, 1933, p. 80 *apud* MALEVAL, 2023, p.150).

Toda essa descrição do entendimento de povo (acrescida dos pensamentos de progresso e evolução a partir de 1870 e dividida em duas vertentes) se apresenta nos demais escritos dos intelectuais brasileiros, sejam em romances ou escritos políticos do fim do século XIX. A ideia de um povo que ainda não compreendia o suficiente para entender (ou mesmo compor) o novo regime republicano, ou não estava em estágio necessário de evolução e por isso necessitava de uma liderança que compreendesse tal fato e o levasse a uma mudança evolutiva gradual repercute-se entre monarquistas e republicanos, o que funda as bases do pensamento social brasileiro junto das noções de raça e mestiçagem (PEREIRA, 2010).

A historicização da linguagem política foi aos poucos desconstruindo a ideia abstrata de povo contra a tirania. Nesse lugar, ergue-se uma conceituação de povo a ser determinado por sua marcha evolutiva enquanto estágio civilizacional nos planos da cultura de uma sociedade. Diante desse conceito, haveria alguma possibilidade de um ato revolucionário. Porém, significava que uma pequena quantidade de homens seria apta a uma vida política (e cidadã) e que, acima de tudo, levasse em consideração o bem comum quando a conceituação era utilizada e trabalhada pelas elites. Há, no entanto, a conceituação sociológica, que era mais inclusiva e completamente apolítica. Finaliza Luísa Raulter da seguinte forma:

Eis o dilema que encerra a história do conceito de povo no Brasil que procuramos traçar: por um lado um conceito essencialmente abstrato e político, mas extremamente restritivo quanto àqueles aptos à integrá-lo, por outro, um conceito sociológico e histórico, generalizante, mas fora do domínio político. Este último conceito foi aquele que fez história na formulação da

idéia de nacionalidade no Brasil a partir das formulações do pensamento social brasileiro (PEREIRA, 2010, 264).

Dadas as características da historicização do conceito de povo, observamos que havia certa compreensão de que o povo deveria paulatinamente caminhar para evoluir como civilização. Tais entendimentos de povo na linguagem política adentram os preceitos comuns. Não obstante, as tentativas de “educar” o povo compreendem uma necessidade de também os levar a uma evolução, na tarefa vista como necessária para formar uma nação civilizada (LEAL, 2021, p.157). Pereira da Silva se engajou nessa missão “patriótica”, conforme será visto.

Outro ponto a ser pensado é o da questão urbana, principalmente em relação às tantas modificações propositalmente causadas ao Rio de Janeiro para atender a esse ideal civilizacional de fim de século (SEVCENKO, 1999, p.29). As cidades tornaram-se o lugar clássico para o desenvolvimento da cidadania, como bem nos recorda José Murilo de Carvalho (1987). O cidadão era aquele que habitava a cidade, até em sentido etimológico. Nas cidades houve, aos poucos, o entendimento e o desenvolvimento da noção de um sistema de governo que pensa no pertencimento individual a uma coletividade (CARVALHO, 1987, p.12). Para tratarmos da cidade do Rio de Janeiro e sua importância para a circulação de brochuras, nos aproveitaremos de sua historicidade em articulação com os conceitos de “capitalidade” e “centralidade”, desenvolvidos por André Nunes de Azevedo. Definiremos, então, os fenômenos citados nas palavras de Azevedo, sendo “capitalidade” um fenômeno urbano:

[...] que se caracteriza pela constituição de uma esfera simbólica originada de uma abertura à novas ideias por parte de uma determinada cidade, o que, confere a esta um maior cosmopolitismo relativo às suas congêneres e uma maior capacidade de operar sínteses a partir das diversas ideias que recepciona (AZEVEDO, 2002, p. 45).

Esse fenômeno se desenvolve com as experiências históricas vividas pela urbe e torna a cidade uma referência para as outras, pois acontecimentos políticos e culturais são consagrados em tal espaço, o espaço da urbe. Acrescenta-se a definição de “centralidade”, como qualidade da urbe e característica da capitalidade: “a propriedade de uma cidade de ser o centro pelo qual devem passar os principais acontecimentos políticos e culturais de um país” (AZEVEDO, 2002, p. 52). Essa qualidade não depende da condição de capital, ainda que não a exclua. Torna-se possível enxergar esse fenômeno em outras cidades do mundo como Paris e Buenos Aires, em que a condição de capital e a capitalidade conversam.

Azevedo interpreta que o processo de capitalidade do Rio de Janeiro teve início já no período colonial, quando consolidou um espírito de independência política e econômica, principalmente por conta do porto, de onde se partia o elemento chave da dinâmica da vida

urbana carioca. Dessa forma, do século XVII até 1776, o porto se torna um espaço que vai além do uso cambial de mercadorias, pois é um elo da cidade com o resto do mundo. Aberta aos diversos continentes, o Rio de Janeiro forjou um traço universalista, que causou um maior cosmopolitismo, com a circulação de culturas e ideias plurais, até mesmo dos ideais revolucionários do Iluminismo francês. Esse caráter auxilia no aumento populacional do Rio de Janeiro, nutrindo uma maior complexidade e impessoalidade à vida urbana, contribuindo, até mesmo, para uma modificação de valores e comportamentos na urbe (AZEVEDO, 2002).

A chegada da família real em 1808, foi o marco definitivo para a cidade carioca acrescentar à sua capitalidade uma nova característica: a centralidade, que, como já explicamos, garantiria à cidade a propriedade de ser o centro onde ocorrem os principais eventos políticos e culturais de um país, porém:

A centralidade do Rio de Janeiro no século XIX não pode ter sua compreensão reduzida ao argumento de que a cidade se tornara, na época, capital do reino. Isso deve-se ao fato do Rio de Janeiro já possuir capitalidade desde os tempos coloniais, o que somou para a sua centralidade quando a cidade assumiu uma nova situação política, em 1808 (AZEVEDO, 2002, p. 50).

Com a capitalidade garantindo toda a relação com o resto do mundo e dinamizando a vida da sociedade carioca, agora, esse novo elemento elevaria o Rio de Janeiro a uma referência nacional. Não obstante, o Iluminismo ibérico ergue uma tradição de espaço de reflexão política e cultural (AZEVEDO, 2002). A fundação de diversos órgãos e instituições científicas são justificados por esses ideais.

É significativo o comércio portuário para a imprensa e circulação de livros na urbe. Muito já citamos os trabalhos de Tânia Bessone Ferreira, que apontam o quanto a presença francesa se sobressai no século XIX. Vemos em um século o comércio de livros crescer lentamente, porém se modificando em uma velocidade muito positiva para atender às diferentes categorias na urbe. A presença de estudantes, forasteiros e da população local é expressiva o suficiente para que editores franceses reconheçam uma possibilidade de tal margem de lucro na cidade (FERREIRA, 2002).

As primeiras editoras a se instalarem e traduzirem para o português obras do além mar eram francesas. Tânia Bessone Ferreira, Jerusa Pires Ferreira e Alessandra El Far atribuem esse sucesso francês no mercado editorial a um sistema de barateamento da imprensa já consolidado na França, um modelo de trocas comerciais entre províncias, depois com outros países, levou a uma maturidade do comércio de livros franceses.

O contexto científico mundial efetivou a presença de ideias progressistas no Brasil. Como vimos, as conceituações de povo agregam tais pensamentos (PEREIRA, 2010). Não

obstante, uma geração de pensadores e críticos do Império utilizam tais argumentos para projetar a evolução civilizacional nacional (ALONSO, 2000). E muitas dessas reflexões quanto ao progresso e evolucionismo conquistam as penas de alguns monarquistas (MALEVAL, 2023).

O ideal de progresso do fim do século XIX possui forte crédito nas representações da cidade e do Brasil de formas diferentes em obras literárias desse período, como demonstra Nicolau Svcenko em seu *Literatura como missão: Tensões sociais e Criação Cultural na Primeira República* (1999). Observa-se nos escritos de autores como Machado de Assis, Lima Barreto, Euclides da Cunha, Monteiro Lobato, Paulo Barreto, José do Patrocínio, entre outros considerados clássicos e canônicos da literatura nacional autorizada. Interessa nesse quesito a argumentação final de André Nunes de Azevedo:

Havia a intenção de infundir nos trópicos uma civilização, de tomar o mundo europeu como paradigma, seguir-lhe os passos da evolução, o que explica a presença crescente do discurso de progresso técnico e científico na cidade nas três últimas décadas do século XIX (AZEVEDO, 2002, p. 59).

Conforme o Rio de Janeiro desenvolve sua centralidade e capitalidade a partir de eventos significativos, o número de pessoas cresce proporcionalmente. Lembramos que o século XIX consolida o Rio de Janeiro como capital do Império e a maior cidade escravista do mundo. Pensar nas relações que percorrem essa cidade, é pensar nas capacidades desse grande centro cuidar dos seus indivíduos ou, pelo menos, abrigá-los. O caso do Rio de Janeiro converge com a história das doenças que correm seu espaço. Diversas mudanças foram realizadas na cidade baseadas em argumentações de melhoramento da saúde urbana. A década de 1890 é especialmente cercada de epidemias devido ao aglomerado populacional e más condições de moradia. A administração pública era cobrada pela qualidade e quantidade de ocupações na cidade (CARVALHO, 1987). A cidade na virada para século XX, ou melhor, desde a década de 1870, passou por diversas reformas urbanas, como dissemos. O intuito era transportar e até mesmo elevar o Rio de Janeiro para o “próximo século”, ou seja, para o “progresso”.

Ainda que aplicassem um discurso técnico e científico para teorizar a civilização na cidade do Rio de Janeiro, a presença da escravidão era algo marcante e que levava a cidade a estar “atrasada” em relação ao restante do mundo “avançado”. Além disso, o conservadorismo moral atrapalhava o crescimento da economia carioca na visão evolucionista de muitas das elites que caminhavam para aceitar um processo de industrialização (SEVECENKO, 1999, p.29). Não à toa, a partir da década de 1870, as discussões em torno do abolicionismo ganham certo reforço (PEREIRA, 2010). Porém, como André Nunes de Azevedo, Nicolau Svcenko

(1999) e Renato Cordeiro Gomes (2008) confirmam, o Rio de Janeiro era uma cidade ambígua, com dois mundos diferentes:

Embora fosse o centro político e financeiro e tivesse maior contingente populacional e consumidor do país, e se caracterizasse como o centro cosmopolita por excelência do Brasil, o Rio de Janeiro mantinha ainda feições de uma cidade colonial. Revela o anacronismo de sua velha estrutura urbana (GOMES, 2008, p. 113).

Quando exemplifica que as feições da cidade, ainda na *Belle Époque*, são vistas como anacrônicas, Renato Cordeiro Gomes considera que os imaginários sociais podem representar e serem representados a partir das arquiteturas da urbe. Nicolau Sevcenko (1999) escreveu sobre a modernização da cidade do Rio de Janeiro e como é representada na obra de Lima de Barreto (1881-1922), principalmente sua visão sobre a Revolta da Vacina. Sevcenko nos diz que a modernização do espaço público da urbe carioca foi regida por princípios higienizadores, com objetivos claros de expulsar e marginalizar as práticas e costumes populares, principalmente da área central da cidade. Miravam no padrão de cidade europeia, de um novo século, almejando, principalmente, o exemplo francês.

“Por outro lado, nos bastidores desse palco arquitetado pelo poder, penetra a *visão disfórica*, marcada pelo traço crítico direcionado ao progresso, porque lê a cidade real” (GOMES, 2008, p.115). A observação de Renato Gomes remete (ainda) ao que se considera como a ambiguidade existente no Rio de Janeiro de início do século XX. Pode-se atribuir, como exemplo, que a visão que “lê a cidade real” é a representação artística; Lima Barreto, em diversas oportunidades denunciou o outro lado do progresso na cidade em seus escritos.

Em contrapartida, podemos muito bem encontrar a visão do progresso estabelecido ao Rio de Janeiro em outros autores contemporâneos a Lima Barreto, tal qual Olavo Bilac (1865 – 1918) em suas crônicas, que proclamava às práticas e costumes populares urbanos diversos adjetivos relacionados ao atraso civilizatório. Remete-nos ao que foi acrescentado sobre as cismas advindas da circulação de impressos baratos e o medo da população insurgente. Há aqueles que se aprofundam na leitura da cidade real de forma distinta, observando-a ao andar nos lugares em que a população se acumula, como é o caso de Paulo Barreto ou João do Rio (1881 – 1921). O escritor adentrou os corredores da cidade carioca e conseguiu descrever o manancial que a compunha, tal qual os imaginários ali presentes.

Observa-se a consideração de que progresso é o idealizador das obras públicas do período recortado, e as características higienistas possuem base na medicina da época. A teoria dos miasmas contribuiu para a derrubada de cortiços, que começaram a ser vistos como locais de profundas sujeiras e doenças (CHALHOUB, 2017). Considera-se, ainda, o crescimento

populacional no Rio de Janeiro da última década do século XIX. Como já dissemos, é o momento de maior turbulência na capital da República recém proclamada. O público de escravizados soma-se a imigrantes e outros que saem das fazendas de café em busca de outra vida nas cidades. José Murilo de Carvalho indica que esse aumento populacional exponencial levou à ocupação de cargos mal remunerados, ou mesmo, cargos que não eram fixos. Domésticos, jornaleiros e trabalhadores em ocupação mal definida chegavam a ser 200 mil em 1906 (CARVALHO, 1987, p.17). As pessoas que ocupavam tais cargos viviam nas fronteiras da legalidade.

Na mesma década, o Rio de Janeiro passa por problemas econômicos gravíssimos. A emissão de dinheiro por diversos bancos com autorização do Estado foi seguida com entusiasmo pelos primeiros governos republicanos e fez com que o Estado ficasse inundado de dinheiro sem lastro, provocando uma certa febre especulativa. *O encilhamento* (1893), romance do Visconde de Taunay bem descreve tal passagem da historicidade carioca.

Nesse novo Rio de Janeiro formado pela República nos últimos anos do século há um aumento da distância espacial entre os setores da população e os segmentos sociais. Porém, de forma semelhante ao que Jerusa Pires Ferreira apresentou sobre o resíduo cultural popular nas classes dominantes, José Murilo de Carvalho reconhece que nesse mundo subterrâneo carioca há “repúblicas” vindas do Império e que forjam realidades sociais e culturais:

Assim, o mundo subterrâneo da cultura popular engoliu aos poucos o mundo sobretterrâneo da cultura das elites. Das repúblicas renegadas pela República foram surgindo os elementos que constituiriam uma primeira identidade coletiva da cidade, materializada nas grandes celebrações do carnaval e do futebol (CARVALHO, 1987, p. 41).

Esse caráter “arrivista” que o Rio de Janeiro possuiu, tentando a todo custo ser uma cidade que cumprisse aos requisitos civilizacionais de progresso (SEVCENKO, 1999) contribui para a disseminação dos pensamentos em voga no fim dos oitocentos, assim como foi franqueado pelos mesmos. O entendimento de um povo que necessitava de educação para atingir certa capacidade evolutiva de civilização foi, como vimos, acrescida à conceituação de povo que era quase estática, abalando-a.

Como nos lembra Nicolau Sevcenko: “Maior pois, do que a afinidade que supõe existir entre as palavras e o real, talvez seja a homologia que elas guardam com o ser social” (1999, p. 20). Para tanto, essas modificações atingem não só a forma em que a sociedade representa e é representada pelas práticas culturais como também o mercado de bens simbólicos (BOUDIEU, 2007). Destarte, as editoras e livrarias cariocas ao fim do século repercutem as conceituações advindas desses debates políticos e que adentram o senso comum.

3 “NÃO SERÁ UM SERVIÇO PRESTADO Á INSTRUÇÃO DO POVO PUBLICAR ESTE LIVRO DESTINADO A ESCLARECER A HISTORIA [...]?”

Os volumes de *A História e a Legenda* de João Manuel Pereira da Silva tratam de uma série de escritos sobre “homens celebres”, ou mesmo, “personalidades celebres” e eventos históricos. Todos elencados pelo autor em uma tentativa de narrar suas vidas. Entretanto, as análises dos livros demandam um entendimento da relação do autor com sua obra. Uma melhor compreensão do trabalho de Pereira da Silva, bem como sua inserção no contexto destacado, encontra-se no desenvolvimento do capítulo. Destaca-se o quanto essa série de livros do autor é ainda pouco estudada, devido ao desconhecimento da existência dessas publicações, por sua forma de publicação em brochuras que evocava uma não pretensão de suas preservações, mesmo para serem descartados após a leitura, assim como muitas das publicações da Quaresma & C. e à pequena quantidade de pesquisas relacionadas aos trabalhos de Pereira da Silva na historiografia. As atenções dos estudiosos normalmente se voltam para suas obras mais repercutidas, que são *História da fundação do Império* (1864 – 1868) e *O Plutarco brasileiro* ou (após mudança de título) *Varões ilustres do Brasil durante os tempos coloniaes* (1858). Inegável é a necessidade de comparação entre *A História e a Legenda* e *O Plutarco Brasileiro*, já que ambos tratam de biografias de “celebres” personagens – apesar de o segundo ter sido planejado pensando, exclusivamente, personagens luso-brasileiros. É proposital que assim fosse devido à relação da história com a biografia no Brasil ao decorrer do século XIX:

Ela [a biografia] auxilia na criação de uma ordem do tempo, o tempo da nação, e na definição de um espaço de atuação: o território brasileiro. Nem um nem outro, contudo, estavam totalmente constituídos. Biografia e história fazem parte, portanto, de um mesmo plano nacional (CEZAR, 2003, p.75).

Como os homens de letras de fim dos oitocentos, Pereira da Silva atuou em diversos campos da vida social, passando por romancista, político, historiador, biógrafo, advogado, conselheiro do Império e também utilizou a escrita “[...] como uma espécie de missão civilizadora” (CARVALHO, 2009, p. 51 *apud* MALEVAL, 2023, p.137). Cabe à essa definição a noção de publicista²⁹, que são esses indivíduos que agiam na coisa pública a partir da escrita. Condensavam história, filosofia e literatura nas páginas que publicavam, fazendo

²⁹ A discussão da noção de publicista é ampla. Aqui é utilizada a partir da interpretação de que muitos dos homens do contexto carioca oitocentista, que atuavam na política imperial e, posteriormente, republicana, tinham escritos publicados em jornais de forma a dialogar com os acontecimentos políticos. Tais escritos perpassavam pelos diversos campos filosóficos e científicos e os autores não necessariamente possuíam especificidade definida, assim iam de escritos pensando a natureza da política até literatura, história, geografia e diferentes outros.

“uso público da razão” (MALEVAL, 2023, p. 135), como era recorrente em um contexto da necessidade de tratarem de vários temas correlatos, sem uma especialidade definida.

Para o entendimento da popularização da leitura através das publicações da Quaresma & C., exploraremos as relações das fontes elencadas com os periódicos de seus respectivos contextos. Além disso, lembramos o quanto os prefácios, folhas de rosto e folhas finais de um livro possuem seu valor para a história do livro e dos impressos por conservarem não só, em breves palavras, os objetivos da obra e públicos almejados, mas por demonstrarem os registros de gasto de capital simbólico (BOURDIEU, 2007) acumulado por livreiros-editores e autores no campo em disputa.

O espaço em que os textos produzidos por Pereira da Silva ganharam público, antes das publicações dos livros, foi o *Jornal do Commercio*, importante periódico do século XIX e que possuía “[...] um viés notadamente conservador, sobretudo no período monarquista, além de ser o jornal de prestígio da ‘boa sociedade’” (MALEVAL, 2023, p.148). O periódico deu voz a muitos publicistas monarquistas como Pereira da Silva e o Visconde Taunay, que começou a escrever para o jornal a partir de textos e relatos sobre a Guerra do Paraguai. Acrescenta-se que o *Jornal do Commercio* foi um dos que mais circulou no país até o início da República (MALEVAL, 2023, p.149).

No primeiro volume de *A História e a Lenda* (1892) constata-se o catálogo de “Obras do mesmo autor já publicadas”, que as divide em quatro categorias “Historicas, Litterárias, Políticas e De phantasia”. Todas as séries trazem essa divisão, seja no início do livro ou ao final, porém, algumas obras do conselheiro Pereira da Silva migram de categoria, conforme veremos. Logo na terceira página desse mesmo volume (o primeiro) nos deparamos com uma advertência, que muito nos ajuda a interpretar alguns pontos:

Redigi alguns estudos históricos para o Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro. Publicados na sua secção litteria, tão manifesto favor obtiveram do publico, que a pedido de numerosos amigos resolvi formar com eles, e com vários, idênticos e inéditos ensaios, o volume que ora vai confiado aos prelos. Foi meu intento n'estes trabalhos separar a historia da legenda, que em muitos escriptos estimados se confundem, e pois iludem os leitores, dando-lhes noticias falsas dos acontecimentos e dos homens celebres que tem apparecido na scena do mundo.

Quase que não aparece vulto saliente e nem successo notavel na historia antiga ou moderna, que se não enfeite, ou se não infeccione com legendas inventadas pelo vulgo, imaginadas pelos poetas, e espalhadas pelos chronistas e historiadores em demasia crédulos, e pouco escrupulosos, que as aceitam sem averiguar os factos com o critério, que exigem as leis da verdadeira historia, que não é romance, mas a primeira das sciencias moraes e políticas.

Não será um serviço prestado á instrução do povo publicar este livro destinado a esclarecer a historia, resgatando-a das maculas que lhe intruduzio também

falso espírito patriótico, suscitado a seu turno pelos raptos de fantasia? (SILVA, 1992, p.5).

Voltaremos à essa citação algumas vezes mais. Porém, ela já introduz o leitor na proposta dos livros em questão: ensaios, alguns inéditos, sobre figuras célebres da história do “mundo”. Acrescenta que, longe dos enfeites do romance e da “legenda”, averigua os fatos com critérios que a “verdadeira história” exige. Agrupar algumas biografias de figuras consideradas e legitimadas como ilustres na história, assemelha-se ao modelo de “livros de Plutarco”. O próprio João Manuel Pereira da Silva já havia feito trabalho semelhante e de grande sucesso no meio letrado oitocentista com seu *O Plutarco brasileiro* (1847).

De um modo geral, escritores parecem ter o impulso de escolher ou pensar no título de um texto após terminar de escrevê-lo. Parece ter sido uma das últimas elaborações de Pereira da Silva, apesar de não ter como precisá-las, porém, é relevante pensar no (nos?) título (títulos?) desses volumes, que compunham as colunas publicadas no *Jornal do Commercio: A História e a Legenda*. Quanto à palavra “legenda”, Jerusa Pires Ferreira toma algumas definições em *O livro de São Cipriano: Uma legenda de Massas* (1992), ao descrever o significado da palavra como “[...], um relato sobre um mártir ou outro santo, para ser lido no dia de sua festa, devendo apresentar conteúdos factuais, imaginários ou ambos” (FERREIRA, 1992, p.27).

Já o *Diccionario da Lingua Brasileira* (1832) de Luiz Maria da Silva Pinto, define a palavra “lenda” como “vida de algum santo escrita” (PINTO, 1832, p.660). “Legenda” e “lenda” possuem esse significado semelhante e que se relaciona a uma história com certo grau místico ou santificado. Cabe pensar que ao utilizar a palavra “legenda” no título, em soma do que disse na advertência, Pereira da Silva faria um contraponto à história. Queria mostrar que são antagônicas a ideia de lenda/ficção e a história. Conforme alerta no segundo parágrafo, esse sentido místico vem de escritos que “se confundem” e assim iludem os leitores. Acusava alguns poetas, cronistas e historiadores de não terem critérios e de espalhar falsas notícias aos leitores. Logo, o intuito de Pereira da Silva é descrever como “verdadeiramente” a história da vida desses grandes nomes teria sido para que o leitor deixasse de “acreditar” nesse lado místico que a “legenda” carrega.

A proposta desta análise não abrange o conteúdo do livro propriamente dito, cabendo a ressalva de que esse tipo de estudo necessita um maior instrumental teórico-metodológico que não entra no escopo de nossa abordagem. No entanto, o foco central que aqui exploraremos é o impacto e a acolhida significativa por parte dos leitores de um livro de biografias, que apesar da aparente contradição entre ser escrito por um renomado conselheiro, de tradição

conservadora, foi publicado por uma editora popular. A partir disso, poderemos desenvolver uma reflexão em torno da popularização da leitura naquele contexto.

Será necessário comentar a respeito de algumas ideias de Pereira da Silva quanto à natureza da história, para esclarecer alguns pontos de distinção que se encontram em seus textos biográficos. Logo no início da narrativa sobre Lucrecia Borgia, a primeira das personagens a ser tratada e biografada no livro, o autor fornece algumas definições de seu entendimento do que entendia por história e o que qualificaria como legenda:

A legenda, que é fructo particular da imaginação, e genero especial de poesia, que o povo prefere por que não tem tempo de estudar a historia, póde realçar a verdade com acessórios de ficção, mas não deve falsificar caracteres, inventar situações, e nem improvisar extravagancias que transformam a verdade, e alteram o sentir exacto dos personagens, e a apreciação dos acontecimentos verificados. Os traços geraes do painel cumpre sejam conformes á consciência histórica, embora se espalhem tons suaves que captivem'na colorido delicado que interesse, sensibilidade que comova. Ora a verdade, mas não mente a Musa (SILVA, 1892, p.7).

Portanto, é nítido o intuito em definir o que é a “verdade histórica” e o que julga ser “legenda” nas suas narrativas biográficas. Esclarece o modo que se serve do que denomina “legenda” e como deve se relacionar com a história, sem que invente suposições e altere a verdade. Ela deve ser útil à “consciência histórica” e se basear na mesma. Além disso, classifica a legenda como uma fonte especial para a poesia, que possui um caráter de “recriação” para o “povo”, realçando o entendimento de história como detentora da verdade:

Não escapam os personagens celebres, que figuraram em seu tempo, á historia e á legenda, quaisquer que sejam seus intuitos e seus actos. A primeira toma seu cargo reproduzir-lhes fielmente a physionomia; reverlar-lhes, com exactidão, as qualidades; photographar-lhes, ao vivo, os caracteres; prestar-lhes, na narração dos successos, movimento, alma e vida, para que se gravem em paginas duradouras de livros e se guardem indeléveis na memoria e tradições dos homens (SILVA, 1892, p.7).

No início do livro, ao redigir o último parágrafo da advertência, o autor resume a quem se destina e qual a finalidade de seus livros: instruir o povo e “esclarecer” a história, que foi raptada por algum tipo de fantasia, retomando o conceito do que ele entende como legenda. As brochuras populares ganharam esse aspecto de instrução e entretenimento durante o século XIX, conforme vimos nas discussões sobre cultura popular e erudita. Tanto que nos catálogos da *Livraria do Povo* havia sempre espaço para publicação de manuais, fosse para o agricultor ou para praticar rituais mágicos, o que também não passava longe das publicações de outras livrarias e editoras do mesmo período. A atenção para com seu público era uma constante a se julgar pela publicação de manuais que ensinavam os princípios para aprender o jogo do bicho

(EL-FAR, 2002). Quanto ao aspecto “instrutivo” que verificamos na argumentação de Pereira da Silva, ressalta-se uma das significações para o conceito de povo em fins do século, entendido a partir da ideia de que uma parcela da população deveria usufruir de progresso evolutivo baseado em um grau civilizacional, que era considerado por muitos políticos e escritores como “inicial” no Brasil (PEREIRA, 2010).

Quando o autor trata da palavra história, devemos atentar à relação que faz com sua importância, já que a considera como a “primeira das ciencias moraes”. Diante disso, é necessário compreender como esse campo, o da escrita da história, articulou-se durante os anos de Império, enquanto uma história que se propunha a ser “disciplinada” (AVILA *et al.*, 2019). A literatura nacional oitocentista também se constituiu de forma a garantir legitimidade e construir um cânone de obras brasileiras a partir de critérios estabelecidos em espaços como a Academia Brasileira de Letras (ABL), fundada na transição dos séculos XIX e XX.

Acrescenta-se que essa série de livros era vendida como obra de cunho histórico, enquanto nesse mesmo primeiro volume (de 1892), em seu catálogo de “obras do mesmo autor já publicadas”, a classificação de outro trabalho bastante conhecido do autor, *Varões ilustres do Brazil durante os tempos coloniaes* (1858), publicada pela primeira vez como *O Plutarco brasileiro*, entra na categoria de obras “Litterarias”. Junto dessa definição algumas possibilidades interpretativas aparecem e podem ser respondidas quanto as relações entre o entendimento de escrita da história no século XIX, os regimes de historicidade (HARTOG, 2013) e as percepções de tempo do próprio autor, Pereira da Silva. Inevitavelmente, devemos pensar em como a escrita da história percebia a biografia nesse período (OLIVEIRA, 2010).

A título de comparação, no jornal *A estação*, em 1883, Machado de Assis publicou conto muito significativo intitulado *Um homem celebre*. O texto se desenvolve a partir da história de um pianista compositor de polcas maravilhosas e que caem nas graças do povo de maneira rápida, espalhando-se facilmente pelas comunidades e popularizando-se. Por mais que este compositor tivesse sucesso e popularidade em suas polcas, nunca se considerou satisfeito com sua profissão, pois seu sonho era compor como um dos grandes nomes da música clássica. Porém, a personagem principal falha em todas as tentativas de criar uma grande sinfonia e acabava sempre compondo uma polca.

No mesmo conto, Machado de Assis aborda a relação do protagonista com seu editor, o homem que lançava suas polcas no mercado musical carioca. O músico chegava ao editor sempre com uma nova polca, com potencial de sucesso e o editor logo escolhia os nomes e a

propaganda que faria. Os nomes das polcas, dizia o editor, deveriam representar o que de mais impactante acontecia no contexto para que pudesse alcançar maior público:

Veio a questão do título. Pestana, quando compôs a primeira polca, em 1871, quis dar-lhe um título poético, escolheu este: Pingos de Sol. O editor abanou a cabeça, e disse-lhe que os títulos deviam ser, já de si, destinados à popularidade, ou por alusão a algum sucesso do dia, — ou pela graça das palavras; indicou-lhe dois: A Lei de 28 de Setembro, ou Candongas Não Fazem Festa (ASSIS, 1994, p.4).

A situação se assemelha às estratégias de publicação e propaganda da editora Quaresma. Além disso, ao movimento que faziam alguns escritores da Quaresma, o pianista às vezes lançava polcas utilizando pseudônimos. Mesmo que tentasse esconder sua identidade para não ser associado às polcas, desprestigiadas pelo campo musical erudito, era reconhecido nas ruas e isso o assombrava.

Para conseguir sobreviver, tinha que vender suas composições e elas vendiam muito bem, não só por seu talento em compor polcas “populares”, mas pela ambição e conhecimento de mercado de seu editor. Isso se confirma pelo fato de que o público sentiu falta de suas composições quando o protagonista tentou parar de compor polcas e focar em uma grande sinfonia: acreditavam até que havia morrido e tornou-se lenda. Quando entrava em seu escritório de composição, cercado por grandes nomes da música clássica (Beethoven, Bach, Mozart, ...), o protagonista tentava se inspirar e nunca conseguia compor nada novo além de polcas. Desgostoso por não conseguir compor uma sinfonia nos moldes clássicos, que tanto almejava, nem mesmo diante de toda a tristeza que sentiu por conta da morte de sua amada, sucumbiu à depressão. Devastado por ter rompido com sua promessa à esposa e sentindo-se desprestigiado por ser “apenas” um compositor de polcas, restou, somente, aceitar a maldição em seu leito de morte.

Pereira da Silva escreveu livros que caíram na definição de “populares” pelo mercado editorial, ou seja, que vendiam muito bem. Ainda que tentasse se reafirmar nos campos em que atuava – da literatura e da história, sobretudo –, severas críticas foram deferidas aos seus escritos históricos. Tal como a personagem machadiana descrita, se sua intenção era fazer parte do panteão dos grandes historiadores do Brasil³⁰, fato é que se tornou um grande sucesso de vendas no mercado editorial, além de uma referência quando o assunto era falar sobre história

³⁰ Como será visto, Pereira da Silva foi membro atuante do IHGB e não temos elementos que comprovem sua vontade em se tornar um exemplo de historiador "profissional" nesse contexto. São conjecturas, mas que se tornam mais instigantes a partir das críticas que ele sofreu, inclusive entre seus pares na agremiação. Para uma discussão mais profunda sobre a ideia de amadorismo e profissionalismo na história durante o século XIX, ver o artigo de Manoel Salgado Guimarães (2002) e o livro de Bonnie Smith (2003).

para o grande público. Podemos refletir à luz do conto machadiano se, Pereira da Silva não se encontrou por momentos, sobretudo diante de severas críticas que recebeu, em situação semelhante, isto é, sucesso editorial e impedimentos para ser reconhecido por seus pares.

3.1 *Um homem celebre: João Manuel Pereira da Silva, o autor*

João Manuel Pereira da Silva nasceu em 1817 na vila de Iguaçu, parte da Província do Rio de Janeiro e atual Nova Iguaçu, e faleceu no ano de 1898, em Paris³¹. Filho de comerciante português, teria se formado em direito na cidade de Paris entre os anos de 1837 ou 1838³². Sua relação com a ficção tem início nesse mesmo período, quando publicou títulos, ao lado de outros brasileiros residentes na França – Domingos José Gonçalves de Magalhães, Manuel Araújo Porto Alegre e Francisco Sales Torres Homem – na *Nitheroy - Revista Brasiliense de Ciências, Letras e Artes*. Esse periódico foi um importante espaço de florescimento do Romantismo, de amor às artes e às ciências, entendidas como alicerces, por esses autores, nos quais a nação deveria se edificar no pós-Independência (ANDRADE, 2009). A produção que desenvolveu se encontra em diversos jornais brasileiros do século XIX, tendo sido publicado também por editoras e livrarias de destaque como por outras, menos reconhecidas, no entanto bem populares.

Quando retornou ao Brasil em 1838, Pereira da Silva exerceu mandatos como deputado provincial, deputado geral e senador, todos pelo Partido Conservador³³. Além disso, foi do Conselho do Império, titulação que acompanha seu nome em diversas de suas publicações. Segundo Armelle Enders (2010), Pereira da Silva tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838, mesmo ano de fundação da instituição. Em 1897, foi um dos fundadores da ABL, ocupando a cadeira de número 34 até seu falecimento, tendo no ano seguinte, ter sido sucedido pelo Barão do Rio Branco. Acumulou alguns títulos, com destaque, como membro da Academia de Ciências de Lisboa.

³¹A informação consta no *site* da Academia Brasileira de Letras (ABL): <https://www.academia.org.br/academicos/j-m-pereira-da-silva>

³² Uma questão que não é unânime entre os biógrafos do autor e historiadores, segundo Vania Pinheiro Chaves (2018).

³³ Ocupou cargos como fiscal do Banco do Brasil, consultor do Ministério do Império e advogado do Conselho do Estado. Exerceu os mandatos como: Deputado Geral (1843 a 1844, 1848; 1867 a 1868; 1869 a 1870; 1872 a 1875; 1877; 1882 a 1884; 1886 a 1887) e Senador (1888 a 1889) durante a dissolução da Câmara (SILVA, 2003).

Vania Pinheiros Chaves (2018) sugere que, por mais irônico que pareça, tendo em vista a importância política e intelectual de Pereira da Silva, a biografia do autor é recheada de informações contraditórias e de lacunas. Por exemplo, Pereira da Silva não recebeu o habitual elogio de seu sucessor, pois este foi empossado via correspondência, o que inviabilizou a realização de um estudo aprofundado sobre quem deveria ser homenageado. Esse ritual de fazer o necrológio dos patronos e ocupantes anteriores é obrigatório nas cerimônias de posse da Academia Brasileira de Letras, desde que a cerimônia seja presencial, sendo previsto pelo artigo 22 do estatuto da associação³⁴, que registra: “Nos discursos de recepção, o novo Acadêmico apreciará a personalidade e a obra dos patronos e dos antecessores, e o do recipiendário versará o discurso do Acadêmico designado para saudá-lo”. Além disso, a bibliografia do autor em muitos domínios *online* se encontra incompleta: contos e livros são deixados de lado nas enumerações das obras.

Como precursor do romance no Brasil, assim considerado por Vania Chaves, Pereira da Silva teve seis narrativas publicadas em 1837 no periódico carioca *Gabinete de Leitura*, e foram escritas ainda em Paris: *Luísa*, *Legenda brasileira*, *Uma aventura em Veneza*, *Um primeiro amor*, *As catacumbas de S. Francisco de Paula*, *Um último adeus* e *Maria*. Estudos realizados quanto às primeiras apresentam as seguintes características:

Classificados pelos críticos como contos breves ou embriões de novelas, esses textos ocupam entre 2 e 5 colunas, o que está em conformidade com pequena dimensão do jornal e o diminuto espaço atribuído a cada escrito. As narrativas de Pereira da Silva têm como traços principais a assimilação dos modelos do Romantismo europeu e o propósito de produzir ‘literatura nacional’, através da criação de histórias, personagens e cenários brasileiros (CHAVES, 2018, p. 149).

Nas origens do romance no Brasil, essas obras não deveriam ser desconsideradas. Porém, como foi demonstrado por diversas análises ligadas ao grupo “Caminhos do Romance no Brasil”, coordenado por Márcia Abreu, era muito comum atribuir classificações aleatórias e contraditórias às narrativas (CHAVES, 2018, p.149). Todo o mercado editorial (livreiros, editores e escritores) dos oitocentos designava indiscriminadamente conceitos para definir narrativas com certo intuito mercantil, que, somados à indefinição do romance, puseram em xeque a compreensão das origens do gênero no Brasil. Foi o que aconteceu com as primeiras narrativas românticas de Pereira da Silva. Não obstante, o “Romance de sensação”, cujos livros

³⁴ O estatuto completo se encontra no seguinte domínio:
<https://www2.machadodeassis.org.br/academia/regimento> (acessado em 31/01/2024).

eram denominados assim em propagandas por Pedro Quaresma, nasce dessa especulação para atender o público.

Dentre as mais conhecidas obras de ficção do autor estão folhetins ou novelas publicados a partir de 1838, tais como *Religião, Amor e Pátria* (1838), *O Aniversário de D. Miguel em 1828* (1839) e *Jerônimo Corte Real* (1840), todos publicados pelo *Jornal do Commercio*. O teor de romance histórico aparece nesses títulos: os personagens inventados sempre se encontram com alguma “grande personalidade” de seu tempo. Alguns autores atribuem ao romance *Uma paixão de artista* (1838) seu título de estreia, porém, existiam as seis narrativas anteriormente citadas e que foram publicadas em 1837.

O romance histórico, segundo Pomian (2003) foi criado por Walter Scott (1771 – 1832), que teve *Waverley* (1814) como primeiro *best seller*. Scott era muito admirado por Pereira da Silva (1894) conforme veremos mais à frente. No período de sua origem, tanto a Inglaterra quanto a França investiam com afincos nas publicações que apresentassem características no passado medieval europeu. O gênero gótico, que recuperava algumas características da Idade Média, já completava seus cinquenta anos de existência e o número de leitores e interessados nessas concepções do passado medieval era amplo. O próprio Walter Scott possuía amizades com diversos especialistas em antiguidades escocesas e escrevia para esse público, que ficava mais atraído por este tipo de romance do que aqueles que aprofundavam o viés gótico (POMIAN, 2003). O interesse desse público nas obras de romance histórico é definido pelo seu conhecimento prévio de história. Essa relação será melhor exposta à frente, quando tratarmos de *A História e a Lenda*. Porém, adiantamos que Pereira da Silva se interessava pela escrita do romance histórico e muito se apoiou nela para explicar e definir lenda e história.

Chama a atenção o cenário e as personagens brasileiras, que são características marcantes nas narrativas de Pereira da Silva, e que se misturam aos momentos históricos do Brasil e de Portugal. Estes recursos fazem parte da técnica explorada pela escrita da história e a literatura do século XIX, da *cor local*. Como já dito, segundo Eduardo Wright Cardoso, “[...] a *cor local* é um mecanismo narrativo de largo emprego que se manifesta em diferentes tipos discursivos e engendra um feixe de expressões contíguas que pode ser denominado de *retórica pictórica*” (2010, p.9). Assim, o intuito da descrição excessiva de paisagens da fauna e flora brasileira tinham por intenção concretizar certo ideal e vanglória de uma nação eferescente nos discursos das instituições do século XIX. No campo da literatura, Júlio França afirma que:

A crítica literária da primeira metade do XIX contribuiu de modo decisivo para esse entendimento, baseando-se na suposição de haver uma relação necessária entre a literatura, a geografia e o espírito de uma nação. Conferiu-

se, desse modo, à “cor local” a condição de critério essencial para a valoração estética da literatura brasileira (FRANÇA, 2017, p.112).

Logo, pode-se dizer que as obras que se tornaram canônicas na literatura brasileira também se utilizaram de tal “recurso pictórico”. Os próprios romances baratos publicados em brochuras em fins do XIX, possivelmente não foram autorizados como canônicos por conta de receios técnicos e desejo de uma construção canônica que valorizasse esteticamente a literatura nacional por parte da crítica literária “autorizada” (FRANÇA, 2017).

Porém, mais que o conteúdo em questão, a fórmula editorial desses romances baratos foi decisiva para sua desqualificação. Como demonstrou Dominique Kalifa (2014), a crítica literária oitocentista considerava a literatura publicada em brochuras, com um valor de custo mais baixo, como “perigosa” e em tipo “industrial”, longe do padrão artístico. Conforme vimos, essas regras, ou mesmo padrões, são encontradas na crítica elaborada por Magalhães de Azevedo (1893) ao romance *O aborto* de Figueiredo Pimentel, livro que também foi publicado pela Livraria do Povo.

Não obstante, na escrita da história no Brasil, que muito se utilizou dos princípios das narrativas românticas do início do século XIX, também se evidencia a importância conferida na narrativa à noção de cor local (CEZAR, 2003; CARDOSO, 2010). É inegável que as obras canônicas mais renomadas da historiografia brasileira carregam suas cargas do recurso. Observada por Eduardo W. Cardoso, sabemos que a historiografia francesa muito se utilizou do Romantismo e da cor local e, logo, as narrativas históricas brasileiras não deixam de lado essas características, uma vez que o que era tido como princípio na França muito inspirou os membros do IHGB.

A necessidade de se exaltar a fauna, a flora e a geografia a partir de um recurso pictórico é decorrência de um projeto de identidade nacional, o mesmo que exigia uma delimitação de fronteiras e o estabelecimento de uma história de fundação para consolidar uma nação (CEZAR, 2003). Não por acaso uma instituição que tinha como foco a história e a geografia brasileiras foi imaginada e consolidada com estes fins. Em adição, muitos dos membros do IHGB eram homens “de letras” (MALEVAL, 2023), não necessariamente ligados a somente um campo do saber. (CEZAR, 2003).

Como já foi dito, Pereira da Silva tornou-se membro do IHGB desde sua fundação, em 1838. Os trabalhos que produziu, sobretudo os de caráter “histórico” mais marcante, tais como *a História da fundação do Império*, publicada em sete volumes (1864 a 1868), *Segundo período do Reinado de D. Pedro I no Brasil* (1871) e *História do Brasil de 1831 a 1840* (1879), são vistos por Armelle Enders como amplamente reconhecidas e ao mesmo tempo populares

durante o reinado de D. Pedro II. Segundo a autora, a *História da fundação do Império*, lançado pela B. L. Garnier, teve tanto sucesso que sua primeira edição, com três mil exemplares em estoque, rapidamente se esgotou. Logo exigiu novas edições que foram lançadas em mais três volumes na década de 1870:

Em 1864, foi publicado o primeiro dos sete volumes da História da Fundação do Império Brasileiro, totalizando mais de duas mil e cinco páginas. Os volumes 2, 3, 4 e 6 surgiram em 1865. O sétimo completou a série em 1868. A primeira edição, impressa por B.L. Garnier em tiragem de três mil exemplares, fez tanto sucesso que esgotou o estoque e exigiu uma nova edição "revista, correta e acrescentada" em três grandes volumes, em 1870-1871, e novamente em 1877. A História da fundação do Império Brasileiro foi, portanto, sem dúvida, um dos principais best-sellers do reinado de D. Pedro II, fato que mesmo os muitos detratores de Pereira da Silva não deixaram de enfatizar (ENDERS, 2010, p.118)³⁵.

Apesar do grande sucesso de vendas a ponto de se tornar um *best seller*, Pereira da Silva não chegou a entrar no cânone de historiadores do Brasil. As críticas muitas das vezes eram direcionadas as suas obras que tratam do período de Independência e do reinado de Pedro I. Pode-se dizer que alguns poucos escritores, como Pereira da Silva e Francisco Adolfo de Varnhagen³⁶ ousaram escrever sobre o Império de D. Pedro I em plena permanência de Pedro II no poder.

Pereira da Silva ingressou no IHGB possivelmente por suas ligações políticas e seus contatos a partir da revista *Nitheroy*, uma vez que a rede de intelectuais da revista foi grande financiadora das artes e das ciências durante o Império (ANDRADE, 2009). Com o desenvolvimento de seus livros e publicações, viu-se aclamado pelo público e criticado por muitos de seu entorno. Com base em sua colocação no livro *Varões ilustres do Brasil durante os tempos coloniais*, novamente retomamos a questão de como o autor entendia a escrita da história:

O amor da verdade, e só da verdade, deve caracterizar o historiador; para consegui-la, torna-se necessário um zelo de exatidão, um escrúpulo de

³⁵ Tradução livre. Do original: “En 1864 sort en effet le premier des sept tomes totalisant plus de deux mille cinq pages que comptera l’*História da Fundação do Império Brasileiro*. Les tomes 2, 3, 4 et 6 paraissent en 1865. Le septième achève la série en 1868. La première édition, tirée par B.L. Garnier à trois mille exemplaires⁴, est tellement couronnée de succès qu’elle s’épuise et nécessite une nouvelle édition “revista, correta e acrescentada” en trois gros volumes en 1870-1871, puis en 1877. Ainsi, l’*História da fundação do Império Brasileiro* est incontestablement l’un des principaux best-sellers du règne de dom Pedro II, ce que même les nombreux détracteurs de Pereira da Silva ne manquent pas de souligner”.

³⁶ O percurso do texto de Varnhagen sobre o período do governo de D. Pedro I foi outro. Primeiro incluído ao final de *História geral do Brasil* (1854), foi suprimido a partir de sua segunda edição, publicada em 1877. Desenvolveu a parte que retirou da obra em *História da Independência*, que só foi publicada postumamente, pela primeira vez na *Revista do IHGB* em 1916, já durante a República. O autor comentava, logo na introdução, sobre a “dificuldade” de analisar um período complexo da história e os motivos de escolher publicar postumamente (MALEVAL, 2016, p.95; ENDERS, 2010).

paciência a toda a prova; os túmulos, os monumentos, os epitáfios, tudo lhe serve; decifrará com o mesmo cuidado os velhos e estragados arquivos, os torturados documentos, e os livros limpos e asseados; procurará a verdade no meio do pó dos manuscritos, e a custa de vigílias e dobrados trabalhos; e conseguida a verdade, necessita de todo o sangue frio de seu juízo, para distribuir justiça, e analisar com imparcialidade. Examinada e conhecida a verdade dos acontecimentos, ouvida a voz dos séculos passados, – a voz própria e verdadeira, – cumpre ao historiador ainda narrar e descrever, e de par com a narração e a descrição, julgar e moralizar. [...] A história é uma missão nobre e elevada, que aperfeiçoa a inteligência, purifica o espírito, esclarece a consciência, e adorna o coração. A descrição e a moralização, a pintura e o juízo, a narração e o raciocínio, são elementos indispensáveis para traçar-se o grande quadro dos acontecimentos humanos, indagar-lhes as causas, descobrir-lhes os resultados, ligar a vida do indivíduo à vida da sociedade, reunir o homem à espécie, e formar assim essa grande lição, para que foi instituída a história (SILVA, 1847, p. 73 *apud* CARVALHO, 2021, p. 150).

É possível reconhecer uma concepção de história *magistra vitae* para explicar a história como uma “grande lição”. Essa concepção considera que a história ensina com seus exemplos e se repete. Principalmente quando ressalta que é necessário “[...] ligar a vida do indivíduo à vida da sociedade, reunir o homem à espécie, e formar assim essa grande lição, para que foi instituída a história”. A história e a biografia estariam, assim, relacionadas. Ainda que a ideia de aprendizagem garantida através da história fosse premente, é importante comentar que naquele contexto, o *topos*³⁷ da história *magistra vitae* estava em processo de “dissolução” para que uma percepção de história moderna pudesse se sobressair. (ARAÚJO, 2011, p.134). Nota-se, todavia, que ao menos no Brasil essas diferentes perspectivas de história conviveram por muitos anos ainda.

Também a esse respeito, Isadora Maleval (2016) demonstra o quanto a narrativa historiográfica voltada para um “passado recente”, ou o presente, era considerada fora do habitual pela concepção de como deveria ser escrita da história no IHGB. Por isso, delegava-se a quem quisesse pensar ou se debruçar sobre esse campo a tarefa de guardar as fontes daquele presente para que fossem julgadas pelo “tribunal da posterioridade”³⁸: o futuro seria o responsável por julgar os acontecimentos do presente, que paulatinamente se tornará passado. Isso porque o território do historiador, que se moldava naquele tempo, era justamente o passado.

Essa tarefa, de arquivar o presente e documentá-lo para o porvir, estava de acordo com uma concepção moderna de história. Isso se devia a uma ideia de que somente com o

³⁷ Conceito definido por Valdeci Araújo como um lugar preestabelecido em que podemos articular e visualizar a experiência do ser humano com o tempo, ou mesmo, uma maneira de pensar (ARAÚJO, 2011, p.133)

³⁸ A conceituação é a melhor desenvolvida adiante.

afastamento temporal é que se tornaria possível olhar com mais clareza para os fatos, já que o presente ainda guardava os ânimos e as emoções dos acontecimentos recentes. A neutralidade necessária para o trabalho do historiador só seria, dentro dessa premissa, encontrada com a luz do futuro (MALEVAL, 2016).

Assim, novidades estabelecidas pelo oitocentos sobre o que se entendia por história – sobretudo, o afastamento temporal e o viés nacionalista – se articulavam com distintas tradições, que eram frequentemente expostas pelos membros do IHGB: ao lado de uma história mestra da vida, como se viu, estava também a tradição erudita e acadêmica dos antiquários da Europa (FURET, 1996), cujo foco recaía, sobretudo, na questão documental: sua descoberta, seleção e crítica. Também de acordo com Furet (1996), a tradição iluminista da história filosófica – que conduziria a uma narrativa com *telos*, com sentido, cujo fim último estaria atrelado à perspectiva da civilização e do progresso – esteve muito em voga na concepção de história promovida no século XIX, sobretudo na França. Podemos pensar certamente na apropriação destas traduções pelo IHGB. Assim, reitera-se que múltiplas formas de entender e narrar história vão conviver nesses espaços de discussão sobre o ofício durante o século XIX.

Até por isso se tornam compreensíveis as críticas que recaíram sobre a *História da fundação do Império do Brasil* desde sua publicação: não havia um único parâmetro ao qual se reportar e que definisse a prática historiadora. O sócio do IHGB, escritor e político do Império brasileiro, Tristão de Alencar Araripe³⁹ elaborou fortes ressalvas na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*⁴⁰ (a partir daqui será usada a sigla RIHGB para se referenciar à revista em questão) quanto aos erros cometidos por Pereira da Silva na dita obra. Araripe apontou que o autor se baseou exclusivamente na narrativa de Lord Cochrane quanto aos acontecimentos na independência do Maranhão. Além disso, demonstrou que a escrita estaria recheada de equívocos e inexatidão de nomes de personagens históricos (MALEVAL, 2016, p. 94). Comentários negativos sobre problemas ligados às fontes selecionadas e à forma narrativa empreendida por Pereira da Silva também eram constantes, fora aqueles que versavam sobre a proximidade entre o tempo narrado e o tempo da escrita, algo que seria visto como ainda mais problemático em *Segundo período do Reinado de D. Pedro I no Brasil*.

³⁹ Tristão de Alencar Araripe (1821-1908) foi político, escritor, publicou diversos escritos pela *Revista do IHGB* e atuou na Diretoria e nas principais Comissões da Instituição. Além disso, o “[...] juriconsulto monárquico se apresentou como um dos mais ardorosos e atuantes burocratas na nascente República” (HRUBY, 2012, p. 18). Esteve presente e atuante no IHGB durante essa passagem do Império para a República e foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, cargo que desempenhou até 1902, quando se aposentou.

⁴⁰ “Independência no Maranhão”. *RIHGB*, tomo XLVIII (Parte Segunda), 1885.

A má receptividade desses textos entre os letrados que faziam parte do IHGB também se justificava por conta dos esforços de D. Pedro II em restaurar a imagem do pai na época (ENDERS, 2010). Logo, qualquer obra que depreciasse a figura de D. Pedro I em contexto semelhante, provavelmente seria descreditada.

Além disso, houve críticas individuais dos que se sentiram lesados pelas narrativas de Pereira da Silva, como a que foi apresentada um ano após a publicação da obra, em 30 de setembro de 1872: Conrad Jacob Niemeyer em folhas de “Impugnação” enviadas ao IHGB acusou Pereira da Silva de imprecisões (MALEVAL, 2016; ENDERS, 2010).

Após a morte do escritor, o IHGB ainda republicou alguns de seus trabalhos, e em uma ocasião, já nos primeiros anos do século XX, o historiador João Capistrano de Abreu (1853-1927) redigiu fortes acusações a Pereira da Silva:

Poucos anos depois, sua própria condição de historiador foi contestada por seus ilustres colegas. Por ocasião de uma reedição da História da fundação do Império brasileiro, João Capistrano de Abreu condenou Pereira da Silva como um amador desleixado, aproximativo e excessivamente prolixo. Para Capistrano de Abreu, Pereira da Silva escrevia maus romances históricos, mas não era historiador. Ele está longe de possuir o gênio necessário para produzir um livro que combine imaginação literária, escrita e rigor científico (ENDERS, 2010, p.121)⁴¹.

Definir a escrita de Pereira da Silva como romance histórico aparecia como sinônimo de desqualificação profissional. Vale comentar um pouco sobre quem foi Capistrano de Abreu naquele tempo, já que, de acordo com Rebeca Gontijo ele se tornou nada mais nada menos que o “perfil de historiador” durante a primeira metade do século XX, tido, inclusive, como o precursor da moderna historiografia no Brasil. A autora ainda o classifica como um personagem transitório, entre a história “amadora” produzida pelo IHGB e que tinha Francisco Adolfo de Varnhagen como principal referencial, e a história “profissional”, produzida nas universidades, principalmente após a “geração de 1930” – cujos expoentes foram Caio Prado Junior e Sérgio Buarque de Holanda. Logo, Capistrano se encontrava entre essas duas gerações, em um período um tanto quanto indefinido do que é a produção e escrita da história no Brasil (GONTIJO, 2006, p. 8).

As diversas desaprovações à obra de Pereira da Silva não se extinguiram por aí. Em acúmulo às suas obras de caráter histórico, é lembrado por ser autor de alguns “livros de

⁴¹ Tradução livre. Do original: “Quelques années plus tard, c’est la qualité même d’historien qui lui fut contestée par ses honorables collègues. À l’occasion d’une réédition de l’*História da fundação do Império brasileiro*, João Capistrano de Abreu exécuta ainsi son auteur, en qui il voyait un amateur besogneux, approximatif et excessivement prolixo. Pour Capistrano de Abreu, Pereira da Silva écrit de mauvais romans historiques, mais ne fait pas œuvre d’historien. Il est loin de posséder le génie nécessaire pour élaborer un livre qui allierait l’imagination littéraire, l’écriture et la rigueur scientifique”.

Plutarco”, títulos que narram histórias de personagens considerados célebres para a história de uma nação ou do mundo. Sua obra mais famosa nessa ceara foram *O Plutarco brasileiro* (1847), lançado em 2 volumes, que foi revisto, aumentado e relançado como *Varões ilustres do Brasil durante os tempos coloniais* em Paris no ano de 1858. O primeiro título foi demasiadamente condenado por soar pomposo demais e Pereira da Silva acatou os críticos.

Porém, mesmo que o livro tenha sido julgado como pretencioso, não há dúvidas de que inaugurou uma série de outras publicações de mesmo gênero (ENDERS, 2000, p.45). Não obstante, em uma coluna no *Jornal do Commercio*, intitulada “A História e a Lenda”, Pereira da Silva escreveu biografias, tais como a de Ricardo, coração de Leão, e comentava sobre momentos históricos da humanidade, como o descobrimento da Ilha da Madeira. Estes escritos foram reunidos e publicados em quatro séries homônimas à coluna pela Livraria do Povo entre 1892 e 1896.

Nesse sentido, existia uma preocupação que se associava à do IHGB, em elaborar uma “galeria de homens ilustres” ou “célebres” do Brasil, tendo em vista um projeto maior de criar representações para a nação brasileira. Assim, a *Revista* do IHGB pretendia resgatar certos personagens do esquecimento ao abrir espaço para uma seção em forma de dicionário biográfico. Entre os anos de existência da seção (1839-1888), cerca de 118 personagens foram destacados e as notícias biográficas nem sempre vinham assinadas (OLIVEIRA, 2009). Armelle Enders acrescenta que as narrativas foram elaboradas pelos historiadores de maior evidência do Brasil imperial: além de Pereira da Silva, Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), Joaquim Norberto de Sousa Silva (1820-1891) e Manuel Duarte Moreira de Azevedo (1832-1903).

Acrescentamos que o projeto historiográfico do IHGB em questão recebeu o nome de *Biografias de Brasileiros Distintos por Letras, Armas, Virtudes, &c.* Houve continuidade dessa seção até o fim do Império, acompanhando os debates de como a escrita da história do Brasil deveria acontecer. Maria da Glória de Oliveira (2010), em sua análise quanto ao projeto historiográfico do IHGB, enfatiza que além do dever de narrar e honrar a memória dos “grandes homens” – uma tarefa que pode ser vista como um antídoto contra a erosão do tempo – existe também um dever implícito de justiça. Daí a noção de “tribunal da posterioridade”:

O trabalho de memória não consistia tão somente na fixação de exemplos ou no estabelecimento de uma linhagem de ilustres a servir de espelho à nação, mas pressupunha uma relação de herança e dívida para com o passado. A escrita biográfica confundir-se-ia com a prestação de um tributo devido às vidas dos grandes homens, com a qual se perpetuariam as suas ações e seriam consignados os seus verdadeiros “lugares” na história. Haveria, portanto, uma vinculação entre os imperativos de memória e de justiça cujas implicações

excederem as questões epistemológicas de elaboração do conhecimento histórico para se inscreverem em uma problemática moral e ética mais ampla, relacionada às escolhas do historiador (OLIVEIRA, 2010, p. 294).

Para tanto, a ênfase não residia mais na busca por lições morais que poderiam ser extraídas de uma narrativa sobre os “grandes homens”, mas na capacidade da História operar como moralizadora. Nesse contexto, a argumentação dizia que a história era um tipo de tribunal, por isso o historiador devia estar livre de qualquer parcialidade, o que levava a uma abordagem mais “científica”, em que a História falaria por si (OLIVEIRA, 2010).

No período em que se moldavam as identidades coletivas durante o século XIX na cultura histórica brasileira, historiografia e biografia tiveram o comum objetivo de registrar acontecimentos e figuras, de forma a retratar valores para o Estado Nacional em consolidação. Ambas deveriam representar de forma fiel e verdadeira o passado, conforme herança iluminista (OLIVEIRA, 2010, p. 298). Segundo Manoel Salgado Guimarães (1988), isso diria respeito sobretudo ao Iluminismo português,

[...] tanto pelo tratamento linear dado ao desenvolvimento da história, quanto por sua instrumentalização como “mestra da vida”. É a tradição particular do Iluminismo português, marcadamente católico e conservador, que deixara suas marcas na geração fundadora do Instituto Histórico (GUIMARÃES, 1988, p.14).

Portanto, ao escrever essa história da nação, os letrados não deixaram de lado essas duas abordagens narrativas ao tentar conectar o passado, o presente e o futuro. Demonstrando que mesmo diante de novas exigências surgidas com a experiência da cientificidade e do novo século XIX (FURET, 1996), a história não precisaria deixar de lado a concepção de antiga de *magistra vitae* (OLIVEIRA, 2010, p. 298)⁴².

Até porque naquele momento de consolidação do Estado Nacional, a permanência de *topos* tornava-se imprescindível, mesmo que em fragmentos, pois com a necessidade de levar valores, cada vez mais crescentes, e uma experiência homogeneizada para uma quantidade maior de pessoas, as exigências de educação se modificaram. Isso explica como as biografias, baseadas nos modelos de Plutarco, foram reinventadas para atender às necessidades de uma

⁴² Para Araújo, devemos nos atentar para as duas possíveis formas de compreender e utilizar o termo: a primeira seria pela definição “estrita”, uma história que ensina a partir da repetição de exemplos; e a definição “lata” do termo, que é a história que pretende ensinar e moralizar, mas não necessariamente com o exemplo e pela repetição. O primeiro caso exige toda uma gama de condições estruturais para existir e se perpetuar, que não acontece com a vigência de uma concepção de experiência histórica moderna. Já o segundo caso é o que recorrentemente aparece ao tratarmos das biografias, por exemplo, na *Revista* do IHGB, e ao tentarmos compreender os discursos dos membros da instituição ao utilizarem a História como mestra da vida. A intenção é que exista um tipo específico de aprendizado a ser utilizado, não significa moralizar ou aprender com a história. Nesse caso, tanto a história (como processo factual) quanto a escrita da história são passíveis de aprendizado, e isso é reafirmado pela filosofia da história e pela história filosófica (ARAÚJO, 2011, p. 140).

experiência da História moderna em homogeneizar o território espaço-temporal da nação (ARAÚJO, 2011). Apesar de responder ao requisito de uma preocupação documental para compor essas “galerias de celebridades”, há uma permanência do uso da história em relação à sua capacidade de ensinar a partir de um específico exemplo para servir à nação (OLIVEIRA, 2010).

Tais afirmações tratadas acima nos ajudam a compreender algumas das muitas críticas realizadas ao conselheiro João Manuel Pereira da Silva. Tratar da escrita da história do Primeiro Reinado, conforme já dissemos aqui, durante o Império de D. Pedro II foi um dos principais motivos que levaram Pereira da Silva a ser duramente criticado pelos membros do IHGB. A esse despeito, o sócio manteve-se ativo no IHGB e publicou narrativas biográficas pela instituição. Se pressupomos que não era bem quisto como historiador, talvez o fosse como biógrafo, ainda que, como demonstra Maria Oliveira, a biografia não deixasse de ser uma forma de escrita da história.

No texto inicial da primeira série de *A História e a Legenda* (1892), sobre Lucrecia Borges, o autor elucida como deveria ser o procedimento de pesquisa para compor a “verdadeira história” de um personagem. Mais uma vez, ele demonstra o desejo de afastar, nos seus textos biográficos, o que é “legenda” do que é a verdade:

Entre os vultos que se tem celebrizado nos annaes históricos, nota-se um, que se acha todo transfigurado na legenda, e pois nas composições dos poetas. Referimo-os a Lucrecia Borgia. D’ella passamos a tratar, no proposito de rehabilitar-lhe as qualidades, e pintal-a como foi na realidade. Victima mais que ninguém, passa falsamente por uma Messalina, uma Theodora, uma criatura monstruosa.

Lêde, prescruantai, investigai, porém, os annaes, as chronicas, as historias os documentos, os libelos publicados a respeito, as correspondências diplomáticas da época, e conhecereis que mais da imaginação que da realidade, mais da ficção que da historia, é a Lucrecia Borgia dos dramas e dos romances (SILVA, 1892, p. 8).

As relações que Pereira da Silva possuía com o romance já nos são familiares. Além de escritos sobre história, política e romances propriamente, há escritos sobre a literatura, que foram desenvolvidos nas conferências e palestras públicas das quais fez parte, além dos textos na revista *Nitheroy* e alguns livros publicados sobre o assunto. Seu contato com os outros brasileiros que frequentaram Paris na década de 1830 provavelmente contribuiu para ampliar seu interesse nas artes e ciências como arcabouço para a construção da nação brasileira pós-1822 (ANDRADE, 2009).

Após tratar das críticas feitas à obra do conselheiro, importa comentar sobre os espaços em que parecia ser aceito e autorizado como um “grande historiador”. Ao lado do número de

vendas expressivas no mercado editorial carioca, inclusive de livros com conteúdo “histórico”, importa salientar sua participação, entre os anos de 1873 e 1898, como (o maior) conferencista de história das Conferências Populares da Glória, projeto que foi encabeçado pelo conselheiro Manuel Francisco Corrêa (1831-1905). Tais eventos ocorreram quase todos nas dependências das escolas da freguesia da Glória no Rio de Janeiro e tiveram a presença da Coroa e cobertura da imprensa local. Os conferencistas foram quase todos homens de carreira acadêmica. Bruno Leal Carvalho acrescenta sobre o projeto:

Embebidas de espírito iluminista, essas conferências tinham a missão de levar às massas populares informações científicas e educacionais de forma acessível e esclarecedora, algo que, como veremos, não foi plenamente alcançado. A ideia de seus organizadores era “civilizar” a sociedade por meio do conhecimento. Em um contexto mais amplo, as conferências devem ser vistas como parte do projeto de “instrução pública” do Brasil Imperial (CARVALHO, 2021, p. 138).

As Conferências da Glória faziam parte de um processo de instrução que objetivava “civilizar” e levar iluminação aos membros das camadas populares, o “povo” carioca. O modelo das conferências (*popular lectures*) era muito utilizado em outras partes da América e da Europa, eram eventos que possuíam teor nacionalista e visavam atingir grande parte da população. Tais esforços são pertinentes a eventos de “vulgarização da ciência”, que justamente tinham essa característica de instrução pública. Vale ressaltar que o fim do século XIX é um período de incertezas por conta de mudanças econômicas e tecnológicas mais aceleradas, a comunicação massiva altera muitos dos entendimentos e causa receios e entusiasmos nos sentimentos das sociedades ocidentais. Logo, as “Exposições Internacionais” ou “Feiras Mundiais” já eram bem frequentadas e atingiram sucesso maior ao fim do século com a de Paris em 1889 (em que se deu a construção da Torre Eiffel) e a de Chicago em 1893. Não que sejam passíveis de comparação com as Conferências da Glória, que possuíam um contexto bem diferente. Nas Conferências da Glória, mesmo que reforçassem o caráter e desejo de instruir os populares, os jornais confirmavam e criticavam a ausência desse público-alvo nas plateias, enquanto a família real esteve presente em diversas (CARVALHO, 2021, p.151). Além disso, o Brasil só recebeu uma “Feira Mundial” durante a República em 1922, no Rio de Janeiro.

As Conferências da Glória ocorriam aos domingos e às quintas, e alguns jornais cobriam a programação e publicavam avisos e resumos, tais como o *Diário do Rio de Janeiro*, *Gazeta de Notícias*, *A Reforma*, *O Globo* e *O Apostolo*. Carvalho elencou todas que fossem relacionadas à disciplina história, levando em consideração a difícil desassociação entre história, literatura e nação no século XIX. O número encontrado foi de 69 conferências

realizadas nessas condições e que seriam de “história”. Pereira da Silva foi responsável por 36 delas, ou seja, 52,2% (CARVALHO, 2021, p. 147). Mesmo que seja um evento correlato à vulgarização científica, não significa dizer que a história fosse entendida como ciência, mas “[...] a vulgarização científica nos oitocentos era orientada pelo ideal de instrução pública, que abria a porta para saberes ainda não completamente institucionalizados no circuito da ciência, caso da história” (CARVALHO, 2021, p. 156). Sabe-se que os conferencistas de história eram em maioria ligados à família real e ao IHGB, o que demonstra uma atividade de reproduzir a visão de passado que o instituto possuía, para além de suas paredes.

O historiador, político e membro do IHGB Tristão de Alencar Araripe também participou de algumas, mas não tanto quanto Pereira da Silva. As conferências podiam até não ter chegado aos populares da forma como foram estruturadas para chegar, mas confirmam certa popularidade do escritor, como confirma o trecho extraído do *Diário do Rio de Janeiro*: “todos desejavam ouvir a palavra autorizada do antigo parlamentar, escritor notável e orador distinto, cuja autoridade em assuntos de história nacional é reconhecida e incontestável” (*Diário do Rio de Janeiro*, 1873, p. 2 *apud* CARVALHO, 2021, p.150).

As conferências foram proveitosas para Pereira da Silva e para o IHGB, a ponto de em 1892 o instituto publicar um livro contendo as cinco conferências sobre Colombo que foram realizadas pelo conselheiro com o título *Christovam Colombo e o descobrimento da América*. Mais uma vez se evidencia essa característica de escrita biográfica em relação estreita com a história. Nota-se, ainda, que o texto já havia sido publicado em colunas no *Jornal do Commercio* antes de ser reunido para publicação em livro pelo IHGB em comemoração 4º centenário do “descobrimento” da América.

Retomando o campo minado contra a historiografia (se assim podemos denominar a produção de) Pereira da Silva, fora do IHGB, outro crítico ferrenho das suas obras foi Presalindo Lery dos Santos, autor de *Phanteon Fluminense: esboços biográficos* (1880). Não obstante, o livro do jornalista Presalindo, que claramente se trata de um conjunto de biografias, o que rivalizava com boa parte do trabalho publicado pelo conselheiro, foi utilizado para compor diversos dicionários biográficos, como o de Sacramento Blake.

Presalindo aborda a figura do conselheiro de forma extremamente pejorativa: diz que como historiador não soube ter critérios e aceitou como verdade relatos e opiniões “cobrindo-os com a autoridade de seu prestígio literário fatos que não se acham comprovados, e muitos dos quais foram invenção das praças públicas em momentos de agitações políticas” (SANTOS, 1880 *apud* ENDERS, 2010, p.122). Pereira da Silva não soube ser um historiador do Primeiro

Reinado, pois não soube manter “[...] a imparcialidade e a frieza de historiador diante de acontecimentos que se passaram em uma época de efervescência política em que as paixões tudo cegavam” (SANTOS, 1880 *apud* ENDERS, 2010, p.122). Apesar de o próprio Pereira da Silva ter deixado um livro de memórias, *Memórias do meu tempo* (1897), nota-se que o relato feito por Presalindo foi o que permaneceu em dicionários biográficos sobre aquele letrado.

A partir de todas estas análises, fica evidente a relação de João Manuel Pereira da Silva com a produção do gênero romance, reconhecido como um precursor no Brasil. O acúmulo de títulos que obteve garantia certo capital simbólico (BOURDIEU, 2007) no meio letrado. Eleito por mandatos seguidos pelo Partido Conservador, seria homem bem considerado pela sociedade imperial, que era baseada não só em princípios iluministas, mas também aristocráticos. Escreveu biografias e necrológios⁴³ para a RIHGB e foi um dos primeiros a publicar muitas dessas biografias, desencadeando ações semelhantes de outros. Quanto à relação de Pereira da Silva com esse tipo de narrativa, explica-se pela continuidade de um *topos* da história *magistra vitae* no IHGB, como demonstra Maria da Glória Oliveira e Valdeci Lopes de Araújo.

Não atuou só nessa área, mas foi um dos primeiros a escrever e publicar narrativas historiográficas sobre o reinado de D. Pedro I durante o governo de seu sucessor e filho. Foi amplamente lido e algumas de suas obras possuem caráter de *best sellers* no Brasil imperial (ENDERS, 2010). Além disso, concentrou algum esforço em vulgarizar narrativas historiográficas para o público nas Conferências Populares da Glória, tornando-se o maior conferencista na área de história. Em sua advertência ao início da primeira edição de *A História e a Legenda* (1892) direcionou o livro à “instrução do povo”, exaltando sua obra como a que traria a “verdade” dos fatos sobre as vidas e acontecimentos expostos. Tal figura complexa ainda sofreu desaprovações em seus campos de atuação, que se perpetuaram na construção das narrativas históricas e biográficas sobre o autor.

Não há, de certo, como afirmar quais eram as ânsias acadêmicas do conselheiro Pereira da Silva, além de seu desejo de contrapor a “legenda” à história a partir de biografias. A figura do homem célebre de Machado de Assis talvez seja oportuna para traçar um paralelo com o músico que desejava a consagração no meio letrado a ponto de pertencer a um panteão de “grandes nomes”, mas que terminou agraciado pela fama que uma “polca” ganha ao ser publicada. Tornando-se, assim, “popular”.

⁴³ Um necrológio constitui-se como um registro memorialístico, comumente veiculado em jornais ou outros meios comunicativos, como a RIHGB, destinado a honrar o legado de um indivíduo falecido. Este escrito brevemente narra a trajetória do finado, abordando aspectos de sua vida, realizações, contribuições à sociedade. Tal gênero textual constitui uma manifestação reverente destinada a perpetuar a memória do defunto, além de oferecer um meio de compartilhamento de sua existência comunitária.

3.2 A História e a Lenda

Escritos e publicados entre 1891 e 1896, os volumes da série *A História e a Lenda* repercutiram nos jornais e foram vendidos tanto encadernados quanto em brochuras pela Quaresma & C. Os livros utilizados como fontes neste estudo de caso foram encontrados nas bibliotecas do Real Gabinete Português de Leitura e da Academia Brasileira de Letras e estão bem conservados. Os volumes analisados seguem as regras de composição da editora Quaresma: após a página de capa, que contém o nome do livro, o nome do autor e nome da editora, segue um prefácio ou uma advertência, que apresenta algumas palavras do autor sobre o livro, ou um artigo de jornal sobre o autor, ou mesmo um agradecimento⁴⁴.

Quanto aos prefácios, no primeiro volume se encontra um texto em que o autor disserta sobre os usos da história, em relação à sua distinção da lenda, e sobre a utilidade de seu livro, conforme vimos no início deste capítulo. O segundo volume possui um artigo de jornal sobre Pereira da Silva, que foi publicado na década de 1870. No terceiro volume, mais um texto escrito pelo autor é usado de apresentação ao livro, enquanto o quarto volume carrega um agradecimento aos editores e críticos de jornais por lerem seus outros livros da série.

A estrutura dos livros se mantém praticamente igual com o passar dos anos: algumas vezes o catálogo de obras do mesmo autor, o índice e “os principaes erros typhograficos” da série aparecem no início do volume (é o caso dos volumes três e quatro) e outras vezes no fim (primeiro e segundo volumes). Os catálogos de livros publicados pela editora Quaresma e à venda na Livraria do Povo somente são encontrados nos volumes três e quatro (1895 e 1896, respectivamente). O terceiro volume contém oito páginas de catálogo da editora Quaresma e é o livro que possui mais erros tipográficos, como páginas alinhadas de forma irregular com as folhas.

Os diálogos entre os periódicos e os volumes de *A História e a Lenda* serão expostos a seguir. A partir dessas conexões podemos perceber as estratégias da Quaresma & C. no mercado editorial, que possivelmente colaborou com a circulação de livros populares e da leitura em fins do século XIX no Rio de Janeiro.

⁴⁴Devido às regras do Real Gabinete Português de Leitura, local em que a maior parte dos livros da editora Quaresma são encontrados, a reprodução de imagens dos livros da série *A História e a Lenda* se tornou bem difícil.

No dia 8 de outubro de 1892, um sábado, o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro anunciava em sua décima página com grandes letras que o livro *A História e a Lenda* acabara de sair à luz e estava à venda na Livraria do Povo (Conforme figura 3).

Figura 3: Jornal do Commercio, 8 de outubro de 1892, p.10

Acaba de sair á luz e acha-se á venda na livraria do Povo

A HISTORIA E A LEGENDA

interessante e atilissima obra do abalizado historiadador brasileiro

Conselheiro J. M. Pereira da Silva

1 grosso volume 3\$000

Neste importantissimo trabalho encontrará o leitor descriptas em linguagem castiça e estylo fluente as scenas mais curiosas da historia, com profusão de factos ainda não divulgados, analyse critica de diversos personagens que na scena do mundo representarão proeminente papel, taes como Lucrecia Borgia, Carlos Magno, Gregorio VII, Guilherme Tell, D. Pedro I de Portugal, D. Ignez de Castro, Joanna d'Arc, Luiz XI, Henrique IV de Castella, D. João II de Portugal, Americo Vespucio, Machiavelli, D. Francisco de Almeida, etc., etc., bem como instruir-se-ha nos movimentos mais importantes que abalãrão a vida dos povos.

O merito deste trabalho do eminente historiador só á vista poderá ser aquilatado, pois, alem de constituir uma diversão agradabilissima, é proficuo e fecundo em lições e ensinamentos de todo o genero.

Rua de S. José ns. 65 e 67

O anúncio não foge à regra das propagandas de romances baratos no século XIX, principalmente dos anúncios de Pedro Quaresma: os nomes do livro, do autor e o endereço da livraria em destaque; a descrição “1 grosso volume”, que sempre era aplicada aos livros publicados e, obviamente, a sinopse. Nesse espaço, tece elogios ao conselheiro e descreve do que se trata a obra: entretenimento e instrução. A linguagem utilizada na propaganda é chamativa, exalta o autor e o autoriza com a designação de “historiador”. Assim se repetem os anúncios durante todo o mês de outubro daquele ano, depois aparecem uma a duas vezes por mês. As descrições assemelham-se tanto no *Jornal do Commercio*, na *Gazeta de Notícias*, no *Jornal do Brasil* e no *O Paiz*.

Na manhã do dia 9 de outubro de 1892, o jornal *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro⁴⁵ anunciava as obras recebidas: “O Sr. Conselheiro João Manuel Pereira da Silva reuniu em

⁴⁵ O *Gazeta de Notícias* existia desde 1875 e foi um dos periódicos mais populares na capital federal na primeira década do período republicano (MALEVAL, 2023).

volume os trabalhos que escreveu e publicou na imprensa sobre diversos personagens na história e na legenda. O livro foi editado pela casa Quaresma & C.” (*Gazeta de Notícias*, 9 de outubro de 1892, p.2). A partir da segunda série, publicada em 1893, vemos mais anúncios da equipe do jornal acusando o recebimento de uma edição do volume. Pouco tempo depois o jornal costumava publicar um texto no qual elogiava o livro e dizia o quanto era grato pelos editores o terem enviado.

No jornal *A Semana*, Tristão de Alencar Araripe Júnior (1848 – 1911), o filho de outro comentador da obra de Pereira da Silva, como já se viu, publicou no dia 2 de janeiro de 1895 um “Retrospecto litterario do anno de 1893”. Não deixa escapar a oportunidade de redigir críticas ao modo de escrita da história de João Manuel Pereira da Silva. Os apontamentos vão mais de encontro ao conselheiro do que ao livro ou à editora:

Foram escassas as publicações históricas durante o anno. Não querendo falar nos volumes do Dr. Pereira da Silva publicados sob o titulo geral de *Na historia e na legenda*, cujos defeitos de estylo e de concepção resultam apenas da época em que esse estylo e essa concepção se formaram, pois o autor conta para mais de 70 annos; [...] (*A semana*, 2 de janeiro de 1895, p.2).

As poucas palavras de Araripe Júnior podem apontar como o meio letrado do período considerou esse trabalho específico de Pereira da Silva. Como referenciado anteriormente, o *site* da Academia Brasileira de Letras não lista todas as suas obras, sendo *A História e a Legenda* uma das “esquecidas”, talvez por não acharem relevante. Além de mencionar a idade avançada de Pereira da Silva (estava com seus 75 anos quando a primeira série foi publicada), Araripe altera, talvez propositalmente, o nome dos volumes, baseando-se diretamente na coluna do conselheiro no *Jornal do Commercio*. O “estilo” de escrita seria tão velho e “ultrapassado” quanto o autor. Cabe aqui ressaltar um pouco sobre a família dos Alencar Araripe, visto que tanto o pai quanto o filho foram grandes interlocutores da obra de Pereira da Silva. Ambos atuaram no IHGB e possuíam certo renome no meio letrado, tanto durante a monarquia, quanto na República. Hugo Hruby (2012) ainda confirma que mesmo nas instituições nacionais, como bibliotecas e acervos, os nomes de Araripe e Araripe Júnior são confundidos e documentações são listadas em arquivos errados.

Araripe Júnior foi crítico literário e ao lado de José Verissimo e Silvio Romero dominaram esse ambiente até segunda década do século XX (HRUBY, 2012, p. 18). A relação de Araripe Júnior com Capistrano de Abreu era bem próxima: chegou a ser padrinho de casamento do renomado historiador brasileiro e ambos eram listados como historiadores ligados ao “positivismo” (HRUBY, 2012, p. 256), diferente do modelo de escrita de história em que enquadram o pai militar. A passagem de Araripe Júnior pelo IHGB é vista como pouco frutífera,

possuindo um só trabalho publicado pela instituição (ARARIPE, 1912). Ali dentro foi apresentado como filho do tesoureiro da casa e como um diferenciado escritor por também escrever romances e compartilhar de conhecimentos históricos e geográficos: “De há muito que em todos os países cultos busca-se propagar conhecimentos históricos e geográficos por meio do *Romance*, que com forma mais amena atrai a atenção dos leitores, e destrói a aridez própria de estudos d’essa ordem” (*RIHGB*, 1894 *apud* HRUBY, 2012, p. 263 - grifo no original). A família cearense Alencar Araripe desempenhou diversos cargos na política e nas letras nacionais durante o século XIX, desde o senador Alencar ao escritor José de Alencar e outros renomados.

Na área de “Litteratura” do *Jornal do Commercio*, Pereira da Silva desenvolveu diversas biografias até o último ano de sua vida. As seleções sempre se voltavam às consideradas por ele “celebres” personalidades e “eventos históricos”, bem como o “título geral” anunciava. Tratou, inclusive, de tragédias na extinta família real:

Figura 4: *Jornal do Commercio*, 16 de fevereiro de 1896, p.1



Mesmo após a morte de Pereira da Silva, o *Jornal do Commercio* continuou a publicar essa coluna, porém com outros autores. Conforme dito, no primeiro volume há um catálogo de “Obras do mesmo autor já publicadas”. A divisão é feita da seguinte forma: as obras elencadas como “Históricas” são *História da fundação do império brasileiro desde 107 até 1840* - 2ª edição aperfeiçoada; *Curso de História dos povos americanos, nas conquistas, colonização e*

emancipação e *Christovan Colombo e o descobrimento da América*. As elencadas como “Litterarias” são *Varões illustres do Brazil durante os tempos coloniaes* – 3ª edição; *Nacionalidade, língua e literatura de Portugal e Brazil*; *Considerações sobre poesia épica e poesia dramática*; *Felinto Elysio e sua época*; *Memórias litterarias e politicas e Litteratura portugueseise, son passé, son étât actuel*. As elencadas como “Políticas” são *Discursos parlamentares em varias sessões legislativas* e *Situation sociale, politique et economique du Brazil*. As elencadas como “De fantasia” são *Jeronimo corte-real* – Chronica do seculo 16; *Manoel de Moraes* – Chronica do seculo 17; *D. João de Noronha* – Chronica do século 18; *Aspasia* – Chronica do seculo XIX e *Gonzaga* - esboço poético.

Essas classificações eram transitórias no século XIX, rapidamente mudavam de “gênero”, principalmente no quesito de romances, porém constata-se mudança semelhante nos catálogos dentro dos livros aqui analisados. No catálogo de “obras do mesmo autor” encontrado na segunda série de *A História e a Legenda*, o livro *Varões illustres...* continua na classificação “Historico-Litterarias”, e o primeiro volume de *A História e a Legenda* (1892) aparece na classificação de obras “Historicas”. Os dois livros tratam de biografias de “celebres” personalidades, mas o critério para designar o que é “histórico” e o que não é parece ser diferente. Nesse caso, quem define o que é a escrita da história e elabora em uma classificação são os editores.

No periódico *O Paiz*, os quatro volumes da série foram recebidos pelo corpo editorial e comentadas. No dia 17 de outubro de 1892, a primeira crítica quanto ao primeiro volume foi publicada, e além de reforçar que o livro era de grande favor “á instrução do povo”, dizia que “Ecripto com elegância, como tudo que sae da penna de tao illustre autor, pena é que o editor não se empenhasse pela confecção de um trabalho typographico e de uma digna obra litteraria” (*O Paiz*, 17 de outubro de 1892, p.2). Dessa vez a reclamação tinha um foco maior na tiragem, na edição do volume, que não era tão distante dos outros que saiam pela Livraria do Povo. As críticas do jornal *O Paiz* eram assinadas por A. A.

Quanto à segunda série, publicada em 1893, houve uma mudança na tipografia que imprimiu os livros. A primeira série foi elaborada pela Typ. Montenegro – Rua Nova do Ouvidor, nº14, já a segunda série saiu pela Companhia editora – Rua Nova do Ouvidor, nº7-9. Mesmo em formato de brochura e vendidos por um preço mais módico ao início de suas tiragens (*Gazeta de Notícias*, 20 de março de 1893, p.4), esses volumes chegaram ao século XXI um tanto conservados.

Como descrevemos anteriormente, em muitas das edições da Quaresma, era comum encontrar um artigo de jornal que expressasse apreço pelo livro ou pelo autor. A exemplo disso, observamos que na segunda série de *A História e a Legenda* consta um artigo sobre Pereira da Silva, que foi publicado no dia 10 de dezembro de 1877 no jornal *O Contemporaneo*:

Entendendo o autor que não carecia de fazer nova advertencia para esta segunda serie do seu livro – A historia e a legenda – pois que devia servi-lhe a que se estampou na primeira serie, julgamos conveniente substituil-a pelo seguinte artigo, a seu respeito, inserido no periódico – *O Contemporaneo* (SILVA, 1893, p.1).

Era estratégico da Quaresma & C. utilizar, justamente, o espaço de transição, que são os prefácios e folhas finais, para reforçar o capital simbólico da editora, do bem simbólico – o livro em questão – e do autor no campo de poder no qual atuavam – o mercado editorial (BOURDIEU, 2007).

No mencionado artigo incluído nas primeiras páginas do segundo volume percebe-se uma vasta coleção de elogios ao conselheiro. Quando o artigo trata da carreira no campo da história que Pereira da Silva desempenhou, assim comenta:

A historia foi sempre a musa predilecta do illustre publicista. Pelos paralipomenos desse ramo ensaiou elle brilhantemente os seus primeiros trabalhos, escrevendo e publicando em 1847 o *Plutarco Brasileiro* que mudado para o titulo de *Varões illustres do Brazil* foram reimpressos em 1861 e sahiram de novo, em terceira edição, em 1871.

Os *Varões illustres do Brazil* valeram desde o seu apparecimento, ao auctor, os maiores encomios não só do jornalismo brazieiro e portuguez, como do francez, inglez e allemão.

A critica de auctorizadas pennas, que na primeira edição teve de notar demasia no florido da linguagem e um tanto pretencioso o titulo de *Plutarco Brasileiro*, rendeu depois ao auctor os maiores elogios por vel-o, docil aos bons conselhos, não só cortar por aquelle floreio tornando o estylo mais conciso e grave, como requer a historia, como até mudando o nome á obra.

Este exemplo de respeito à critica dado pelo Sr. conselheiro Pereira da Silva, ainda nos mais bellos annos de sua mocidade, é digno de consiguar-se entre nós, onde tão refractarios se mostram todos ás admoestações ainda as mais suaves e amigas.

Desde que publicou os seus *Varões illustres* pela primeira vez, que alçando as vistas a mais altos horisontes, emprehendeu o Sr. conselheiro Pereira da Silva escrever a historia da formação e nascimento do imperio (*O Contemporaneo*, 1877 *apud* SILVA, 1893, p.7).

A passagem reforça uma ideia de um autor “honroso” e “erudito” e de uma escrita da história que almeja um estilo sem “floreios”. Além de demonstrar como era concebida a ideia de que a biografia é uma escrita da história. Naquela época, João Manuel Pereira da Silva atuava pelo Partido Conservador (tinha então 60 anos), e era muito conhecido por suas publicações “históricas” e principalmente por sua participação nas Conferências Populares da Glória. O

interesse do artigo em ressaltar as críticas deferidas contra a obra do conselheiro indica o quanto estas podem ter repercutido no meio letrado da época. Porém, não informa sobre as observações mais severas quanto às obras referentes ao período do Império escritas por João Manuel Pereira da Silva, mesmo que as cite. O artigo as exalta e reforça o quanto foram compradas a ponto de estarem em terceira edição, ou mais – como *Os Varões ilustres...*, que veio a público com o nome de *Plutarco Brasileiro* quando Pereira da Silva tinha seus 31 anos de vida.

Na Livraria do Povo, em 1894, era possível comprar os dois volumes juntos e completos sendo vendidos por 6\$000, isso se fossem em formato de brochuras; já encadernados custavam 8\$000 (*Jornal do Commercio*, 17 de abril de 1894, p.7). No jornal *O Paiz*, elogios foram traçados à essa segunda série, “caprichada e nítida”, além de apontarem o grande serviço à instrução do povo que a série é capaz de desempenhar (*O Paiz*, 3 de setembro de 1893, p.2). A mudança de tipografia, aparentemente foi eficiente pois não recebeu comentários negativos nos jornais.

Quanto à precificação das brochuras, desses livros anunciados e vendidos como “baratos”, Alessandra El Far nos diz que na década de 1880 variava de cem reis (\$100) a 1 mil-réis ou 2 mil-réis (1\$000 ou 2\$000), pois dependia do número de páginas, o tratamento editorial e o gênero. Como referência a autora elenca que no mesmo período “[...] uma dúzia de retratos era vendida a 5 mil-réis (5\$000), um jantar barato no largo da Carioca ou na rua do Ouvidor custava de 1 mil-réis (1\$000) a 3 mil-réis e 16 mil-réis (3\$000 e 16\$000)” (EL-FAR, 2002, p.85). Quando olhamos para os salários da época, a noção pode ser um pouco mais delimitada, pois um ferreiro chegava a ganhar cerca 3\$333 por diária em 1888, um trabalhador sem especialidade recebia 1\$400 e os salários de empregados do funcionalismo municipal era ainda maior, variando de 60\$000 a 100\$000 por mês (EL-FAR, 2002, p. 85).

Porém, os livros *A História e a Legenda* foram publicados nos primeiros anos da República e, como já esmiuçamos antes, estes foram conturbados anos políticos e econômicos. Com uma inflação crescente, os salários e os preços também sofreram certo aumento. No fim do século, os denominados livros populares chegaram a ser anunciados por 3\$000 a 4\$000, variando por edição e número de volumes. Porém, Alessandra El-Far (2002, p.85) garante que apesar da crise financeira, esses livros ainda assim se mantiveram com baixos preços.

O terceiro volume da série, publicado em 1895 não ganhou a mesma repercussão nos jornais que os dois primeiros. No dia 21 de junho de 1895, o *Gazeta de Notícias* anuncia em sua primeira página o valor de 9\$000 para os 3 volumes completos. Esse volume carrega um

novo prefácio de Pereira da Silva e, em suas páginas finais, encontra-se uma carta dirigida ao autor do escritor português Antonio Feliciano de Castilho.

Nesse volume encontramos a mesma divisão de “obras do autor já publicadas” com as mesmas categorias. *Varões ilustres...* continua em obras “Hitorico-litterárias”. Porém, vamos nos deter nesse novo prefácio do conselheiro Pereira da Silva, escrito em setembro de 1893 na cidade do Rio de Janeiro:

Desde os mais tenros annos habituei-me ao estudo das letras. No embate das lides políticas, quer como deputado, quer como senador do império, ou occupado em trabalhos de administração pública. Sempre que sorria-me um momento de repouso entregava-me á leitura e escrevia um ou outro livro que folgava de publicar.

Derribadas no dia 15 de novembro de 1889 as instituições monarchicas, que regiam o paiz; expellidos da pátria o venerando chefe da nação e sua augusta família; proclamado um governo dictatorial, comprehendí que finda estava minha missão política e cumpría recolher-me á solidão e ao isolamento.

Assustado pela sorte da pátria, amarrada no poste do padecer, e exposta aos azares e perigos da turbulência, da anarchia e de governos improvisados que não se fundavam em alicerces sólidos para poderem tirar do seio dos elementos desorganizadores um regimen regular, que podia praticar um septuagenario e soldado vencido?

Tratei, pois, de procurar no sanctuario das musas occupação para meu espirito, consolo para minha alma; troquei as luctas da política, que me tinham consumido e amargurado os melhores annos da minha existência, pela mansuetude dos estudos.

Talvez sonhasse chiméras, mas instrui-me nas obras dos escriptores notáveis, antigos e modernos, saboreei atmospherá mais tranquila e mais saudavel, reestabeleci em perfeita harmonia as forças do corpo e da intelligencia que me restavam.

O exame das crhonicas, das memorias, dos documentos historicos, inspirou-me o desejo de comunicar ao público em breves e resumidos ensaios litterários o complexo de conhecimentos que com muito tempo e trabalhos insanos havia adquirido.

Redigi-os em artigos para o Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, periodico e revista ao mesmo tempo, e reuno-os agora em livros, para que leitores mais facilmente os julguem e apreciem.

Juntem-se ás demais composições, que tenho já confiado aos préelos, muitas das quaes, quando não revestidas de requisitos indispensáveis, têm direito, todavia, á consideração e estima pelo sentimento patriótico que me animou constantemente.

Conservei desde a juventude a paixão das letras; ellas continuam como fiéis amigas a aliviar-me de infelicidades, apesar dos gelos do inverno, que os annos produzem, e que entristecem os derradeiros dias da vida.

Persuado-me que, após meu desaparecimento do mundo, não se me poderá acusar de ter passado na terra como um ente inútil para si e para os contemporâneos.

Não pretendí, com estes artigos, levantar um edificio regular para a instrução pública: unicamente lançar-lhe alicerces, delinear-lhe proporções e cimental-o com algumas pedras de construcção. Occupem-se obreiros mais habilitados em debastar as asperezas da mole com seu escopro, e com seu cinzel; ornamentem-no com relevos artísticos e colloquem finalmente a cupola que deve coroal-o. Basta-me o gosto de offerecer-lhes ensaios concisos, que lhes

agucem a curiosidade e provoquem estudo mais profundo e aperfeiçoado (SILVA, 1894, p. 1).

O autor comenta como se sentiu com a queda da monarquia, além de sua percepção do novo governo republicano, dizendo que preferiu se abster da luta política e se isolar, diferentemente de outros monarquistas, que através da pena foram a público zelar pela monarquia e comentar os feitos políticos dos primeiros anos da República, como é o caso do Visconde de Taunay (MALEVAL, 2023). O isolamento de Pereira da Silva, segundo o próprio, denuncia mais que sua avançada idade e sua indisposição de continuar ativo politicamente. Decorre do desejo de se consagrar com os escritos de história para a instrução pública. Conforme diz “Persuado-me que, após meu desaparecimento do mundo, não se me poderá acusar de ter passado na terra como um ente inútil para si e para os contemporâneos”.

Quanto a questão da instrução pública, Ilmar Mattos (1987) apresenta o quanto o era pensado pelas instituições do Império que esse processo deveria se estender para “todas as classes” a fim de que possibilitasse uma “Nação Civilizada” (MATTOS, 1987, p.25). O entendimento de povo que as instituições imperiais possuíam é possibilitado de se conhecer a partir daí, como acrescentado por Luísa Rauter Pereira. Logo, a relação existente entre instrução pública e a ideia de civilizar a nação compõe um projeto das instituições imperiais e dialogam com o entendimento do progresso e evolução do contexto.

Ainda observamos o entendimento de Pereira da Silva quanto ao trabalho do historiador, a tarefa de reunir as informações base e delegar ao futuro a tarefa de julgá-las. Caso possamos fazer uso de suas metáforas, deixou “ao futuro” somente a ornamentação e decoração do edifício, que foi por ele elaborado, acimentado e construído.

Esse volume da série, o terceiro, recebeu duras críticas no jornal *O Paiz* em 1895. No dia 24 de junho consta que “Se o autor possuísse um estylo más carregado e superior conhecimento da língua, seu livro seria uma obra-prima” (*O Paiz*, 1895, p.1). A crítica do dia 22 de julho de 1895 segue a mesma reclamação quanto aos erros de linguagem, diferentemente da edição, sobre a qual não há reprovação. Além disso, o volume contém oito páginas de catálogo de obras da Quaresma & C., o que não acontece em nenhum dos volumes anteriores da série.

O quarto volume da série, publicado em 1896, não recebe maior divulgação nos jornais *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Commercio*. Mencionado uma vez na segunda página do *Gazeta de Notícias* em 19 de novembro, os redatores do jornal somente agradecem pelo exemplar recebido, comentando que: “Para os leitores brasileiros é esta série talvez mais interessante ainda do que as anteriores, visto avultar ne’lla a parte referente à America” (*Gazeta de Notícias*,

19 de novembro de 1896, p.2). Este volume foi um pouco diferente dos outros por ter trabalhado com uma temática geral que deveria amarrar todas as personagens biografadas por Pereira da Silva no livro – eram todos considerados ditadores e muitos eram da América do Sul: “O dictador Francia e o Paraguay – D. Juan Manoel Rosas – Simão Bolivar - D. Juan Manuel Rosas - Julião, o apóstata, imperador romano - Felipe Augusto, de França - Francisco Petrarca - Manuel de Souza de Sepúlveda - O infante D. Duarte de Bragança - Catharina II da Rússia - Jorge IV da Inglaterra e Carolina de Brunswick”.

O jornal *O Paiz* teceu críticas mais severas a essa edição e à capacidade de escrita do conselheiro. Em coluna denominada “Palestra”, também escrita por A. A., no dia 19 de novembro de 1896, anunciavam a publicação do quarto volume na primeira página: “E’ pena que o conselheiro Pereira da Silva escreva tão mal a nossa língua, possuindo, como possui [...] uma individualidade de historiador, não de simples ‘cavouqueiro das pedrarias da historia’ como a si próprio chama” (*O Paiz*, 1896, p1). As críticas aqui vão para a escrita do autor, diferente dos apontamentos dos sócios do IHGB, que se direcionavam, em linhas gerais, ao tipo de história por ele empreendido.

O texto continua: “No seu livro, aliás muito mal impresso, há lamentáveis descuidos que o afeiam. Um exemplo entre muitos: á pag. 254 diz o autor que no Rio da Prata os partidários de D. Carlota Joaquina *occuitavam ostentamente* os seus designos” (*O Paiz*, 1896, p1). Apontamentos quanto a erros de edição e até mesmo de fatos “históricos” são encontrados nessa coluna. A esse despeito, como conclusão, o colunista reforça a ideia positiva de um serviço prestado “á educação publica”, pois a obra possui o necessário e é boa por ensinar “noções de historia universal”, sem “pedantismo” e “rhetorica”.

Nesse quarto volume o autor agradece ao jornalista brasileiro e patrono da cadeira 25 da Academia Brasileira de Letras Pedro Eunápio da Silva Deiró e ao escritor e político português Manuel Pinheiro Chaga, que havia falecido em 1895. No catálogo de “Obras já publicadas do mesmo autor” encontramos o livro *Varões Ilustres...* desta vez classificado como uma obra “Historica”. Nas últimas páginas desse volume, a Quaresma & C. anuncia suas edições mais recentes em um grande catálogo: os manuais, *O Grande Livro de São Cypriano*⁴⁶, os livros do arco infantil que a editora havia recém-lançado, os livros de músicas populares e os de teor “histórico”. Todos com descrição e preço. Os quatro volumes completos de *A*

⁴⁶Jerusa Pires Ferreira encontrou uma edição brasileira do livro de São Cypriano publicado pela Quaresma & C. na Biblioteca do Museu Britânico. A autora supõe que a edição pode ter sido doada à instituição (FERREIRA, 1992, p.21). Destaca-se novamente a dificuldade de encontrar edições da Quaresma & C. do fim do século XIX.

História e a Legenda eram anunciados por 9\$000. Em 1897, no dia 5 de julho, o jornal *A Gazeta de Notícias* anunciava os quatro volumes completos por 13\$000.

Não houve reedições da série ou outros volumes de *A História e a Legenda*. Pereira da Silva faleceu em Paris no ano de 1898 e a Quaresma & C. não reeditou a série, nem durante os anos em que seu dono esteve vivo e nem enquanto a livraria e a editora estiveram ativas, talvez porque a série não alcançou o público da forma que Pedro Quaresma desejava. De todo modo, há que se indicar que são livros que chegaram ao século XXI com certo cuidado, sendo mais fáceis de serem encontrados do que outras edições da Livraria do Povo do mesmo período.

Quanto ao conteúdo dos volumes, de fato observamos uma variada seleção de personagens considerados célebres para Pereira da Silva e para os quais uma biografia é elaborada costurando os nomes aos eventos históricos e outros fatos. Porém, não nos aprofundaremos diretamente nesse conteúdo. Além do mais, nas primeiras páginas em que trata de Lucrecia Borges, Pereira da Silva nos dá algumas informações de como entendia que a legenda deveria servir à História:

E' a historia juízo severo e imparcial, ataviada e inventiva é a legenda. Aquella instrue, moralisa, constitue vero sacerdocio; a legenda inspira o romance e o drama, que amenísam as horas do descanso e do tédio.

Shakespere nas suas tragedias historiacas; Walter Scott nos seus romances peregrinos, comprehenderam honrosa e largamente sua missão, um ou outro discípulo seguio-lhes o exemplo. Agradecem-lhes as letras applaudindo-os e encomiando-os.

São poetas que completam o historiador. Adicionando a seus quadros verdadeiras minudencias, circumstancias, episódios que iluminam os factos e as figuras, bem que de ficção, mas que respeitam a verdade historica. Traçam, assim, o circulo e as attribuições da legenda, não a convertendo em instrumento de enganos e de erros, com que se corrompa o espirito de quem acredita no que está escrito nos livros (SILVA, 1892, p.8).

A história deve ser imparcial, enquanto a legenda é “inventiva”, ainda que não deva se afastar muito daquilo que seria a “verdade”. Considerada uma forma de entretenimento pelo conselheiro Pereira da Silva, a legenda deve informar também. Para tanto, Shakespeare e Walter Scott são inspirados pela legenda e tratados como autores de “tragédias históricas” e romances peregrinos. A admiração de Pereira da Silva por Walter Scott nos remete ao que Krzysztof Pomian (2003) analisa quanto à escrita do romance histórico, gênero que possui características que muito nos interessam, já que se encontra na interface entre história e ficção. Logo, neste gênero há necessidade de que o leitor se localize temporalmente, a partir de memórias ou do conhecimento prévio do passado (POMIAN, 2003), cuja representação torna-se um pólo de identificação (POMIAN, 2003, p.17). Já o saber histórico funciona como “[...] um conjunto de afirmações tidas como constatações de fatos e, supostamente, procedentes de um conhecimento

do passado” (POMIAN, 2003, p.17). Ou seja, a consciência histórica atua criando um tipo de um contexto amplo que dá certo significado aos eventos. Ela pressupõe valores à sequência de acontecimentos, pessoas e momentos, enquanto destaca certos elementos de períodos passados como de grande relevância e minimiza outros. Além disso, ela atribui a alguns a função de paradigmas, ou mesmo, exemplos a serem seguidos ou evitados. A atuação do saber histórico é de preencher este contexto criado, sem que os dois (a consciência histórica e o saber histórico) correspondam. Os fatos se tornam, simultaneamente, escassos e abundantes, validando determinadas suposições. (POMIAN, 2003). Destarte, o romance histórico não se encerra como ficção puramente. Pois, neste gênero, a imaginação coabita com o conhecimento (POMIAN, 2003). Torna-se impossível, para o romance histórico falar do passado sem recorrer ao saber histórico. Ele necessita desse conhecimento para se construir e necessita que o leitor também o tenha.

Partindo da relação entre verdade histórica e ficção, que tantas vezes aparece nesse texto do conselheiro Pereira da Silva, Victor Hugo é acusado de “caluniar” a imagem de Lucrecia, pois o que escreveu sobre a personagem muitos tomaram como verdade:

Victor Hugo, particularmente, inventou, fantasiou uma Lucrecia Borgia, que não é a da historia.
Porque razão, ó poeta, não bordastes a tela que o genio vos inspirava, com uns nomes de fantasia, como são todo, os caracteres e situações do vosso drama? Para que emprestastes a vossos sonhos dourados figuras históricas que não conheceis? Mereçam embora elogios os raptos arrojados de vossa imaginação, certo é que tanto calumniastes a memoria de Lucrecia como adulterastes a verdade histórica (SILVA, 1892, p.8).

Vale notar as diversas associações entre a escrita e a pintura que Pereira da Silva realiza em seus textos, algo comum à narrativa oitocentista que levava em consideração a forma do texto, a exemplo da conceituação de *cor local* (CARDOSO, 2010). Victor Hugo foi famoso por suas publicações de romances-folhetins “baratos” também, muito criticado como um escritor “industrial”, conforme vimos. Pereira da Silva não deixa de acusar o autor de alterar a “verdade” histórica por ter esboçado uma personagem baseada em uma figura histórica, que ele mesmo se esforça em desconstruir no resto de seu texto sobre Lucrecia Borgia. E por fim determina que o que Victor Hugo fez “Nem é já uma legenda verossímil; é tudo ficção, é mentira, calúnia! E mais lamentável é ainda que dictionarios biográficos francezes, redigidos ás pressas, as repitam e propaguem como verdade” (SILVA, 1892, p.20). A legenda deve ser “verossímil” para que cumpra seu papel com a história.

Nos anúncios de jornais sempre era reforçado o nome do autor como “renomado” e “erudito”, era ressaltado o caráter “histórico” dos volumes de forma a captar a atenção do

público que tivesse vontade de se instruir sobre esses eventos e personalidades. O alto número de manuais que a Livraria do Povo produzia, nos faz pensar o quanto a leitura em fins do século XIX estaria associada à ideia de instrução e entretenimento. Não se pode desconsiderar o interesse dos editores-livreiros em agradar um público amplo para obter lucro, advindos de uma fórmula, não industrial, mas que era pensada e articulada justamente para alcançar grande parte do público leitor do período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destarte, observamos na historicidade da história do livro e dos impressos a criação e desenvolvimento de uma fórmula editorial voltada para atender um amplo público. Tal fórmula fez-se presente na Europa de Antigo Regime e ganhou forças com a Revolução Francesa (KALIFA, 2014). Estendeu-se para Portugal a partir da inserção de livreiros-editores franceses no mercado ibérico, que foi muito atuante no processo de editoração e venda de livros em português no Brasil durante o século XIX (EL-FAR, 2002). Essa fórmula editorial consegue se estabelecer e crescer na América Latina em meados do século XIX (FERREIRA, 1992) pelos espaços de disputa dos campos de poder que compunham o mercado editorial. Para tanto, é considerada uma indústria de tramoias, conforme as felizes observações de Jerusa Pires Ferreira (1992), que se consolida no mercado carioca e coloca em administração uma linguagem das brochuras populares.

Pudemos esmiuçar através da composição do mercado editorial esses campos em conflito e os capitais simbólicos que possuíam os autores e editores localizados em diferentes ruas cariocas e pela materialidade do bem simbólico que publicavam e onde vendiam. As relações por detrás desse campo, em que atuavam a imprensa, as editoras e os intelectuais da literatura e escrita da história legitimadas, estruturam capitais simbólicos para cada ator (BOURDIEU, 2007). Diante disso, vê-se a marginalização de leituras para o amplo público noséculo XIX, junto de seus autores e editores (KALIFA, 2014).

Como auxílio ao debate para estudar o mercado editorial do Rio de Janeiro e suas práticas, analisamos a multifacetada noção de cultura popular. Nossa compreensão de “povo” e a circulação de livros entre as camadas menos favorecidas liga-se diretamente à definição de público consumidor na estruturação desse mercado. Além disso, é delimitado, previamente, por uma classe dominante que valida o que é ou não considerado cultura erudita, classificando como popular o que considera inferior e distante da noção pré-estabelecida, o que leva à conclusão “A cultura popular é uma categoria erudita” (CHARTIER, 1992). O debate, como vimos, é vasto, no entanto, foi essencial para o entendimento desse bem – o livro – que carrega um capital simbólico, estruturado pelas classes dominantes como erudição, mas que se encontrava ameaçado pela “popularização” e pela massificação ou “industrialização” da cultura. Nessa discussão, o campo da literatura foi fundador (KALIFA, 2014).

No entanto, ao considerar a concepção de cultura de bordas de Jerusa Pires Ferreira, afirmar que essa literatura de brochuras populares (livros de sonhos, manuais sobre tudo,

livretos de cancioneiros, livros infantis, livros sobre rituais, almanaques e romances) foram “impostos” às classes populares por uma indústria, seria ignorar toda uma complexidade de transações. Essas transações envolvem várias faixas de grupos sociais que têm acesso às trocas e circulações culturais de acordo com necessidades, variação de temáticas, contextos e processos (FERREIRA, 1992).

O “limite” entre a cultura popular e a linguagem dessas brochuras para o amplo público torna-se uma resolução concebível para reconhecer uma possibilidade de agência das práticas e costumes populares na massificação produzida pela indústria de tramoias. Portanto, refuta a incapacidade ou mera passividade do receptor (FERREIRA, 1992). Esta perspectiva permite uma compreensão mais aprofundada da dinâmica cultural, reconhecendo a agência dos indivíduos dentro desses processos.

O entendimento do espaço em que se desenvolve esse mercado editorial oitocentista é fundamental, pois o contexto da cidade do Rio de Janeiro nos primeiros anos de República é conturbado, assim como em todo mundo ocidental no fim do século XIX. As crises econômicas, a dificuldade de consolidação de indústrias, o aumento do público urbano e a criminalidade ocasionaram expressivas mudanças nas relações, práticas e movimentações da cidade. Sentido não só na vida política, mas na vida íntima também.

Poderíamos pensar nos motivos para João Manuel Pereira da Silva continuar ativo em publicações de periódicos e livros durante o início do período republicano, mesmo com avançada idade e residindo em Paris. Ainda que não saibamos, podemos articular, a partir de sua carreira pública no país, um sentimento de “desgosto” com o novo regime, conforme muitos publicistas monarquistas, que representaram as suas angústias com esse novo período em seus textos, vide o Visconde de Taunay em *O encilhamento* (CARVALHO, 1987; MALEVAL, 2013). Logo, a conceituação de povo (PEREIRA, 2010) em consonância com os discursos políticos e de senso comum, nos ajuda a pensar no recorrente desejo de instruir que aparece nas obras do conselheiro Pereira da Silva. Mesmo que não possamos delimitar com exatidão seus espectros políticos, o anseio de criar bases para instrução da história é propagado em seus escritos, enquanto o entendimento de povo brasileiro em estágio civilizacional inicial e a biografia vista como uma forma de escrita da história (que perpetua certa concepção da *magistra vitae*) nos fornece arcabouço para certa compreensão das afirmações do conselheiro, assim como ajuda a investigar a escrita e a circulação da série de livros *A História e a Legenda*.

As especificações do mercado editorial carioca do fim do século XIX foram tratadas a partir dessas conceituações para que fosse perceptível a atuação das editoras e das brochuras

populares no campo de poder em disputa. A forma como *A História e a Legenda* se articula com as propagandas da Quaresma & C. e com as críticas de intelectuais da literatura nos jornais de fim de século são parte da composição da fórmula editorial aplicada às brochuras baratas. Tal fórmula contribuiu para uma popularização da leitura no Rio de Janeiro a partir da circulação de livros baratos para amplo público.

Desde a tentativa de uma compreensão quanto à sociologia por detrás desse texto (MCKENZIE, 2018) até um estudo relacionado aos possíveis espaços (desde criação até lançamento) que estes livros podem ter percorrido, tentamos investigar a circulação da leitura de livros baratos no Rio de Janeiro. Com auxílio de periódicos do contexto e as materialidades das edições da Quaresma & C. encontradas, pudemos compor uma pequena parcela do que foi essa circulação. A dificuldade em encontrar as fontes e outros fatores foram limitantes.

Observando a trajetória das publicações de Pereira da Silva e analisando sua obra publicada pela Quaresma & C., percebemos o quanto o autor participou dos conflitos do campo de poder relacionado à escrita da história. Apesar de não conseguir a possível legitimação que almejava, contribuiu ativamente para reforçar as estruturas daquele campo de poder. Mesmo bastante criticado, Pereira da Silva era reconhecido como um “historiador” que poderia instruir o “povo” a partir de seus escritos.

Tal qual o pianista do conto de Machado de Assis, *Um homem celebre*, Pereira da Silva não alcançou o panteão de historiadores brasileiros, ainda que integrasse o círculo de intelectuais autorizados à escrita da história. Podemos pensar que diferente da personagem, Pereira da Silva se destacou com uma “grande obra”: *O Plutarco Brasileiro* ou *Os Varões ilustres...*, que, apesar de criticados, foram muito referenciados por outros escritores do período, garantindo certo prestígio ao conselheiro Pereira da Silva. Em muitas ocasiões em que empregou essa escrita, sua obra adquiria o caráter de que poderia contribuir para a “instrução pública”, mesmo quando tinha grande aceitação comercial. Associar a imagem de Pereira da Silva à Livraria do Povo poderia ser uma das estratégias de Pedro Quaresma para agradar e conquistar mais um tipo de público ou mesmo o público que já possuía. Talvez não tenha sido vantajoso já que a série não mais foi republicada. Apesar de lucrativo, Pereira da Silva, gradualmente perdeu certa legitimidade após sua morte, visto os discursos sobre sua imagem nas instituições autorizadas do século XX. Seu nome é ainda encontrado em ruas e praças no intuito de homenageá-lo.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia. “O gosto dos leitores – a recepção de romances como problema para história literária.” In: SALES, Germana M. Araujo; FURTADO, Marlí T.; DAVID, Sérgio Nazar (Org.). *Interpretação do texto leitura do contexto*. 1ª Ed. – Rio de Janeiro: 7Letras, p. 167-185, 2013.
- _____. “Cultura popular, um conceito e várias histórias”. In: Abreu, Martha e Soihet, Rachel, *Ensino de História, Conceitos, Temáticas e Metodologias*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003
- ALONSO, Angela. Arrivistas e decadentes. O debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 85, p. 131-148, nov. 2009
- ANDRADE, Débora El-Jaick. Semeando os alicerces da nação: História, nacionalidade e cultura nas páginas da revista *Niterói*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, nº 58, p. 417-442 – 2009.
- ARARIPE JUNIOR, T. de. Anchieta: a doença eucarística do noviço José. *RIHGB*, t. 75, parte 2, p. 51-67, 1912b.
- ARAUJO, Valdei Lopes de. “Sobre a permanência da expressão *magistra vitae* no século XIX brasileiro”. In: NICOLAZZI, Fernando et. al. (Org.). *Aprender com a história?: o passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 131-148.
- ARTIAGA, L. ““*Em busca...*” da história da circulação das ficções de grande consumo”. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 16, n. 29, p. 125-137, jul-dez. 2014.
- ASSIS, Machado de. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar 1994. v. II BOURDIEU, P. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 183-191.
- AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (orgs.). *A História (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico*. Vitória: Editora Milfontes, 2019.
- AZEVEDO, A. N., “A capitalidade do Rio de Janeiro: um exercício de reflexão histórica. Anais do Seminário”. *Rio de Janeiro: Capital e capitalidade*, Rio de Janeiro, p. 45-62, 2002.
- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BLOCH, M. *Apologia da história ou o Ofício do Historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001
- BARRETO, Inês T. **Da Mandinga à Macumba: a trajetória do Livro de São Cipriano no Brasil (2022)**. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2022.

BELO, André. *História & livro e leitura*. – 2ª ed.; 1ª reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutemberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

BRAGANÇA, Aníbal. “Uma introdução à história editorial brasileira”, in *Cultura, Revista de História e Teoria das Ideias*, Vol. XIV, II série, 2002, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa (Portugal), p. 57-83

BROCA, Brito. *O repórter impenitente*. Campinas, Editora da Unicamp, 1994.

BRITO, Marcia Xavier. “Darkside introdução”. In: SHELLY, Mary. *Frankenstein, ou prometeu moderno*. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2017.

BOURDÉ, Guy. “O marxismo e a história”. In: Guy Bourdê & Hervé Martin. *As Escolas Históricas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p. 251-283.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História e historiadores na vulgarização científica do Brasil oitocentista: as “Conferências Populares da Glória”. *Hist. Historiogr.*, Ouro Preto, v. 14, n. 37, p. 135-170, set.-dez. 2021.

CARVALHO, Flavio R. *Um iluminismo português? A reforma da universidade de Coimbra (1772)*. SP: Annablume, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. “Apresentação”. In: ALENCAR, José de. *Cartas de Erasmo*. Rio de Janeiro: ABL, 2009.

_____. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CEZAR, Temístocles. “Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX”. *Métis: história & cultura*, Caxias do Sul, v. 2, n. 3, p. 73-94, jan./jun. 2003.

CHAVES, V.P. “Nas origens do romance brasileiro: As primeiras narrativas de J. M. Pereira da Silva”. *Navegações*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 147-153, jul.-dez. 2018

CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras. 2007.

CARDOSO, Eduardo W. **A cor local e a escrita da história no século XIX: o uso da retórica pictórica na historiografia nacional**. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, 2012

CARNEIRO, F. S. Bellizzi. “O medo que habita o sertão: a presença do Gótico nos contos “À beira do pouso” e “Pelo caiapó velho”, de Hugo de Carvalho Ramos”. *Soletras*, n. 27, p. 125-136, jan/jun 2014.

CHIAPPINI, Ligia. “Relações entre história e literatura no contexto das humanidades hoje: perplexidades”. *História: Fronteiras -- Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História (ANPUH)*, Florianópolis-SC, vol. II, pp. 805-817, julho de 1999.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CHARTIER, Roger. ““Cultura Popular”: Revisitando um conceito historiográfico”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.8, n° 16, 1995, p. 171- 192

_____. “Texto, impressão, leituras”. In: HUNT, Lynn. (org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, p. 211-238, 1992

_____. Leituras e leitores populares: a Bibliotèque bleue e a literatura de colportage. *Desenredo - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo - jan./jun. 2005*

_____. *A Mão do Autor e a Mente do Editor*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

DAECTO, Marisa Midori. *História de um livro: A Democracia na França, de François Guizot (1848-1849) – I. ed. – Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2021.*

DARNTON, R., *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DELUMEAU, J., *História do medo no ocidente 1300-1800 uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

EL FAR, Alessandra. *Páginas de Sensação. Literatura Popular e Pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

ENDERS, Armelle. João Pereira da Silva, Francisco Adolfo de Varnhagen et les malheurs de l’histoire moderne du Brésil. *Revista de História - edição especial (2010)*, 115-129.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FURET, François. “O nascimento da história”. *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva, 1996, p. 109-135.

FERREIRA, Jerusa Pires. *O Livro de São Cipriano: uma legenda de massas*. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. “A história do livro e das leituras: Novas abordagens”. *Floema - Ano III, n. 5 A*, p. 97-111, out. 2009

_____. “Comércio de livros: livreiros, livrarias e impressos” *ESCRITOS – Ano V, n. 5*, p.41-52, 2011.

_____. “Trajetórias de livreiros no Rio de Janeiro: uma revisão historiográfica.” In: *X Encontro Regional da ANPUH: História e Biografias*, 2002, Rio de Janeiro. Anais do X Encontro Regional da ANPUH: História e Biografias. Rio de Janeiro: ANPUH/UERJ, v. 1. p. 129-130, 2002.

_____. “Livros e sociedade: a formação de leitores no século XIX”. rev. Teias (Rio de Janeiro). v.1, n., 2000.

FERREIRA, Tânia Maria T. Bessone da Cruz; NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. Livreiros franceses no Rio de Janeiro: 1808-1823. História hoje: Balanço e perspectivas. IV Encontro Regional da ANPUH. Rio de Janeiro: ANPUH/Taurus-Timbre, 1990, p. 190-195.

FRANÇA, Júlio. “O sequestro do gótico no Brasil”. in CAMARGO, L. M. C.; FRANÇA, J. *As nuances do gótico: do setecentos à atualidade*. BONECKER – POD, 2017.

GRINBERG, Piedade Epstein. Arte e arquitetura no início do século XIX e o ensino da arte no Brasil. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). O Brasil imperial 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 343-376.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das letras, 1986.

GUERRA, François Xavier. “El renacer de la historia política: razones y propuestas”, en: Andrés Gallego, José (dir.) *New History, Nouvelle Histoire: Hacia una nueva historia*. Madrid Actas, 1993.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro, p. 184-200, dez. 2002.

_____. “Nação e Civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional”. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, nº1, v. 1, p. 3-27, 1988.

GUIMARÃES, Valéria. “Primórdios da história do sensacionalismo no Brasil: os *faits divers* criminais”. *ArtCultura*, Uberlândia - SP, v. 16, n. 29, p. 103-124, jul-dez. 2014

GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade*. Literatura e experiência urbana. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

GONTIJO, Rebeca. **O velho vaqueano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2006

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2005.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2013.

HUNT, L. “Apresentação: história, cultura e texto”. In: _____ (org.). *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 1-29.

HRUBY, Hugo. **O século XIX e a escrita da história do Brasil: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895)**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, 2012.

KALIFA, Dominique. “Os lugares do crime: Topografia criminal e imaginário Social em Paris no século XIX”. *Topoi (Rio J)*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 28, p. 287-307, jan./jun. 2014.

_____. “Das culturas populares à cultura midiática”. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 16, n. 29, p. 89-101, jul-dez. 2014

KOSELLECK, R. *Crítica e Crise: uma contribuição a patogênese do mundo moderno*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

_____. “Espaço de Experiência e Horizonte de Expectativa”. In: _____. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc-Rio, 2006, p. 305-327.

LEÃO, Andréa B. *Brasil em imaginação: livros, impressos e leituras infantis (1895-1915)*. Fortaleza: INESP, UFC, 2012.

MALEVAL, Isadora Tavares. “A Guerra do Paraguai sob a ótica do Visconde de Taunay”. *Outros tempos*, São Luís, vol. 14, n. 23, p. 44-61, 2017

_____. “A independência na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro oitocentista”. R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 177 (471): 73-100, abr./jun. 2016

_____. “Entre o passado e o futuro: o Visconde de Taunay no limiar da República”. *Diálogos*, Maringá-PR, Brasil, v. 27, n. 1, p. 134-156, jan./abr. 2023.

MCKENZIE, D.F. *Bibliografia e Sociologia dos Textos*. trad. Fernanda Verissimo, São Paulo, Edusp, 2018 [I. ed. Fr. 1999].

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MUZART, Zahidé Lupinacci. “Sob o signo do gótico: O romance feminino no Brasil, século XIX.”. *VEREDAS*, v. 10, Santiago de Compostela, p. 295-308, dez 2008.

MORAES, Kleiton de Souza. Um autor para seduzir. Para aprender a arte do amor e da leitura, com Don Juan de Botafogo. Em: CARVALHO, Daniel Alencar de *et al.* (org.). **Em torno da narrativa**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2019. p. 110–119. *E-book*. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/41553>. Acesso em: 01/12/2023.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

_____. “Sociabilidades entre Luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 28, 2001, p. 3-22.

MOLLIER, Jean-Yves. “A história do livro e da edição um observatório privilegiado do mundo mental dos homens do século XVIII ao século XX”. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 25, nº 42: p.521-537, jul/dez 2009.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. *Ler, contar e escrever: Educação e livros no Rio de Janeiro Joanino (1808-1821)*. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 60, p. 163-188, jan./jun. 2014. Editora UFPR.

_____. *Livreiros franceses no Rio de Janeiro: 1799-1824*.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. “Brasileiros ilustres no tribunal da posteridade: biografia, memória e experiência da história no Brasil oitocentista”. In: *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 26, n. 43, P. 283-298, jan/jun 2010.

_____. Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

PESAVENTO, Sandra. “História e literatura: uma *velha-nova* história”. *Nuevo mundo, Mundos nuevos, Debates*. 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/index1560.html>>, acessado em 27/07/2018.

_____. “Em busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário”. *Revista Brasileira de História*, v.15, nº 29, p. 9-27. São Paulo, 1995.

POMIAN, K. “História e Ficção”. *Proj. História*, São Paulo, 26, jun. 2003.

PRIMATI, Carlos. “Introdução aos contos”. In: SHELLY, Mary. *Frankenstein, ou prometeu moderno*. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2017.

PEREIRA, Luisa Rauter. “**Substituir a revolução dos homens pela revolução do tempo**” **Uma história do conceito de povo no Brasil: revolução e historicização da linguagem política (1750-1870)**. 2011. 276 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. RIO, João do. *Dentro da noite*. São Paulo: Antiqua, 2002.

ROSSI, A.D. “Manifestações e configurações do gótico nas literaturas inglesa e norte-americana: um panorama”. *ÍCONE - Revista de Letras*, São Luís de Montes Belos, v. 2, p. 55-76, jul. 2008.

RÉMOND, René (org). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SÁ, Daniel Serravalle de. ***Gótico tropical: o sublime e o demoníaco em O Guarani***. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. doi:10.11606/D.8.2006.tde-28112006-173416. Acesso em: 2019-10-31

SAINTE-BEUVE, C.A. Da literatura Industrial. *Revue des Deux Mondes*, t. 19, 1 de setembro de 1839, p. 675-691. Tradução: Jefferson Cano

SCHAPOCHNIK, Nelson. “Edição, recepção e mobilidade do romance *Les mystères de Paris* no Brasil oitocentista” *VARIA HISTÓRIA*, Belo Horizonte, vol. 26, nº 44: p. 591-617, jul/dez 2010

_____. “Pirataria e mercado livreiro no Rio de Janeiro: Desiré-Dujardin e a Livraria Belgofrancesa, 1843-1851”. *rev. de hist. (São Paulo)*. p. 299–325, jun. 2016.

SMITH, Bonnie C. **Gênero e história: homens, mulheres e a prática histórica**. Tradução de Flávia Rossler. Bauru/SP: EDUSC, 2003.

SQUEFF, Letícia. Revendo a missão francesa: a missão artística de 1816, de Afonso D'Escrangnolle Taunay. Anais do I Encontro de História da Arte IFHC - Unicamp, São Paulo: Unicamp, 2005.

SEVCENKO, Nicolau. "A inserção compulsória do Brasil na Belle Époque". In: SEVCENKO, N. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999

SKINNER, Quentin. Hobbes e a liberdade republicana. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

WILLIAMS, R. Cultura. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FONTES

SILVA, J. M. Pereira da. *A História e a Lenda*, Série: 1ª. Rio de Janeiro: Editora Quaresma, 1892. - Localizada na Biblioteca Rodolfo Garcia da Academia Brasileira de Letras (ABL).

SILVA, J. M. Pereira da. *A História e a Lenda*, Série: 2ª. Rio de Janeiro: Editora Quaresma, 1893. - Localizada na Biblioteca Rodolfo Garcia da Academia Brasileira de Letras (ABL) e na Biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura.

SILVA, J. M. Pereira da. *A História e a Lenda*, Série: 3ª. Rio de Janeiro: Editora Quaresma, 1894. - Localizada na Biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura.

SILVA, J. M. Pereira da. *A História e a Lenda*, Série: 4ª. Rio de Janeiro: Editora Quaresma, 1896. - Localizada na Biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura.

ANEXO A – Imagens dos livros da Editora Quaresma

Figura 1 - Divisão do catálogo de obras de Pereira da Silva

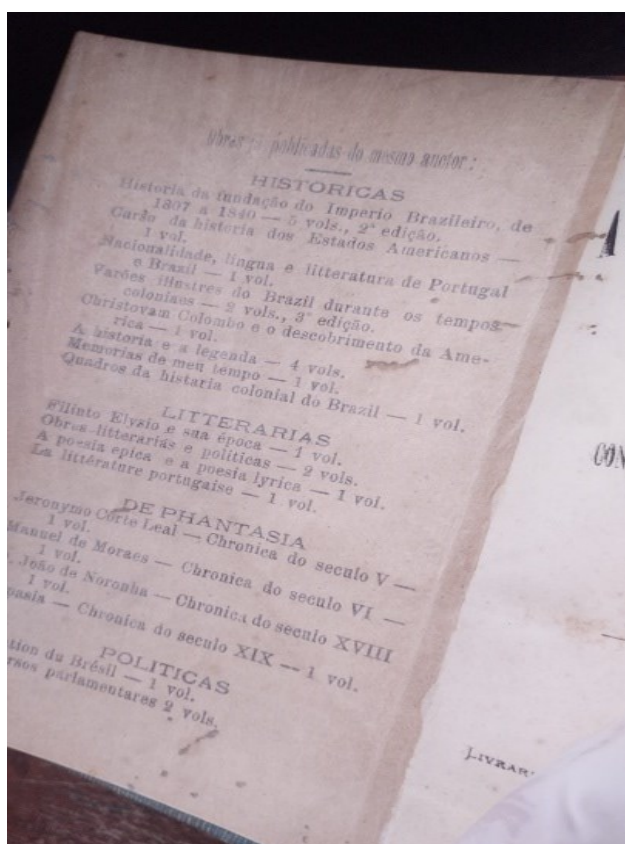


Figura 2 - Advertência encontrada no quarto livro da série A História e a Legenda

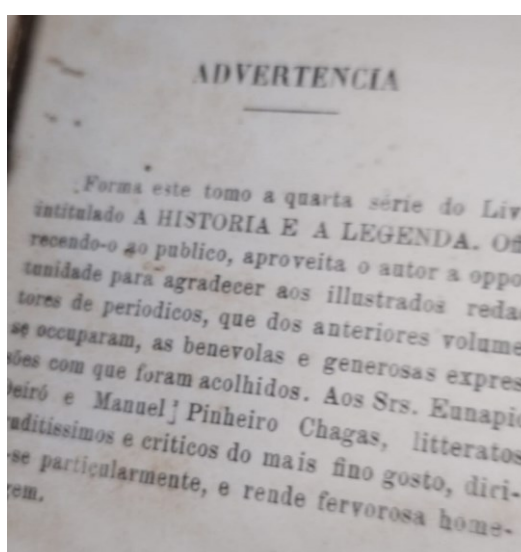


Figura 5 - Arte assinada por Julião Machado no livro Histórias da avosinha



Figura 6 - Catálogo da Editora Quaresma no livro A História e a Legenda

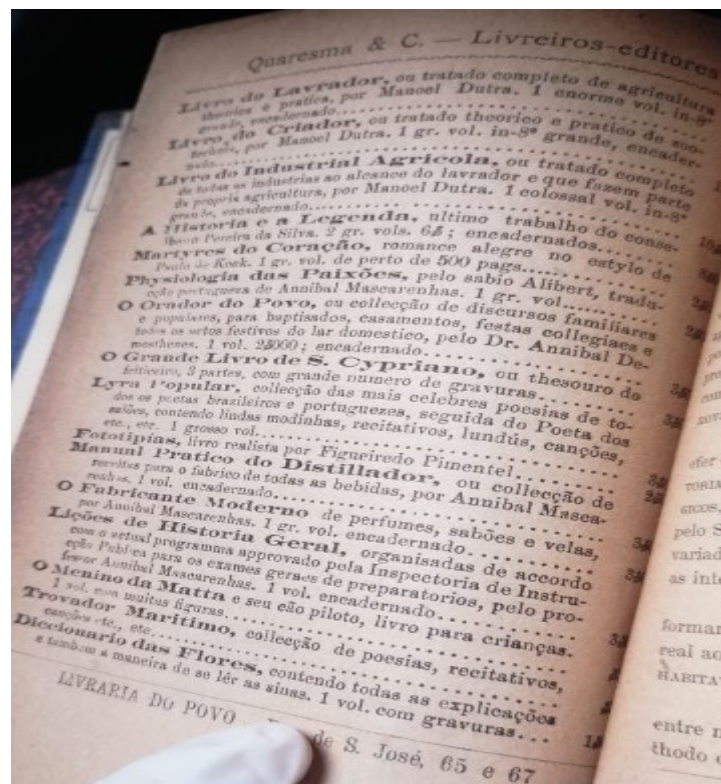


Figura 7- Catálogo da Editora Quaresma no livro A História e a Legenda

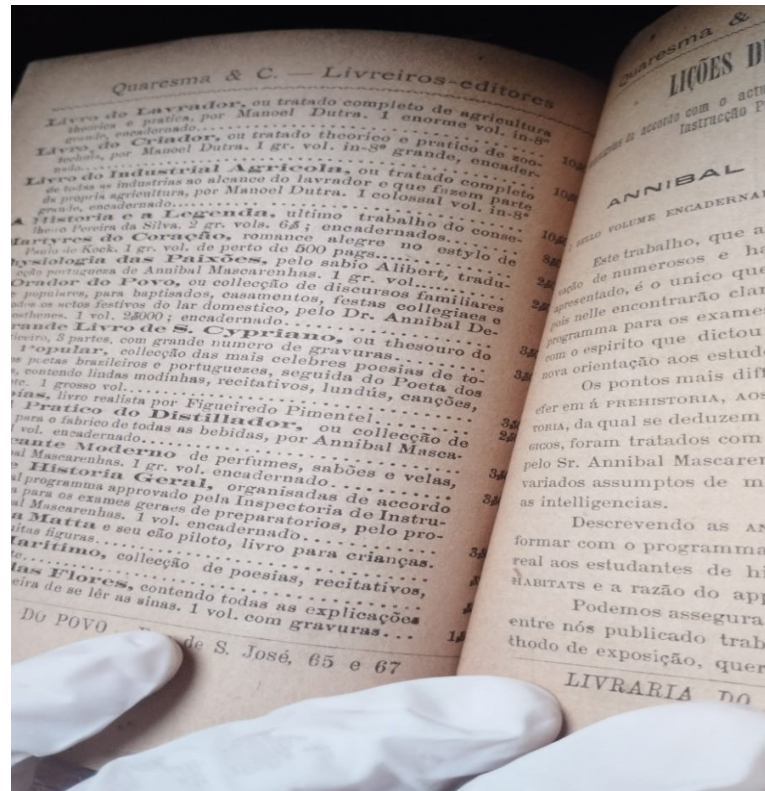


Figura 8 - Catálogo da Editora Quaresma no livro A História e a Legenda

